



INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS CAMPO GRANDE
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

MARISTELA AMARAL GAUNA

**DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES FÍSICAS INCLUSIVAS POR MEIO DE UM
GUIA PRÁTICO A PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

CAMPO GRANDE – MS

2024

MARISTELA AMARAL GAUNA

**DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES FÍSICAS INCLUSIVAS POR MEIO DE UM
GUIA PRÁTICO A PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Cesar de Paula Ravagnani.

**CAMPO GRANDE – MS
2024**

G272d Gauna, Maristela Amaral

Desenvolvimento de atividades físicas inclusivas por meio de um guia prático a professores da Educação Profissional e Tecnológica / Maristela Amaral Gauna. – Campo Grande-MS, 2024.

160 f. : il. ; 29 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Mato Grosso do Sul-IFMS, Campus Campo Grande, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Fabricio Cesar de Paula Ravagnani.

Inclui mapas.

Inclui apêndices.

1. Atividades físicas inclusivas. 2. Esporte adaptado. 3. Ensino Médio Integrado. I. Ravagnani, Fabricio Cesar de Paula. II. Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. III. Título.

CDD 23. ed. 371.9043



**INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO
SUL**

Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



MARISTELA AMARAL GAÚNA

**DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES FÍSICAS INCLUSIVAS POR MEIO DE UM
GUIA PRÁTICO A PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 17 de outubro de 2024.

MARISTELA AMARAL GAÚNA

**GUIA PRÁTICO DESTINADO ÀS ATIVIDADES FÍSICAS INCLUSIVAS E SUAS
POSSIBILIDADES**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 17 de outubro de 2024

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Fabrício Cesar de Paula Ravagnani (Orientador)

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

Prof.^a Dr.^a Giovanna Carla Interdonato

Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Airton José Vinholi Junior

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

AGRADECIMENTOS

"Sei que o SENHOR está sempre comigo;
não serei abalado, pois ele está à minha direita".

Salmo 16:8-11

Agradecimento primeiramente à Deus, pois sem ele nada é possível e eu nada seria.

À minha amada mãe, professora Maria Ceila, por seu amor incondicional e pela mulher forte que é e sempre foi.

Ao meu pai, Sr. Julião, pela compreensão e apoio.

Ao meu amado filho João Pedro, pela parceira mediante tantos desafios e resiliências que passamos juntos nessa caminhada.

Ao meu grande amigo irmão Lantieri, meu parceiro e companheiro em todos os momentos da vida.

À minha tia, Professora Dr.^a Gleide Amaral dos Santos, minha grande incentivadora e parceira frente aos desafios.

Ao meu irmão Marcelo Amaral Gaúna, pelo apoio e ajuda.

Ao meu primo Gleison Amaral dos Santos, pela ajuda e competência.

Ao meu esposo pela paciência e cuidado.

À professora Giovanna Interdonato, um pessoal incrível, paciente, competente e essencial para o desenvolvimento desse estudo.

À professora Dra. Marina Salerno, por contribuir e compartilhar conhecimentos.

Ao meu Orientador professor Fabrício Ravagnani, pela paciência.

Ao professor Airton Vinholi, pela atenção, compreensão e apoio.

Ao meu colega de turma Franklin Leal, pela atenção e auxílio.

Aos meus amigos que torceram por mim.

Aos meus familiares que me apoiaram.

Aos colaboradores na pesquisa, muito obrigada pela disponibilidade e atenção.

Muito obrigada à todos que fizeram parte desse processo!

RESUMO

A prática esportiva para pessoas com deficiência tem sido historicamente utilizada como uma ferramenta de reabilitação e integração social, consolidando-se ao longo do tempo como uma importante estratégia educacional e inclusiva. No Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), identificou-se que as deficiências motoras, intelectuais, visuais e de comunicação auditiva, são prevalentes entre os estudantes com necessidades especiais. No entanto, análises dos regulamentos dos Jogos do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (JIFMS), revelaram a ausência de modalidades adaptadas que promovam a participação desses estudantes, evidenciando a necessidade de estratégias pedagógicas para uma inclusão efetiva. O objetivo geral desta pesquisa de mestrado foi desenvolver um Guia Prático de Atividades Físicas Inclusivas para professores de Educação Física do IFMS, com vistas a promover práticas pedagógicas inclusivas nas aulas e incentivar a participação plena dos estudantes com deficiência nos JIFMS. Os objetivos específicos foram: avaliar as práticas inclusivas no IFMS, refletir sobre a importância dos esportes adaptados, oferecer ferramentas práticas aos professores e propor diretrizes para a inclusão de esportes adaptados nos eventos esportivos institucionais. A pesquisa, que utilizou uma abordagem quantitativa e qualitativa, baseou-se na criação de produtos educacionais, conforme proposto por Richardson (1999), e foi desenvolvida em etapas: diagnóstico do contexto inclusivo por meio de pesquisa bibliográfica e documental e aplicação de questionários eletrônicos; elaboração do guia; testagem com professores; e revisão com base no feedback recebido. O referencial teórico foi construído com base nas contribuições de autores como Vygotsky, Frigotto, Mantoan e Greguol, que abordam a inclusão escolar, os esportes adaptados e os desafios do capacitismo no contexto educacional. Os resultados mostraram que os professores reconhecem a importância das atividades físicas inclusivas, mas enfrentam barreiras significativas relacionadas à formação profissional e à infraestrutura. A validação do guia indicou que ele é uma ferramenta relevante para auxiliar os professores no planejamento e na implementação de atividades inclusivas, apresentando propostas práticas que promovem o desenvolvimento de habilidades e a integração dos estudantes com deficiência nas práticas escolares e nos JIFMS. Conclui-se que o Guia Prático de Atividades Físicas Inclusivas contribui para o avanço de uma cultura escolar mais inclusiva, destacando o esporte como uma ferramenta para superar desafios e promover o desenvolvimento integral. Recomenda-se que sua implementação seja acompanhada de ações institucionais voltadas à formação de professores e à melhoria da infraestrutura, garantindo que as práticas inclusivas possam ser efetivamente consolidadas no contexto educacional.

Palavras chave: Atividades físicas inclusivas; Esporte adaptado; Ensino médio integrado.

ABSTRACT

Since the beginning of the last century, sports practice for people with disabilities has been used as a process of rehabilitation and motivation, especially after armed conflicts. Inclusive physical activity has gained prominence over time, consolidating itself as an important educational and professional tool. At the Federal Institute of Mato Grosso do Sul (IFMS), it was observed that motor, intellectual, visual and audio – communication disabilities are the most common among students with special needs. When analyzing the regulations for the Games of the Federal Institute of Mato Grosso do Sul (JIFMS), it was found that there were no modalities that promote the participation of these students. Given this reality, the proposal was to develop a practical guide with pertinent information to develop effective strategies that enable the full participation of these students, in practical classes and in JIFMS. Through this initiative, we initially sought to analyze the current scenario of inclusion in the IFMS, identifying existing challenges, opportunities and good practices. Based on this analysis, it was proposed to establish guidelines and resources for the promotion of inclusive physical activities, and their possibilities in relation to adapted sport, contributing to the promotion of sport for all. The methodological approach adopted was quantitative-qualitative, based on the creation of educational products, proposed by Richardson (1999), which establishes five stages: defining the objective of the product, evaluating and identifying needs, elaboration, testing and review. In the initial process, bibliographical and documentary research was carried out, electronic questionnaires were applied to assess the perception of the subjects involved in the proposal, in relation to the topic. Therefore, prepare and present the guide to teachers, to verify its relevance, and the considerations highlighted for the review. With the use of the educational product, it is expected to contribute to Physical Education teachers towards a more inclusive and effective educational approach, in understanding the specificities, with suggestions for inclusive physical activities, which provide opportunities for the development of skills. Promoting the participation of these students in the Games of the Federal Institute of Mato Grosso do Sul (JIFMS), serves as a resource for perceiving the influence of inclusion through sport, in physical, social and intellectual aspects, in addition to the capabilities and potential observed, encouraging positively in the overcoming process.

Keywords: Inclusive physical activities; Adapted sport; Integrated secondary education.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Você já deu aula na disciplina de Educação Física para algum estudante com deficiência no Ensino Médio Integrado do IFMS? 21
- Figura 2** – Na sua opinião, sobre qual deficiência você possui conhecimentos a respeito de suas particularidades? 22
- Figura 3** – Com relação ao planejamento das atividades voltadas ao esporte escolar adaptado com estudantes do ensino médio integrado do IFMS, indique abaixo qual a sua opinião: 23
- Figura 4** – Com relação às atividades voltadas ao esporte escolar adaptado, assinale abaixo quais já foram exploradas durante as suas aulas de Educação Física ou em outros momentos dentro da instituição. 24
- Figura 5** – Na sua opinião, a instituição poderia oportunizar mais informações voltadas à formação dos professores de Educação Física para trabalhar com esportes escolares adaptados? 24
- Figura 6** – Ainda sobre esporte adaptado, assinale abaixo, qual a sua percepção sobre criação de um Guia Prático Didático de orientação para os professores de Educação Física da instituição utilizarem no planejamento das suas aulas. 25
- Figura 7** – Avaliação e validação do Guia Prático 54
- Figura 8** – Reflexões sobre atividades físicas inclusivas 56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Exemplo de tabela com a Escala de Likert	26
Tabela 2 – Definições de deficiências	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Fala.BR	- Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal
IFMS	- Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
CEP	- Comitê de Ética em Pesquisa
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
JIFMS	- Jogos do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
ProfEPT	- Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
EPT	- Educação Profissional e Tecnológica
I-IVC	- Índice de Validade de Conteúdo, por item
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases
UNESCO	- <i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
CISS	- Comitê Internacional de Esportes para Surdos
JIFCO	- Etapa Centro-Oeste dos Jogos dos Institutos Federais
JIF	- Jogos Nacionais dos Institutos Federais
CEFAM	- Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério
IFPR	- Instituto Federal do Paraná
FIOCRUZ	- Fundação Oswaldo Cruz
UTFPR	- Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 OBJETIVOS	17
1.1 Objetivo geral	17
1.2 Objetivos específicos	17
2 METODOLOGIA	18
2.1 Caracterização da Pesquisa	18
2.2 Parâmetros Éticos	19
2.3 Coleta de Dados	19
2.4 Análise de dados	20
2.4.1 Questionário de diagnóstico	20
2.4.2 Questionário das características e Avaliação e Validação do Guia Prático	25
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	28
3.1 Histórico dos direitos da pessoa com deficiência	28
3.2 O esporte e a pessoa com deficiência	33
3.3 Atividade física e deficiência visual	36
3.4 Atividade física e deficiência auditiva	39
3.5 Atividade física e deficiência motora	39
3.6 Atividade física e deficiência intelectual	41
4 JOGOS DO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – JIFMS	44
5 OPORTUNIDADES PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO DO ESPORTE ADAPTADO	45
5.1 Histórico	45
5.2 Formação de professores na educação profissional e tecnológica	47
5.3 Trabalho e Formação Profissional na Educação Profissional e Tecnológica	50
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	52
6.1 Produto educacional	52
6.2 Avaliação e validação do Produto Educacional:	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	61

ANEXOS	58
<u>ANEXO I</u> - Relação de estudantes com deficiências no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS)	65
<u>ANEXO II</u> - Relação dos professores do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS)	66
<u>ANEXO III</u> - Regulamento dos JIFMS	67
APÊNDICES	73
<u>APÊNDICE I</u> - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO	81
<u>APÊNDICE II</u> - QUESTIONÁRIO PROFESSORES EDUCAÇÃO FÍSICA IFMS - SONDAGEM	85
<u>APÊNDICE III</u> - QUESTIONÁRIO DE CARACTERÍSTICAS DOS PARTICIPANTES – PROFESSORES	87
<u>APÊNDICE IV</u> - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO GUIA PRÁTICO	92
<u>APÊNDICE V</u> - GUIA PRÁTICO	95

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a Educação Especial e a inclusão escolar têm sido pautas cada vez mais relevantes nas instituições de ensino. A inclusão de todas as pessoas no ensino regular tornou-se um desafio para os profissionais das diferentes áreas, mediante os recursos pedagógicos e as metodologias específicas, dentre eles, os professores de Educação Física. No Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), essa realidade não é diferente, pois se observa-se aumento significativo no número de estudantes com deficiência matriculados.

Com base em informações obtidas através da Plataforma Fala.BR, verificaram-se 65 (sessenta e cinco) estudantes com deficiências matriculados no IFMS, sendo as deficiências intelectuais, motoras, visuais e áudio-comunicação as prevalentes (Anexo I). Por outro lado, o quadro de professores de Educação Física no IFMS conta com 23 (vinte e três) profissionais (Anexo II). Esse cenário destaca a necessidade de apoio adicional aos docentes, visando à inclusão dos estudantes com deficiência.

Ainda, ao analisar o regulamento dos Jogos do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (JIFMS), observa-se não constar ofertas às modalidades voltadas ao esporte adaptado, ou provas que promovam a participação dos estudantes com deficiências. Dessa forma, surge a oportunidade de contribuir com esclarecimentos mais detalhados em relação ao tema, suas especificidades e perspectivas, com base nos objetivos presentes no regulamento:

Art. 1º OS JOGOS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL - JIFMS COXIM 2022, têm como finalidade promover a cultura corporal do movimento no sentido da inclusão social, da ampla participação, da integração sociocultural, do respeito à diversidade, da alteridade, da superação dos desafios, da valorização do caráter educativo e socializador do esporte e do lazer, do fomento às práticas corporais nos campi e entre todas as unidades do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), em prol da valorização da formação ética, estética, artística e cultural proporcionada pela compreensão, vivência e acompanhamento do esporte e lazer como elementos histórico-culturais da formação humana (REGULAMENTO JIFMS, 2022).

A partir dessa realidade, o presente estudo, que se insere na linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, é voltado para a área do esporte. Dentre os objetivos, promover reflexão sobre a importância da inclusão através do esporte, na elaboração de um guia prático que fornece aos professores de educação física do IFMS, recursos valiosos para adaptar as atividades físicas, em conformidade com as necessidades dos estudantes com deficiências, contribuindo, na promoção da inclusão escolar. O Guia surge como uma ferramenta prática para apoiar os docentes na inclusão desses estudantes nas aulas de Educação Física, proporcionando alternativas pedagógicas e estratégias que respeitam as diferentes limitações e potencialidades dos alunos.

Além da inclusão escolar, destacam-se os benefícios da prática de atividades físicas, como melhora da autoestima, da superação, da concentração, que promove eficácia no aspecto cognitivo, físico, perceptivo, sensorial, aprimorando e desenvolvendo conhecimentos culturais, educacionais e profissionais, assim como sua compreensão sobre o processo de inclusão e, conseqüentemente, qualidade de vida (Greguol, 2019).

Também encontramos em Paes, que:

[...] Esporte é um fenômeno cultural, social e sua prática pode ter diferentes objetivos. Na escola, deverá ser focado como uma atividade para todos; no clube, os objetivos podem ser outros: recreação ou mesmo profissão. (Paes, 2001, p.21).

O autor relaciona a prática do Esporte à uma gama de possibilidades, como potencializar capacidades, e despertar interesse na sua evolução dentro da modalidade adequada, além das perspectivas educacionais e profissionais que surgem através dessa influência. As oportunidades atuais são muito relevantes nesse aspecto, pois desperta no indivíduo iniciativas de desenvolvimento pessoal e profissional no contexto em que está inserido, levando à motivação e, conseqüentemente, atuação participativa e produtiva enquanto cidadão. Partindo desse viés, correlaciona-se a vivência das diversas atividades físicas inclusivas na quadra da escola com a formação integral dos estudantes.

A pesquisa teve como objetivo central subsidiar a elaboração do Guia Prático destinado às Atividades Físicas Inclusivas, visando proporcionar aos professores de Educação Física do IFMS uma ferramenta clara e acessível para lidar com as especificidades das deficiências no ambiente escolar, favorecendo uma abordagem inclusiva em suas práticas pedagógicas. Ao disponibilizar sugestões de atividades físicas adaptadas, o Guia visa não apenas esclarecer as dúvidas dos docentes sobre as particularidades de cada deficiência, mas também fornecer um repertório de estratégias que atendam às necessidades dos estudantes de forma eficaz e respeitosa.

Na oportunidade, enquanto mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), que visa objetivos como produção de conhecimentos e desenvolvimento de produtos por meio de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado, conforme consta em seu regulamento, surge a oportunidade em contribuir com os professores de Educação Física do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), em relação às atividades físicas inclusivas e suas possibilidades.

Para responder à pergunta proposta: "Como auxiliar os professores de Educação Física do Ensino Médio Integrado do IFMS no planejamento das aulas práticas, referentes às atividades físicas inclusivas e suas possibilidades?" A sequência de ações apresenta-se da seguinte forma: Informações introdutórias, procedimento metodológico com abordagem quanti-qualitativa, em que se buscou-se estabelecer um referencial teórico sólido, que sirva como base para o desenvolvimento de estratégias efetivas, analisar e apresentar os dados produzidos, a partir das percepções dos sujeitos pesquisados, e as considerações finais.

A proposta é fomentar a superação do capacitismo e garantir que cada estudante tenha acesso às mesmas oportunidades de crescimento e aprendizado, independentemente de suas limitações motoras ou sensoriais, com foco também na participação desses estudantes no JIFMS, promovendo uma educação física inclusiva e de qualidade para todos os alunos do IFMS.

Tal ensejo justifica-se devido à experiência na área do paradesporto há treze anos, frente a uma equipe de paranatação, atuando como treinadora, e

simultaneamente, sete anos como professora em um projeto da rede pública de ensino voltado à vivência, prática e desenvolvimento em relação ao esporte adaptado. Então percebi que poderia colaborar positivamente com os professores de Educação Física do IFMS nas aulas práticas e nas atividades inclusivas.

1. OBJETIVOS

1.1 Objetivo geral

Promover reflexão sobre a importância da inclusão através do esporte, através de um Guia Prático de Atividades Físicas Inclusivas, voltado aos professores de Educação Física do IFMS.

1.2 Objetivos específicos

Avaliar o quadro das práticas inclusivas relacionadas ao esporte no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS).

Promover uma reflexão sobre a importância da inclusão através do esporte.

Facilitar a implementação de atividades físicas inclusivas no ambiente escolar.

Proporcionar aos professores ferramentas práticas para incluir todos os estudantes, independentemente de suas capacidades físicas, cognitivas ou sensoriais.

Incentivar a participação dos estudantes com deficiência no JIFMS.

2 METODOLOGIA

2.1 Caracterização da Pesquisa

O estudo foi realizado no contexto do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) e se enquadra na linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica. O macroprojeto é o 1 – Propostas Metodológicas e Recursos Didáticos em Espaços Formais e Não Formais de Ensino na EPT. Na referida proposta, o relatório final foi organizado em um formato de dissertação.

A pesquisa realizada se classifica como pesquisa aplicada, conforme definido por Thiollent (2009, p. 36): 'A pesquisa aplicada visa à identificação de problemas presentes nas atividades das instituições e busca soluções através de informações que possam ser aplicadas na prática.' Nesse sentido, este estudo utilizou essa abordagem metodológica para desenvolver material didático direcionado às aulas de Educação Física, com o propósito de auxiliar os professores na condução de atividades físicas inclusivas, promovendo práticas pedagógicas acessíveis e inclusivas no ambiente escolar.

No caso deste estudo, a metodologia aplicada foi utilizada para construir material didático para as aulas de Educação Física, com a intenção de auxiliar os professores da área em relação às atividades físicas inclusivas.

Para responder aos questionamentos iniciais e alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, tratando da percepção dos professores de Educação do IFMS sobre o ensino de práticas esportivas adaptadas.

Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se uma abordagem quanti-qualitativa, fundamentada na criação de produtos educacionais proposta por Richardson (1999), que demanda a realização de cinco etapas:

- 1) Definição do objetivo do produto;

- 2) Avaliação e identificação das necessidades para estruturação do produto;
- 3) Elaboração do produto;
- 4) Testagem do produto ;
- 5) Revisão do produto.

Em relação à sequência descrita, iniciou-se pela identificação do número de estudantes com deficiência matriculados no IFMS, por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal (Fala.BR), buscando relevância nesse contexto. A revisão da literatura referente ao tema foi realizada, por meio de revisão bibliográfica em artigos científicos e livros pertinentes ao tema proposto.

2.2 Parâmetros Éticos

A partir da elaboração da proposta do estudo, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP), por intermédio da Plataforma Brasil, para ser analisado e foi aprovado pelo Parecer N. 6.755.675.

Os professores participantes, enquanto sujeitos pesquisados, assinaram eletronicamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, disponível no Apêndice I, encaminhado via e-mail institucional, juntamente com o convite para participação na pesquisa.

2.3 Coleta de Dados

Segundo Noronha e Ferreira (2000), a revisão de literatura tem como finalidade verificar o estado da arte a respeito da temática a ser pesquisada. Já a revisão documental tem como principal característica a análise das produções bibliográficas documentadas sobre o tema da pesquisa.

A revisão da literatura foi desenvolvida por meio de pesquisas em artigos científicos e livros relacionados às publicações sobre os direitos da pessoa com deficiência, a população com deficiência e o esporte, em seu histórico e benefícios; as principais características das deficiências visual, intelectual, motora, auditivas, e o

histórico, em relação à formação dos professores, abordando também a formação dos professores para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

As interações iniciais foram realizadas a partir da aplicação de questionário eletrônico aos sujeitos pesquisados (Apêndice VI), em relação à percepção que eles têm frente às práticas inclusivas nas aulas e sua importância. Ao final da elaboração do produto, foi aplicado um questionário aos sujeitos pesquisados, que consistia em 13 perguntas, subdivididas em informações pessoais, acadêmicas e profissionais, além de questões relacionadas à formação continuada. O questionário também incluía um conjunto de perguntas baseadas na Escala de Likert para testar a aplicabilidade do Guia enquanto produto educacional. Em geral, os questionários mais curtos tiveram taxas de resposta mais altas e mais validade do que os longos.

2.4 Análise de dados

Segundo Thomas, Nelson e Silverman (2012), a pesquisa descritiva busca resolver problemas e melhorar práticas educacionais por meio de uma descrição objetiva e completa. O método utilizado na presente pesquisa foi o Survey, que visa determinar as práticas e opiniões presentes em uma população específica. Para o levantamento dos dados, foram utilizados questionários eletrônicos com perguntas fechadas e abertas, aplicados aos professores de Educação Física do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS).

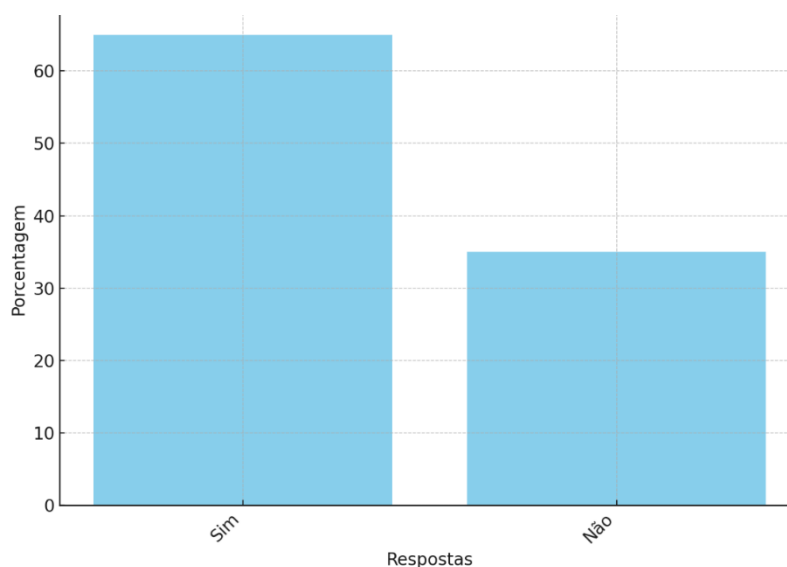
Os resultados obtidos foram apresentados em gráficos modernos, que facilitam a análise visual das respostas dos participantes.

2.4.1 Questionário de Diagnóstico

A primeira questão visou investigar se os professores já haviam lecionado para estudantes com deficiência. Como pode ser observado na **Figura 1**, que foi apresentado a questão “Você já deu aula na disciplina de Educação Física para algum estudante com deficiência no Ensino Médio Integrado do IFMS?”, 65% dos professores

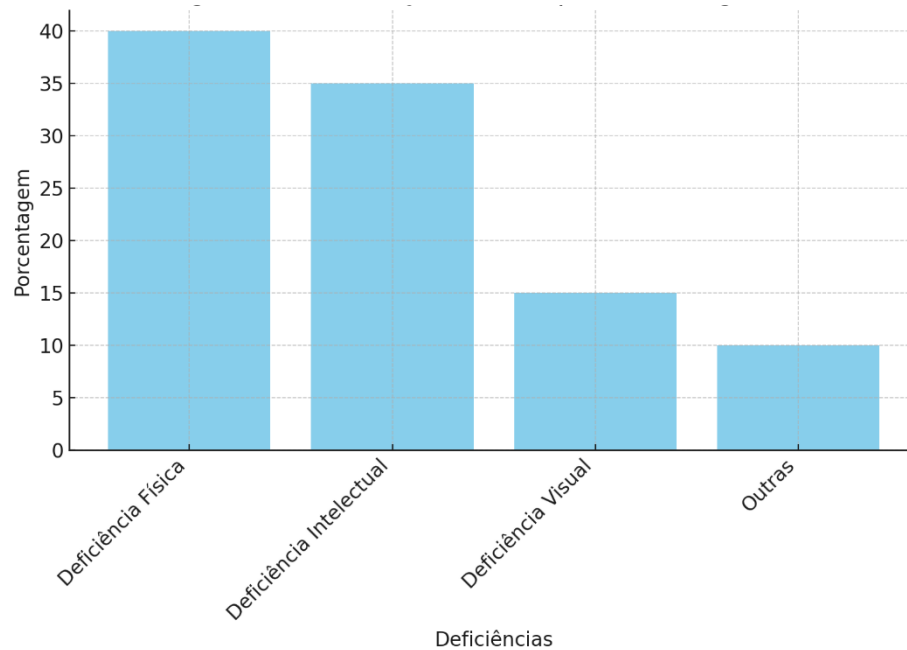
indicaram que já tiveram essa experiência, enquanto 35% responderam negativamente. Esse resultado reforça a relevância do tema e a necessidade de preparação dos docentes para lidar com esse público.

Figura 1 – Análise respostas Diagnóstica 01



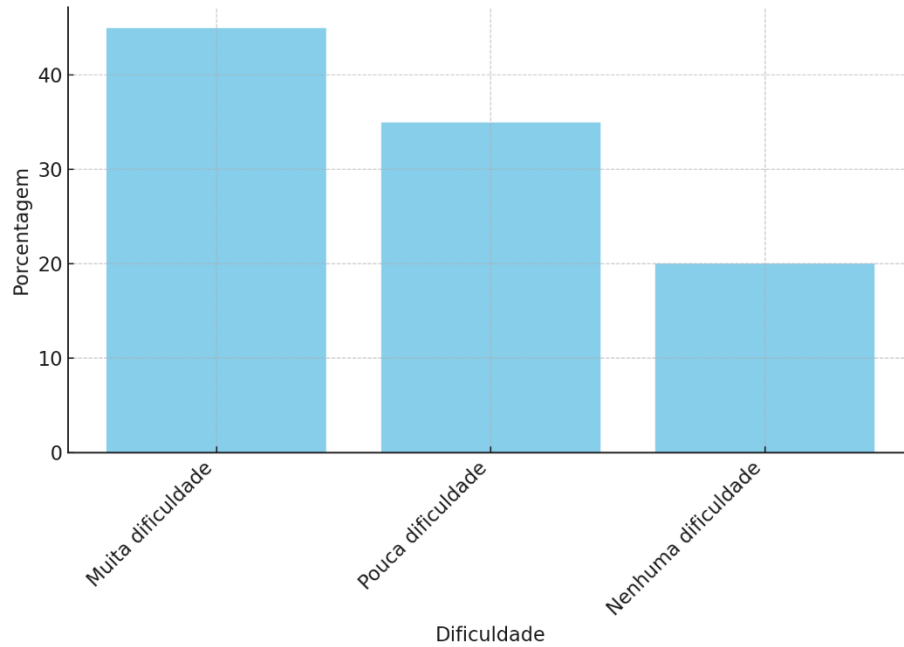
Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

A **Figura 2** mostra as respostas dos professores sobre quais tipos de deficiência eles têm maior conhecimento. As deficiências físicas e intelectuais são as mais conhecidas, com 40% e 35% respectivamente, enquanto as deficiências visuais representam 15%. Outras deficiências foram mencionadas por 10% dos participantes. Esses dados demonstram a necessidade de maior capacitação para trabalhar com deficiências menos abordadas.

Figura 2 – Análise respostas Diagnóstica 02

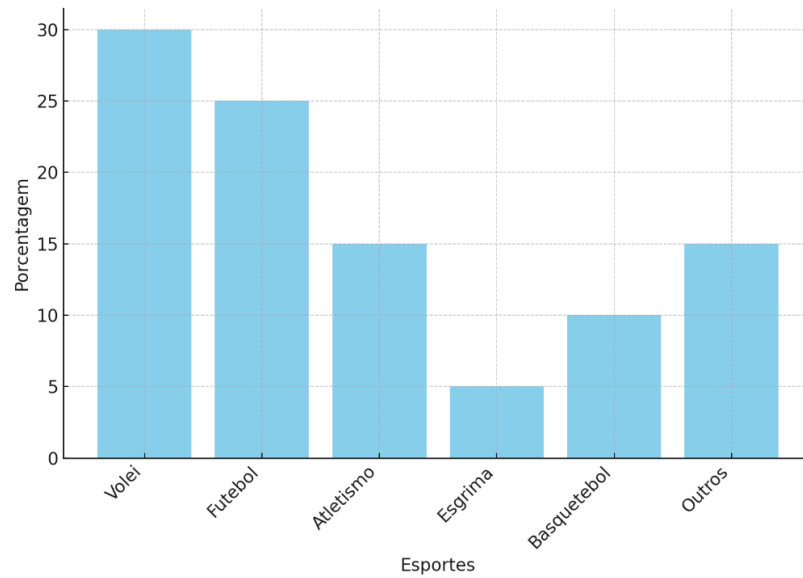
Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Quando questionados sobre a dificuldade no planejamento de atividades físicas inclusivas, os resultados indicam que 45% dos professores relatam "muita dificuldade", conforme mostrado na **Figura 3**. Esse dado evidencia um desafio significativo no preparo dos docentes para adaptar suas aulas a estudantes com deficiência.

Figura 3 – Análise respostas Diagnóstica 03

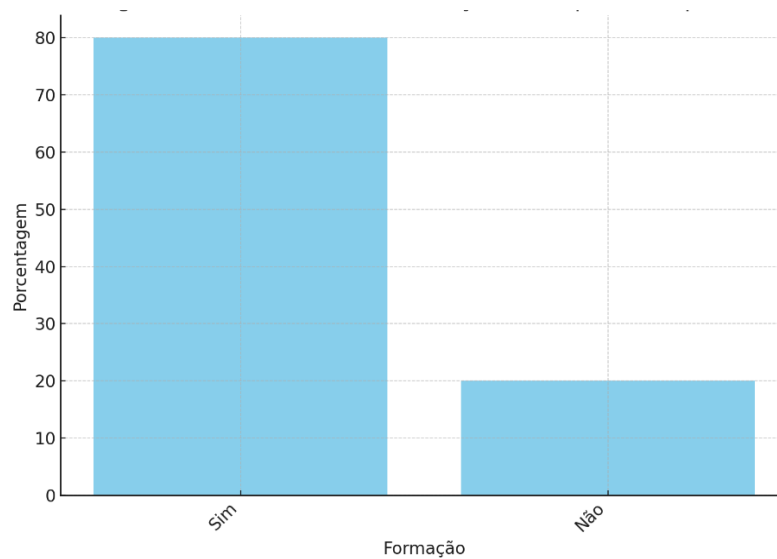
Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Em relação às modalidades esportivas adaptadas praticadas, a **Figura 4** revela que as atividades mais comuns são aquelas tradicionalmente ensinadas, como voleibol e futebol, representando 30% e 25% das respostas, respectivamente. Modalidades específicas de esporte adaptado, como esgrima e basquetebol adaptado, são raramente exploradas, indicando uma lacuna a ser preenchida.

Figura 4 – Análise respostas Diagnóstica 04

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

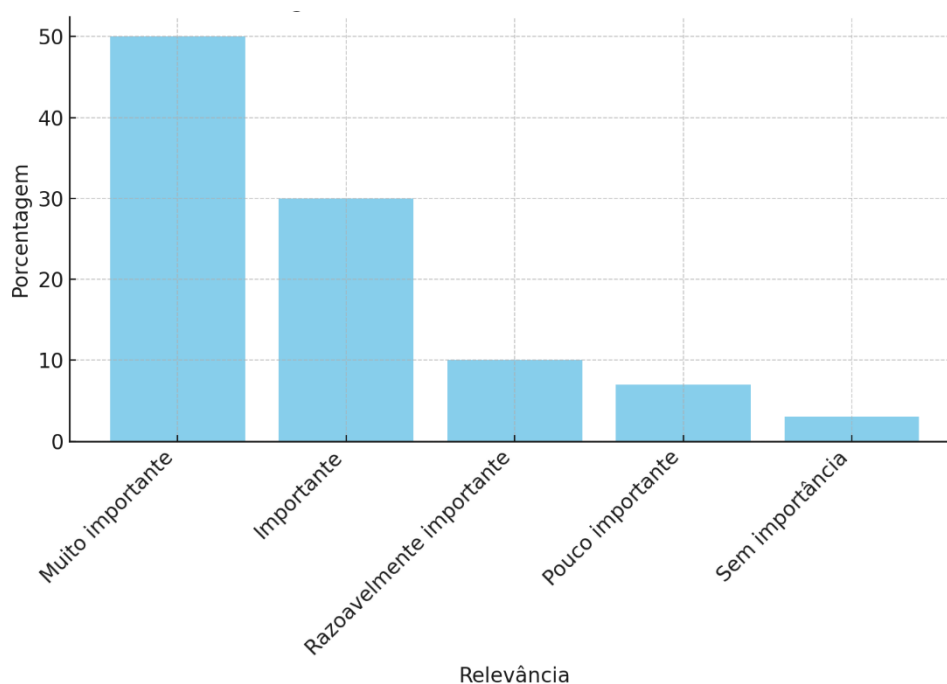
Quanto à formação continuada para trabalhar com esporte adaptado, a maioria dos professores, representada por 80%, indicou que a instituição deveria oferecer mais oportunidades de capacitação, conforme mostrado na **Figura 5**.

Figura 5 - Análise respostas Diagnóstica 05

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Por fim, em relação à percepção da importância de um Guia Prático para apoiar os professores no planejamento das aulas inclusivas, a **Figura 6** aponta que 50% dos respondentes consideram o guia "muito importante", e outros 30% o classificaram como "importante". Apenas 10% atribuíram uma importância intermediária ou menor ao guia. Esses dados confirmam a relevância do produto educacional desenvolvido.

Figura 6 – Análise respostas Diagnóstica 06



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

2.4.2 Questionário das características e Avaliação e Validação do Guia Prático

Ao final da elaboração do produto, foi aplicado um questionário aos sujeitos pesquisados, que consistia em 13 perguntas, subdivididas em informações pessoais, acadêmicas e profissionais, além de questões relacionadas à formação continuada. O questionário também incluía um conjunto de perguntas baseadas na Escala de Likert para testar a aplicabilidade do Guia enquanto produto educacional. A

confidencialidade dos dados foi garantida, e os resultados demonstram que o Guia Prático foi amplamente aceito pelos participantes, validando sua utilidade como ferramenta pedagógica.

Likert se refere ao sobrenome do psicólogo e sociólogo americano Rensis Likert, falecido em 1981, que, em 1932, publicou um artigo, denominado “A technique for the measurement of attitudes”, que fala sobre uma técnica de mensuração das atitudes, revolucionando a forma de pesquisas científicas em seres humanos, possibilitando a pesquisa sobre, praticamente, quase tudo. A escala original publicada por Likert é uma escala de concordância de 5 pontos, que varia de 1 a 5, 1 – Discordo totalmente, 2 – Discordo um pouco, 3 – Nem discordo, nem concordo, 4 – Concordo um pouco, 5 – Concordo totalmente, e as pessoas respondem o quanto elas concordam com as perguntas apresentadas referente ao tema proposto, sendo:

Tabela 1 – Exemplo de tabela com a Escala de Likert

Itens	Discordo totalmente	Discordo um pouco	Nem discordo nem concordo	Concordo um pouco	Concordo totalmente
Item 1	1	2	3	4	5
Item 2	1	2	3	4	5
Item 3	1	2	3	4	5
Item 4	1	2	3	4	5

Fonte: Desenvolvido pela autora.

Na escala de Likert, existem algumas variações, que podem ser na apresentação, que são as alternativas a serem marcadas, e na quantidade de opções de respostas, dependendo da pergunta que está fazendo e da mensuração do que se pretende-sedir. De acordo com Rodriguez (2005), em relação à confiabilidade da escala, por meio de metanálise, constata-se que uma escala específica, com três opções de resposta, é suficiente, sendo uma positiva, uma negativa e uma neutra. O resultado da diminuição do número de graus de escolha estreita o teste e equilibra, sendo mais eficiente para uma grande quantidade de respondentes.

Na avaliação do Guia Prático, os professores analisaram os aspectos de organização, conteúdo e relevância do material. A escala utilizada variou de "Totalmente Adequado" a "Inadequado", permitindo uma visão clara de como o Guia foi percebido pelos docentes.

A análise dos dados coletados por meio dos questionários aplicados aos professores de Educação Física do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) revela aspectos importantes sobre a percepção, implementação e desafios das atividades físicas inclusivas. Os resultados podem ser verificados em resultados e discussão.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Histórico dos direitos da pessoa com deficiência

É importante ressaltar o conceito de Educação Especial e Inclusão Escolar, a fim de promover uma perspectiva coerente da proposta do produto educacional. A educação inclusiva visualiza a escola como um espaço para todos, e os alunos se desenvolvem como cidadãos nas suas diferenças, como afirma Santos (1995, *apud* Mantoan, 2009, p. 21):

“[...] é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza, e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza” (Santos, 1995).

Ao refletir sobre a educação especial, enquanto o direito da pessoa com deficiência ao acesso a uma educação de qualidade, torna-se relevante contextualizar as raízes históricas desse movimento, que se fundamenta por intermédio das diversas legislações, como a Constituição Federal de 1988, art. 205, a declaração de Salamanca e a Lei de Diretrizes e Bases e da Educação Nacional (LDB) de 2006, que asseguram o ideal da educação para todos, incluindo aqueles que apresentam alguma deficiência motora, sensorial, visual e intelectual. A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, nos artigos 205 e 206, afirma que a educação é “um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania, a qualificação para o trabalho” e “a igualdade e condições de acesso e permanência na escola”.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; [...]; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade (Brasil, 1988).

O artigo 208 da Constituição Federal diz que é obrigação do Estado garantir a educação básica de forma gratuita às pessoas de 4 a 17 anos, e ainda assegura que é dever garantir o “atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria; II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (Brasil, 1988).

A declaração de Salamanca, que trata de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, surgiu como resultado da Conferência Mundial sobre as Necessidades Educacionais Especiais, realizada em junho de 1994, na cidade espanhola de Salamanca, sendo um dos documentos mais importantes que elencou discussões pertinentes, voltadas à educação das pessoas com deficiência ou amigos e pessoas próximas que também vivenciam diversas situações, assim como as envolvidas no processo de inclusão, como profissionais da educação especial. Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 1994 (UNESCO, 1994).

Com os sinais de esgotamento do modelo educacional tradicional, em que ocorre a divisão entre estudantes sem deficiência e os com deficiência nas modalidades de ensino regular e especial, surge a oportunidade de transformações, o que gera confrontos com as escolas conservadoras.

Autores como Luckesi (2005), discutem a importância da inclusão no contexto educacional, enfatizando a necessidade de criar ambientes que atendam às necessidades dos estudantes com deficiência. Ferreira (2014) aborda a adaptação curricular como um elemento fundamental para garantir a participação plena desses estudantes nas atividades escolares. Já Gorgatti e De Rose Júnior (2009) propõem uma abordagem pedagógica para o ensino de esportes adaptados, fornecendo diretrizes práticas para os professores. Ao considerar essas contribuições teóricas, pretende-se fornecer aos professores de Educação Física do IFMS um guia prático abrangente que os auxilie a refletir sobre a realização de atividades esportivas adaptadas nas aulas de educação física, garantindo assim, uma abordagem inclusiva e de qualidade para todos os estudantes.

Morin (2001) ressalta que toda trajetória escolar precisa ser repensada, considerando os efeitos cada vez mais nefastos das hiperespecializações dos saberes. Porém, chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, devemos rever a forma de pensar a educação física dentro desse sistema, buscando ações para a superação do capacitismo.

Dessa forma, os profissionais da educação buscam conhecimentos e qualificações para atender à demanda, causando reflexões sobre os objetivos da educação escolar na perspectiva da pedagogia inclusiva. Mantoan (2003) salienta que a maioria dos que fracassam na escola não vem do ensino especial, mas possivelmente acabará nele.

Ainda segundo a LDB, a educação profissional deve estar integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia. Atuando como um fator estratégico para o desenvolvimento socioeconômico nacional, bem como para a redução das desigualdades regionais e sociais. A oferta do Ensino Médio integrado à Educação Profissional deverá contribuir com a melhoria da qualidade dessa etapa final da educação básica. Em termos curriculares, essa modalidade reunirá conteúdos do Ensino Médio e da formação profissional que deverão ser

trabalhados de forma integrada durante todo o curso, assegurando o imprescindível diálogo entre teoria e prática.

Nessa proposta educacional e econômica, o papel do ensino médio é o de orientar sobre a relação entre o conhecimento e a prática do trabalho na construção de um estudante com múltiplas funções, conforme afirma:

[...] seu horizonte deveria ser o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Não se deveria, então, propor que o ensino médio formasse técnicos especializados, mas sim politécnicos (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p. 35).

A proposta de ensino médio integrado tem ganhado proporções em atendimento ao plano nacional de educação e em atendimento ao ideal de formação educacional associada ao mundo do trabalho descrita na LDB. Em exemplo a essa extensão, pode-se citar o Decreto no 5.154/04, que instituiu a modalidade de Ensino Médio integrado à educação profissional técnica de nível médio.

Nesta perspectiva, relaciona-se a proposta ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), que foi criado em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei nº 11.892, que estabelece:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:

I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais; Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. § 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais. § 2º No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.

No âmbito da Educação Física escolar, assim como nas demais disciplinas, a inclusão não deve ocorrer simplesmente com a presença do estudante com deficiência na quadra com demais estudantes sem deficiências. A aula para ser inclusiva consiste no desenvolvimento de atividades das quais todos os estudantes participem. Para isso, essas atividades necessitam ser acessíveis a todos. No caso dos esportes, devem ser proporcionadas práticas esportivas adaptadas. Freitas e Leucas (2009) afirmam que pensar a inclusão de estudantes com deficiência nas aulas de Educação Física significa considerar oportunizar aprendizagens que busquem proporcionar as mesmas oportunidades de vivência e de experiência a todos os estudantes.

Neste aspecto, torna-se inquestionável a importância da prática de Educação Física por pessoas com deficiência, sendo imprescindível que as aulas de Educação Física propiciem um ambiente de interação e cooperação entre os estudantes, assim como o respeito às diferenças.

Conforme destacam Souza e Pich (2013), a prática pedagógica da Educação Física pouco tem superado a organicidade escolar segmentada, a fim de estabelecer uma prática verdadeiramente inclusiva. Para que de fato ocorram as práticas esportivas de maneira inclusiva, é necessário que os professores, no contexto escolar, compreendam e articulem conceitos que fundamentam a inclusão escolar, tais como: diferença, diversidade e identidade.

Entretanto, de acordo com Carmo (2006), a Educação Física, na condição de conteúdo obrigatório nos níveis de ensino fundamental e médio, ainda tem utilizado como conhecimentos, em suas práticas, atividades físicas voltadas para classes homogêneas no tocante à idade, sexo, habilidades e capacidades físicas. Segundo o autor, ainda existem muitas dúvidas sobre o que fazer durante as aulas com os estudantes com deficiências, cardiopatas, obesos ou pouco habilidosos. As pessoas tendem a focar na limitação e não na potencialização das suas capacidades.

Com o intuito de promover maior compreensão, a partir da revisão da literatura, com pesquisas através de autores que abordam as questões da importância do esporte para essa população, apresentamos o percurso da prática de esportes para pessoas com deficiência.

3.2 O esporte e a pessoa com deficiência

O histórico da prática de esportes para pessoas com deficiência inicia-se em 1924, quando foi criada a primeira Federação organizada pelas pessoas com deficiência auditiva, denominada CISS (Comitê Internacional de Esportes para Surdos), evento que promoveu a sistematização do esporte, que se iniciou entre o final do século XIX e início do século XX. O movimento paralímpico veio mais tarde. A partir de uma pesquisa do neurocirurgião alemão Ludwig Guttman, que utilizava o esporte como parte do processo de reabilitação dos pacientes da Guerra, primeiramente na Inglaterra (Mello; Oliveira Filho, 2012).

Segundo Bailey (2008), o movimento paralímpico teve por base um modelo centrado nas práticas de reabilitação e de lazer dos heróis de guerra na sociedade, sendo assim, a prática de esporte por pessoas que retornavam da guerra com lesões servia como elemento motivador para a superação.

Mas foi a partir da metade do século XX que o esporte se consolidou, e foi organizado um evento, mais tarde chamado de Jogos Paralímpicos. A primeira competição aconteceu em Stoke Mandeville, em 1948, e coincidiu com a abertura dos Jogos Olímpicos de Londres. Então, Guttman afirmava que as pessoas com deficiências estavam tendo o seu equivalente aos Jogos Olímpicos. E o primeiro Jogos Paralímpicos ocorreram em Roma, em 1960 (Mello; Oliveira Filho, 2012).

Atualmente, mediante aos aspectos das modalidades paralímpicas e suas exceções, acerca das regras e modelos em relação às modalidades convencionais, é natural surgirem dúvidas aos professores de Educação Física sobre as possibilidades nas práticas esportivas adaptadas e, talvez, a abordagem adequada, mediante a deficiência apresentada. O esclarecimento das principais características pode facilitar aos estudantes o acesso ao esporte e seus benefícios, como melhora à autoestima, à superação, à concentração, que promovem eficácia no aspecto cognitivo, físico, perceptivo, sensorial, aprimorando e desenvolvendo conhecimentos culturais, educacionais e profissionais, assim como sua compreensão sobre o processo de inclusão e, conseqüentemente, qualidade de vida (Greguol e Costa, 2019).

Também encontramos em Paes, que:

[...] Esporte é um fenômeno cultural, social e sua prática pode ter diferentes objetivos. Na escola, deverá ser focado como uma atividade para todos; no clube, os objetivos podem ser outros: recreação ou mesmo profissão (Paes, 2001, p. 21).

O autor relaciona a prática do esporte a uma gama de possibilidades, como potencializar capacidades e despertar interesse na sua evolução dentro da modalidade escolhida, além das perspectivas educacionais e profissionais que surgem mediante essa influência. As oportunidades atuais são muito relevantes nesse aspecto, pois despertam no indivíduo iniciativas de desenvolvimento pessoal e profissional no contexto em que está inserido, levando motivação e, conseqüentemente, atuação participativa e produtiva enquanto cidadão. Partindo desse viés, correlaciona-se a vivência das diversas atividades físicas inclusivas na quadra da escola com a formação integral dos estudantes.

O esporte para as pessoas com deficiência é um catalisador, juntamente com saúde, educação e lazer, na transformação da vida das pessoas. Nosso desejo é ver todas as pessoas com deficiência praticando esporte. O esporte socializa, educa, inclui Erinaldo Chagas, secretário nacional substituto do Paradesporto

Segundo Frigotto; Ciavatta e Ramos (2012), no ensino médio integrado, como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. A partir dessa correlação, destaca-se a importância do conhecimento de informações pertinentes às manifestações da prática do paradesporto na formação omnilateral, além das principais considerações em relação às especificidades da deficiência apresentada. A introdução do processo na relação entre professor e estudante inicia-se na abordagem e na utilização das terminologias adequadas.

De acordo com Sassaki (2003), o termo correto para se referir à pessoa com deficiência gera muitas dúvidas, e no decorrer da história já sofreu diversas alterações. O autor ressalta os termos já utilizados anteriormente, entre o período de 1960 até os dias de hoje, respectivamente, sendo: “os incapazes”, os “defeituosos”, “os

deficientes”, “os excepcionais”, “pessoas deficientes”, “pessoas portadoras de deficiências”, “pessoas com necessidades especiais”, “portadores de necessidades especiais”, “pessoas especiais”, “pessoas com deficiência”, “portadores de direitos especiais”. Em 1990, o termo “pessoas com deficiência” tornou-se o termo preferido, e em um evento realizado em Recife em 2000, denominado “Encontrão” das organizações de pessoas com deficiência, conclamaram o povo a aderir a esse termo, que perdura até os dias de hoje. Destaca-se essa compreensão muito importante em relação à abordagem inicial, na construção da relação entre o professor e o estudante com deficiência no ambiente escolar.

De acordo com Santos (2020, p. 12), as concepções da sociedade a respeito das pessoas que apresentam características diferentes da maioria estão associadas à falta de informação, que, algumas vezes, pode levar à assimilação das pessoas com deficiência à incapacidade ou inferioridade, gerando o preconceito e impactos negativos na vida dessas pessoas. Tais considerações nos levam à reflexão sobre o termo capacitismo, que tem sido utilizado há pouco tempo, cerca de dez anos, e representa o combate a essa correlação da pessoa com deficiência com a incapacidade ou inferioridade, por apresentarem características físico-motoras ou intelectuais, diferentes dos padrões normais da sociedade humana. De acordo com Mello (2016, p. 3274, grifo nosso), o capacitismo.

[...] pode até ser uma categoria insuficiente na língua portuguesa, mas é justamente a capacidade de ser e fazer que é reiteradamente negada às pessoas com deficiência em diversas esferas da vida social. Por isso, para efeitos práticos, proponho a sua adoção nos movimentos sociais, nas produções acadêmicas e em documentos oficiais e políticas públicas.

Este processo de ampliação do direito à adaptação no esporte tornou-se um desafio para todos os envolvidos no processo educacional inclusivo. Neste contexto, tem-se como destaque o papel do professor. Conforme destacam Staimback e Staimback (1999), o educador tem um importante papel ao detectar potencialidades e limitações e fazer com que o estudante compreenda esses fatores individuais, direcionando assim o aperfeiçoamento das potencialidades e superação de suas limitações. Para os educadores, ainda é um desafio, principalmente, devido à

especificidade do método de ensino-aprendizagem destes alunos, considerando os direitos deles de adaptações em todas as ações dentro da escola, conforme a LDB:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades (Brasil, 1996).

Ou seja, professores de Educação Física precisam oferecer métodos e técnicas especificamente organizados ao público da educação especial, o que inclui o esporte, porém, a inclusão vai além de um esporte ou de uma competição, necessita de qualidade no atendimento a esse público, não inferiorizar ou qualificar as pessoas de acordo com algumas características por questão de não compreensão, mas sim buscar possibilidades e formas para que o estudante, em suas condições específicas, consiga realizar ações e envolver-se nos eventos esportivos da Instituição.

Dentre as modalidades paradesportivas oficiais, podemos destacar: atletismo, badminton, basquete em cadeira de rodas, bocha, futebol de cegos, futebol PC, goalball, judô, natação, tênis de mesa e voleibol sentado, que serão abordados sobre suas particularidades no guia proposto, e ainda, relacionar as especificidades das deficiências com as atividades físicas inclusivas nas aulas práticas de educação física e suas possibilidades em relação ao esporte adaptado. Sobre a relação das deficiências e a atividade física, destacamos as seguintes considerações.

3.3 Atividade física e deficiência visual

A deficiência visual é caracterizada pela perda parcial ou total da capacidade visual em ambos os olhos, mesmo com a correção óptica máxima possível, resultando em limitações no desempenho das atividades cotidianas (Munster; Almeida, 2008).

Ao considerarmos o desenvolvimento do indivíduo e, especialmente, seu processo de aprendizagem, é essencial contemplar a interação entre os sentidos, o sistema motor e as emoções da criança com as pessoas e objetos ao seu redor. Essa

interação desempenha um papel fundamental na construção dos processos cognitivos, facilitando a ativação da aprendizagem (Cobo, Rodriguez; Bueno, 2003).

Para a pessoa com deficiência visual, a percepção de si mesma e do mundo ao seu redor é alterada devido à restrição das informações recebidas, o que impacta sua interação com o ambiente.

Segundo Interdonato (2009), é fundamental estimular as pessoas com deficiência visual para que possam aprimorar, principalmente, seus outros sentidos, como audição, tato e olfato, e assim evitar que enfrentem limitações ou distorções em seu repertório de informações, bem como insegurança e dificuldades de adaptação em um mundo majoritariamente visual. O autor argumenta que a visão desempenha um papel crucial como mediador entre todas as informações sensoriais, proporcionando estabilidade à interação da criança com seu ambiente. Compreender o mundo por meio de sons, odores e contatos torna-se desafiador quando não há percepção visual, mesmo após exposição contínua a descrições do entorno e estímulo constante.

Assim, destaca-se a importância de uma estimulação multissensorial desde os primeiros momentos de vida, reconhecendo que tal abordagem pode não atingir um nível de desenvolvimento equivalente ao alcançado por meio da visão. Além disso, a utilização plena de todos os sistemas sensoriais auxilia a criança a atingir seu potencial máximo de aprendizagem e desenvolvimento.

Os processos cognitivos de indivíduos com deficiência visual diferem daqueles de pessoas sem deficiência, mesmo quando a criança possui estímulos adequados e a vontade necessária para explorar objetos e sons do ambiente. Diversos aspectos relevantes podem influenciar o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem desses indivíduos, incluindo aspectos perceptivos, motores, linguagem, comunicação e competência social (Gorgatti; Rose Júnior, 2009). No âmbito perceptivo, atividades diversas são cruciais para desenvolver a percepção do indivíduo em relação aos seus órgãos sinestésicos, destacando-se que a deficiência visual por si só não determina essas limitações.

Durante os primeiros anos de vida, quando a criança com deficiência visual é excessivamente protegida ou não recebe estímulos adequados dos pais, ela perde a oportunidade de vivenciar uma ampla gama de experiências motoras e,

principalmente, sensoriais. Essa carência de oportunidades resulta em um atraso motor e sensorial, especialmente entre os 4 e 8 anos, em comparação com crianças que enxergam, sendo geralmente compensado apenas na adolescência, Navarro (2004).

O mesmo autor ainda relata que o desenvolvimento dos aspectos motores ocorre por meio de atividades físicas, nas quais o indivíduo adquire uma melhor percepção do próprio corpo, facilitando a construção de relações mais eficazes com o ambiente. Crianças com deficiência visual enfrentam desafios para reconhecer seus corpos, os objetos ao redor e os parâmetros espaciais essenciais para movimentos independentes.

Quanto aos aspectos cognitivos, a linguagem e a comunicação desempenham um papel crucial, proporcionando ao indivíduo maior facilidade de expressão e interação com outras pessoas e o ambiente ao seu redor. O terceiro aspecto, a competência social, abrange habilidades relacionadas ao desenvolvimento funcional, como higiene pessoal, vestimenta e habilidades alimentares (Longmuir e Bar-Or, 2000).

Observa-se que proporcionar estímulos apropriados para crianças que nascem sem a capacidade visual pode contribuir significativamente para atenuar os atrasos no desenvolvimento, desde que essas experiências sejam motivadoras, seguras e adequadas. Uma abordagem eficaz para promover esse desenvolvimento é por meio de atividades físicas adaptadas, levando em consideração as características específicas de cada faixa etária.

É importante notar que, em geral, pessoas com deficiência visual tendem a apresentar níveis reduzidos de atividade física. No entanto, a ausência de visão não é o fator decisivo nessa situação. O que pode ter um papel mais determinante é a passividade motora observada em indivíduos com deficiência visual, resultante do movimento menos frequente e das experiências limitadas com o ambiente ao redor.

3.4 Atividade física e deficiência auditiva

A deficiência auditiva caracteriza-se por uma privação sensorial, tendo como sintoma comum uma reação anormal diante do estímulo sonoro (Gagliardi & Barrella, 1986). Essa situação influencia na linguagem. Segundo Greguol e Costa (2019), a deficiência auditiva interfere na recepção e na produção da linguagem, já que a linguagem é de extrema importância em todas as extensões do desenvolvimento. A incapacidade de ouvir e falar abrange dificuldades na evolução social e acadêmica do ser humano. Dessa forma, o sentido auditivo vai além da função básica de receber e interpretar sons externos. Atinge também o desenvolvimento motor e corporal.

Conforme Paseto (2004), o contato com o mundo sonoro por meio da audição leva à estruturação da linguagem oral, sendo o principal meio de comunicação entre os seres humanos. Os cidadãos que apresentam deficiência auditiva se suprem mediante o tato e a visão, porém, essa condição o leva à distração mais facilmente. Dessa forma, em relação à aprendizagem, é necessário um olhar atento do professor para garantir sua atenção e evitar a ansiedade, além de promover o desenvolvimento de habilidades como equilíbrio e seu desenvolvimento motor, auxiliando ainda na sua adaptação social.

Segundo Greguol e Costa (2019), estudos comprovam que, caso haja uma conduta de isolamento da criança, os desníveis motores podem vir a ser agravados. Sendo assim, ressalta-se a importância de promover a motivação física e a inclusão do estudante em atividades adaptadas. Tais adaptações sugerem promover atividades que facilitem o desenvolvimento do estudante em vários aspectos.

3.5 Atividade física e deficiência motora

Os aspectos que relacionam as pessoas com deficiência motora ao seu desenvolvimento pessoal e social provocaram, no passado, muitos rótulos como incapazes, improdutivos, ineficientes, dentre outros. Esse entendimento vem se transformando com o tempo, devido aos trabalhos voltados para a educação. No contexto da atividade física, por indicação médica, ressalta-se a reabilitação como

meio de reinserção e integração social, e também despertou interesse para vários estudos em relação a este assunto (Shimazaki e Pacheco, 2018).

A deficiência motora é definida como alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, excluindo-se as deformidades estéticas e outras que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. Os tipos de deficiência motora são: paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação, paralisia cerebral e ostomia. (Brasil, 2004).

Segue na tabela 01 algumas definições, para melhor compreensão:

Tabela 1 – Definições de deficiências

PARAPLEGIA	Perda total das funções dos membros inferiores
PARAPARESIA	Perda parcial das funções motores dos membros inferiores
MONOPLEGIA	Perda total das funções motoras de um só membro (inferior ou posterior)
MONOPARESIA	Perda parcial das funções de um só membro (inferior ou posterior)
TETRAPLEGIA	Perda total das funções dos membros inferiores e superiores
TETRAPARESIA	Perda parcial das funções dos membros inferiores e superiores
TRIPLEGIA	Perda total das funções de três membros
TRIPARESIA	Perda parcial das funções de três membros
HEMIPLEGIA	Perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo)
HEMIPARESIA	Perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo)
AMPUTAÇÃO	Perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de um membro
PARALISIA CEREBRAL	Lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência intelectual
OSTOMIA	Intervenção cirúrgica que cria um ostoma (abertura/óstio) na parede abdominal para adaptação de bolsa de coleta; processo cirúrgico que visa à construção de um caminho alternativo e novo na eliminação de fezes e urina para o exterior do corpo humano (colostomia: ostoma intestinal; urostomia: desvio urinário).
NANISMO	Deficiência no crescimento que culmina em baixa estatura- se comparado com a média.

Fonte: Com base na tabela: a inserção da pessoa portadora de deficiência e do beneficiário reabilitado no mercado de trabalho; MPI/Comissão de Estudos para reinserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho. Brasília DF/2001.

3.6 Atividade física e deficiência intelectual

Segundo Azevedo (2004), a Deficiência Intelectual tem como principal característica a dificuldade de raciocínio e compreensão, e é basicamente caracterizada pelos indivíduos que apresentam um conjunto de habilidades gerais relacionadas à inteligência abaixo da média, e de déficit no comportamento

adaptativo, expresso nas habilidades conceituais, sociais e práticas. As causas ainda são desconhecidas, mas podem ser genéticas, congênitas ou adquiridas. As principais manifestações da deficiência intelectual são a aquisição lenta de novos conhecimentos e habilidades, o comportamento imaturo e a limitação nas habilidades de autocuidado.

As famílias, em busca de mediar tais defasagens, geralmente são orientadas a buscar no esporte um estímulo social e cognitivo, considerando a prática a longo prazo benéfica, pois auxilia na oxigenação do cérebro, treina déficits motores e libera substâncias relacionadas ao prazer no organismo desta pessoa, conseqüentemente traz melhoras globais reforçadoras de desenvolvimento intelectual.

O esporte ocupa uma posição muito importante e relevante quanto à inclusão social, mas mesmo diante de tantos benefícios que ele proporciona aos indivíduos com deficiência, a realidade nacional do Paradesporto ainda é preocupante, pois não lhe é dada a valorização necessária e proporcional à contribuição na vida dessas pessoas, mesmo sendo “um dos requisitos indispensáveis para que o indivíduo possa atingir a dimensão total da inclusão social” (Azevedo, 2004). Segundo este autor, o aspecto de resgatador social também deve ter importância redirecionada aos benefícios dessa prática, especialmente quanto ao aprender e ao adaptar-se no mundo social.

A pessoa com deficiência intelectual possui condições estruturais e funcionais que comprometem a adaptação ao ambiente e à ampla aquisição de informações. Dessa forma, o processo de ensino-aprendizagem tradicional das escolas passa a ser insuficiente para a promoção educacional do aluno, de modo que estratégias especializadas se fazem altamente necessárias (Batista; Enumo, 2004; Brasil, 2006, 2007, 2010; Mantoan, 2003; Ribeiro, 2009; Sánchez, 2005; Sasaki, 2003).

Segundo Mantoan (2003), “nosso modelo educacional mostra há algum tempo sinais de esgotamento, e nesse vazio de ideias que acompanha a crise paradigmática, surge o momento oportuno de transformações”.

Para que tais transformações ocorram faz-se necessário a intermediação de um professor ou profissional da educação física, com uma noção em compreender as especificidades das pessoas intelectualmente deficitadas. Sobre esse viés mediador podemos citar Vygotsky e a sua teoria do ensino apropriado “As mais sérias

deficiências podem ser compensadas com ensino apropriado, pois, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental” (Vygotsky, 1997, p. 101). Vygotsky deixou inúmeras contribuições sobre o desenvolvimento intelectual das pessoas com deficiências. Em diversos escritos, o autor menciona sobre adequações para suprir defasagens, o que podemos compreender como uma sugestão de adaptações no ensino e nas atividades oferecidas ao público de pessoas com necessidades especiais também no contexto esportivo.

Para Vygotsky (1987), os estudantes deveriam ser encorajados por seus docentes a superar suas limitações pedagógicas, reinventando suas habilidades por meio de estratégias pedagógicas adequadas, capazes de provocar avanços que não seriam conseguidos de forma espontânea.

Entende-se, portanto, o esporte adaptado como um instrumento que poderá proporcionar à pessoa com deficiência possibilidades de realizar práticas esportivas conforme suas capacidades de desenvolvimento. A prática de atividade física constitui um recurso importante na capacitação e no apoio ao desenvolvimento de pessoas com deficiência intelectual (Gregool e Costa, 2019).

Porém, segundo Winckler (2012), a inserção da pessoa com deficiência em um ambiente como esse possibilita construções e ressignificações que podem tanto facilitar a sua inclusão, como dificultá-la. A inclusão da pessoa com deficiência no esporte significa oferecer a oportunidade e incentivar a adesão de qualquer pessoa com deficiência à prática esportiva. Nesse contexto, promove-se o desafio ao aprimoramento das habilidades de acordo com o grau da deficiência apresentada, despertando o sentido desafiador que pode levar à superação e, conseqüentemente, à melhor qualidade de vida.

Em suma, a prática esportiva por pessoas com deficiência intelectual pode remodelar o seu futuro, por meio do estímulo cognitivo, promovendo, enriquecimento do desenvolvimento de habilidades, oportunizando atuação enquanto cidadãos construtivos e participativos na sociedade em que estão inseridos, além de vencer suas limitações e preconceitos advindos do desconhecimento da sociedade.

Mediante as observações apresentadas, deve-se considerar questões a respeito do esporte como mecanismo para promoção da inclusão dos estudantes com deficiência no JIFMS, de acordo com as características apresentadas.

4. JOGOS DO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – JIFMS

Os Jogos do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (JIFMS) tiveram sua primeira edição em 2014, o evento aconteceu na cidade de Campo Grande, e contou com a participação de 230 estudantes. Trata-se de uma competição de múltiplas modalidades esportivas, individuais e coletivas, com a participação dos estudantes dos dez campi da Instituição.

As competições são classificatórias para a etapa Centro-Oeste dos Jogos do Instituto Federal (JIFCO), que por sua vez classifica atletas para os Jogos Nacionais dos Institutos Federais (JIF). As modalidades oferecidas são atletismo, basquete, futsal, judô, natação, tênis de mesa, vôlei de areia, voleibol e xadrez, conforme regulamento da edição de 2022, que podem ser verificadas em seu regulamento, no Anexo III.

Ao analisar o Regulamento do JIFMS, observa-se, dentre as finalidades, promover a inclusão social, ampla participação. Abrange, dentre os princípios, o da Humanização, visando o direito à diversidade, dentre outros. Mediante essas informações, constata-se que as considerações propostas não vão de encontro, em sua totalidade, com ações que favorecem o envolvimento do estudante com deficiência nas possibilidades das modalidades adaptadas. Dessa forma, este estudo contribui positivamente com sugestões sobre maneiras de organizar uma competição inclusiva, que viabilize o envolvimento dos estudantes com deficiência no JIFMS, oportunizando a participação de todos.

As considerações em relação ao JIFMS nos levam à reflexão sobre o esporte como ferramenta para o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva, e ainda, colaborar com o processo de formação dos professores, que abordaremos a seguir, em sua trajetória.

5. OPORTUNIDADES PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO DO ESPORTE ADAPTADO

5.1 Histórico

Segundo Duarte (1986), a recomendação sobre a formação de professores inicia-se a partir das ideias do educador e pedagogo do século XVII, João Amós Comenius, que defendia a educação sobre o aprender e o pensar. O Seminário dos Mestres foi a primeira organização voltada à formação de professores estabelecida por São João Batista de La Salle, em Reims, na França.

Um reflexo organizacional sobre a instrução popular ocorreu no século XIX, após a Revolução Francesa, surgindo o processo de criação das Escolas Normais como responsáveis pela formação de professores. A primeira instituição com o nome de Escola Normal foi instalada em Paris, em 1795, proposta pela convenção em 1794. Assim, organizando a escola normal superior e a Escola Normal primária, com formação de professores de nível secundário e ensino primário, respectivamente. Com a conquista do norte da Itália, Napoleão instituiu a Escola Normal de Pisa, em 1802, com os mesmos moldes da Escola Normal Superior de Paris. O modelo da Escola Superior não prevaleceu, transformando-se em instituição de altos estudos, não se preocupando com a formação didático-pedagógica.

De acordo com Saviani (2008), no Brasil, a reflexão sobre a organização da instrução popular elevou-se após a independência, que se descreve em seis períodos, e inicia-se a partir da promulgação da Lei das Escolas de Primeiras Letras, em 15 de outubro de 1827, no artigo 4º, que estipula que os professores fossem treinados no método mútuo, com preparo didático, porém não pedagógico. Entre 1890 e 1932, houve a necessidade de reformar o plano de estudos, com o objetivo de enriquecer os conteúdos curriculares e destacar os exercícios práticos de ensino, então a criação da escola modelo anexa à escola normal. De 1932 a 1939, sem novos avanços no modelo anterior, foram criados os institutos de educação, relacionando o ensino e a pesquisa, consolidando o modelo pedagógico-didático. No Decreto-lei n.1.190, de 4 de abril de 1939, a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil tornou-se referência para as escolas de nível superior.

A partir de 1971, as mudanças na legislação de ensino provocaram adequações no campo educacional. A Lei n.º 5.692/71 (Brasil, 1971) ocasionou a mudança dos ensinos primário e médio, para primeiro grau e segundo grau, e assim, desapareceram as escolas normais. Devido à precariedade do sistema, foi lançado, em 1982, o projeto que gerou os Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAMs), caracterizando a revitalização da Escola Normal. Segundo Silva, 2003, ainda não satisfatório, simultaneamente, a partir de 1980, surgiu um grande movimento para reformulação dos cursos de Pedagogia e licenciatura.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB) foi introduzida como alternativa aos cursos de pedagogia e licenciatura, aos institutos superiores de educação e às Escolas Normais Superiores.

Ao analisar os períodos expostos, observa-se, nesse percurso, transformações, uma inconstância, mas não interrupção. Verificam-se políticas formativas precárias e direcionamento não satisfatório na preparação dos docentes frente aos problemas na educação escolar no Brasil (Saviani, 2008, p. 218-221).

Conforme Santoni Rugiu, 1998, os aspectos teóricos apresentam dois modelos de formação de professores: modelos dos conteúdos culturais cognitivos, onde predomina a cultura geral, e os conteúdos da área de conhecimento específico da disciplina que o professor irá ensinar. Sendo dispensável a formação pedagógico-didática. O outro é o modelo pedagógico-didático, onde a cultura geral e os conhecimentos específicos na área de conhecimento se completam com o efetivo preparo pedagógico didático para uma formação completa do professor. Esse modelo se aproxima mais dos antecedentes históricos.

Prevaleceu nas universidades o modelo dos conteúdos culturais cognitivos. Somente com a consolidação das Escolas Normais, no século XX, verificou-se a predominância do modelo pedagógico-didático. Dentre os riscos, uma sólida cultura pedagógica pode ser enfraquecida pelo modelo dos conteúdos culturais-cognitivos, deixando as exigências pedagógicas em segundo plano. E ainda, pelo fato de que, no Brasil, o processo de ensino se divide em Universidades distintas, sendo os conteúdos específicos voltados aos institutos e faculdades específicas, e o preparo pedagógico-didático às Faculdades de Educação.

Dessa forma, surge o dilema de como articular os dois modelos adequadamente, já que é necessária a aplicação de ambos ao processo de formação de professores. Em busca da solução de tal dilema, uma alternativa seria a utilização de livros didáticos, articulando a forma e o conteúdo.

Sobre a formação de professores voltados à Educação Especial, que foi definida pela LDB como modalidade de ensino, ainda está em aberto, pois necessita de uma reflexão um pouco mais específica.

Além dos aspectos abordados, em relação à formação de professores, deve-se levar em consideração as questões do salário e da jornada de trabalho. As condições de trabalho não despertam interesse aos jovens estudantes, já que a teoria se distancia da prática. Nas políticas públicas educacionais, se a Educação fosse tratada como prioridade máxima, poderia atingir outros setores positivamente, como saúde, segurança, desemprego, meio ambiente, etc.

A falta de um quadro de professores altamente qualificados dificulta uma formação de cidadãos conscientes, críticos, criativos, esclarecidos e tecnicamente competentes no mercado de trabalho.

5.2 Formação de professores na educação profissional e tecnológica

Segundo Kuenzer (1985, p. 19-40), sobre a formação de professores na Educação Profissional e Tecnológica, as perspectivas são formar professores que coloquem em discussão princípios humanísticos e tecnológicos, promovendo uma educação omnilateral e propedêutica, ou seja, integrar as modalidades da educação com as dimensões do trabalho, objetivando uma formação integral do estudante, tanto para o mundo do trabalho quanto para a vida em sociedade.

Os desafios permeiam, mediante a organização e desenvolvimento curricular, integrar elementos da formação geral com a formação tecnológica, mediar a importância dos saberes pedagógicos frente à dependência entre a universalização da educação básica e a educação profissional e tecnológica, e ainda, a inclusão social emancipatória. De acordo com Zarifian (2001, p. 135), a definição de trabalho destaca-

se na questão onde o ambiente de trabalho transforma-se de afazeres para intervenção.

Segundo Costa (2012), existem ainda muitos desafios sobre as políticas de formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que permeiam entre a formação inicial e a prática pedagógica, além da deficiência em relação à formação continuada no campo da educação.

A autora ressalta a carência no âmbito da pedagogia, além do modelo do ensino tradicional que perdura até hoje. Elenca as questões da aprendizagem por meio das metodologias, criando estratégias de ensino com recursos didáticos e métodos coerentes de avaliação, além da incorporação de tecnologias de maneiras variadas, a partir da desintegração do Ensino Médio da EPT, não sendo mais obrigatório o ensino integrando, mas possibilitando-o. Observa-se que na teoria funciona bem, mas na prática deixa a desejar nas integrações curriculares em concordância à integração dos professores. Dessa forma, a metodologia dos projetos tornou-se um desafio.

A autora relaciona o foco dos alunos a respeito do diálogo com outras ciências, o que necessita de um planejamento em busca dessa integração. Cabe aos professores o desafio de dominar os conhecimentos da área de formação e ainda um conhecimento mínimo de outras áreas, além das diferenças entre as avaliações somativas e formativas, sendo que a avaliação faz parte do processo de aprendizagem do aluno.

Ainda de acordo com Costa (2012), observa-se, diante de pesquisas e estudos de profissionais especializados, dedicados profissionalmente ao estudo e ao acompanhamento e formulação das grandes orientações das políticas vinculadas às suas respectivas áreas, que os programas de governo atuam com soluções imediatistas para suprir a falta de professores em determinada área de formação, gerando uma precariedade na política de formação de docentes para a EPT, pois não visam uma relação entre educação, sociedade e o trabalho, em sua dimensão ontológica.

Segundo Maia e Hobold (2014), em relação às pesquisas sobre a formação e o trabalho docente no período entre 2000 e 2011, a formação de professores tem sido muito discutida, em busca de aperfeiçoamento. Além dos contextos que integram o ambiente escolar, como a construção de relações sociais e políticas, descobrir

diferentes formas de ser, valores e ideologia e no entendimento de que a Educação contribui para a humanização do ser humano, sendo o professor o principal protagonista do processo educativo, mediante suas ações.

A formação dos professores ainda é um desafio para as universidades. Em um breve histórico, até o final dos anos 1970, o professor era voltado a resolver os problemas da prática com aplicação de teorias e técnicas científicas. Na década de 1980, o papel do professor era emancipar politicamente e socialmente os estudantes, e a escola, o papel de transformador da realidade social na relação entre prática educativa x prática social, suprimindo a necessidade de interação através de discussões e troca de ideias (Santos *et al.*, 2006).

Dessa forma, mediante tantas questões em relação à formação dos professores, verifica-se um aumento considerável nas produções científicas desse tema. Surgem então, ao final de 1980, estudos como “estado da arte”, caracterizados como pesquisa de natureza documental-bibliográfica, e têm o objetivo de mapear as pesquisas existentes e também promover discussões sobre elas.

Dessa forma, mediante tantas questões em relação à formação dos professores, verifica-se um aumento considerável nas produções científicas desse tema. Surge então, ao final de 1980, estudos como “estado da arte”, caracterizada como pesquisa de natureza documental-bibliográfica, e tem o objetivo de mapear as pesquisas existentes e também promover discussões sobre elas.

De acordo com o artigo “Estado da Arte sobre Formação de Professores entre 2001 e 2016: “Um Olhar sobre a produção brasileira a partir do portal de periódicos CAPES/MEC”, que aborda as publicações referentes à formação dos professores entre os anos de 2001 a 2016, promovendo uma continuidade do estudo anterior comentado. Destaca-se, nesse período, mais publicações voltadas ao trabalho docente do que à formação inicial, e também um aumento significativo na quantidade de pesquisas, destacando o Estado de São Paulo como o que mais desenvolve pesquisas sobre esse tema, sendo os assuntos mais pesquisados a formação inicial e continuada e políticas, tecnologias e Educação a Distância.

Assim como no estudo anterior, também apresentam relevâncias em relação à falta de informação nos resumos, o que caracteriza inconsistência de dados devido à carência de informações, e também na abordagem em relação à especificação de

disciplinas e modalidades de ensino, que não estão presentes nesse trabalho. E ainda se nota a necessidade de pesquisas quantitativas e a demanda de mais pesquisas abordando esse tema.

5.3 Trabalho e Formação Profissional na Educação Profissional e Tecnológica

O II Seminário de Alinhamento Conceitual do ProfEPT – IFPR - *Campus Curitiba*, com a temática: “Trabalho e Formação Profissional na Educação Profissional e Tecnológica”, realizado em 25 de outubro de 2017, apresentou uma mesa redonda com os professores Dante Henrique Moura (IFRN), Marise Ramos (FIOCRUZ) e Domingos Leite Lima Filho (UTFPR) trazendo uma reflexão sobre trabalho e formação profissional, com ênfase na tecnologia: um olhar para a produção, a ciência e a tecnologia e as formas de pensar o mundo, de aprender (Moura; Ramos; Lima Filho, 2017).

As reflexões analisadas nos vídeos foram transcritas a seguir:

Essa temática entende os professores enquanto agentes de desenvolvimento das críticas sociais, em busca de transformar a realidade com um pensar reflexivo no ir e vir entre a prática e a teoria e em como se produz o conhecimento para transformar o mundo.

Também propõe desenvolver o aluno não só para o aprendizado da técnica, mas ampliar o horizonte formativo de modo integral e as dificuldades entre o saber sistematizado e o saber do trabalho. Ressalta ainda a precariedade na formação dos professores para a Educação Profissional e Tecnológica e relaciona a reflexão entre os três autores que unificam a questão da tecnologia como relação social, a tecnologia relacionada ao modo de proceder do homem para com a natureza, e o processo de produção de suas relações sociais, mediante as representações intelectuais. Destacam ainda a Educação de Tecnologia como construção social, que promove uma sociedade mais justa e democrática.

Aborda ainda a questão do desafio em como formar o formador, como deve ser formado o docente, e a necessidade do professor assumir sua própria condição de

classe, enquanto trabalhador, formando alguém da mesma classe, e as características voltadas à construção da relação trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

Elenca também a questão da privatização indireta do espaço público, ou seja, o poder público sendo guiado pelo poder privado com o dinheiro público, e que, além da utilização dos espaços formais, que a formação ocorra não somente nesses espaços, mas que possa se formar na totalidade social e no que está fora da escola. Aponta que a Educação precisa formar sujeitos que permitam compreender a atuação de maneira crítica, autônoma e emancipada e englobar os conhecimentos científicos, resultando uma formação humana integrada: o ensino médio integrado, politécnico e omnilateral.

Conforme considerações apontadas, a pesquisa não se caracteriza como uma receita a seguir, mas um compartilhar de experiências relacionadas aos desafios da prática. Dessa forma, correlacionamos tais reflexões com o estudo apresentado, o esporte como uma importante ferramenta nesse processo inicial na promoção da inclusão, e os professores no processo da relação entre teoria e prática, em seus acertos e erros, frente à conexão do esporte à pessoa com deficiência em sua prática.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 Produto educacional

Guia prático destinado às atividades físicas inclusivas e suas possibilidades

O produto desenvolvido neste trabalho é um Guia Prático destinado às Atividades Físicas Inclusivas e suas possibilidades, no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS). Esse material tem como principal objetivo auxiliar os professores de Educação Física do IFMS no planejamento e implementação de atividades físicas inclusivas, atendendo às necessidades de estudantes com deficiência.

Diante do crescente número de estudantes com deficiência matriculados nas instituições de ensino, é fundamental que os profissionais da área de Educação Física estejam preparados para adaptar suas práticas pedagógicas e promover uma inclusão efetiva. Além disso, o material visa promover a participação dos estudantes com deficiência nos Jogos do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (JIFMS), contribuindo para a construção de uma cultura esportiva inclusiva.

A estrutura do Guia está organizada em seções temáticas, que abordam diferentes aspectos da inclusão nas atividades físicas, como:

1. Adaptações de Modalidades Esportivas: Explicações detalhadas sobre como adaptar as principais modalidades esportivas para incluir estudantes com deficiências motoras, visuais, auditivas e intelectuais.

2. Sugestões de Atividades Físicas Inclusivas: Um conjunto de atividades práticas que podem ser realizadas nas aulas de Educação Física, com orientações sobre adaptações de acordo com o tipo de deficiência.

3. Recursos Pedagógicos e Materiais Adaptados: Dicas sobre o uso de materiais alternativos e tecnologias assistivas que facilitam a participação de todos os alunos nas atividades.

4. Estratégias para Inclusão no JIFMS: Orientações específicas para fomentar a inclusão de estudantes com deficiência nos Jogos do IFMS, com exemplos de provas adaptadas e formas de promover a integração.

5. Público-Alvo: O Guia é destinado aos professores de Educação Física do IFMS, mas pode ser utilizado por outros profissionais da educação interessados em promover práticas inclusivas no contexto escolar. Ele foi pensado para ser um recurso prático, de fácil consulta, oferecendo soluções concretas para os desafios do dia a dia nas aulas.

6. Aplicabilidade e Benefícios: Ao utilizar o Guia, os professores terão à disposição um conjunto de ferramentas pedagógicas que facilitarão a adaptação de suas práticas e a inclusão de todos os estudantes, independentemente de suas limitações físicas ou cognitivas.

Entre os principais benefícios, podemos destacar:

7. Promoção da Inclusão Efetiva: O Guia possibilita que os professores adaptem suas aulas de forma que todos os estudantes, com ou sem deficiência, possam participar ativamente das atividades.

8. Diversificação das Práticas Pedagógicas: Com a variedade de sugestões de atividades inclusivas, os professores poderão diversificar suas aulas, tornando-as mais dinâmicas e atrativas para os alunos.

9. Fomento à Participação nos JIFMS: Ao incluir modalidades adaptadas e promover a participação dos estudantes com deficiência nos Jogos do IFMS, o Guia contribui para a construção de um ambiente esportivo mais inclusivo e integrador.

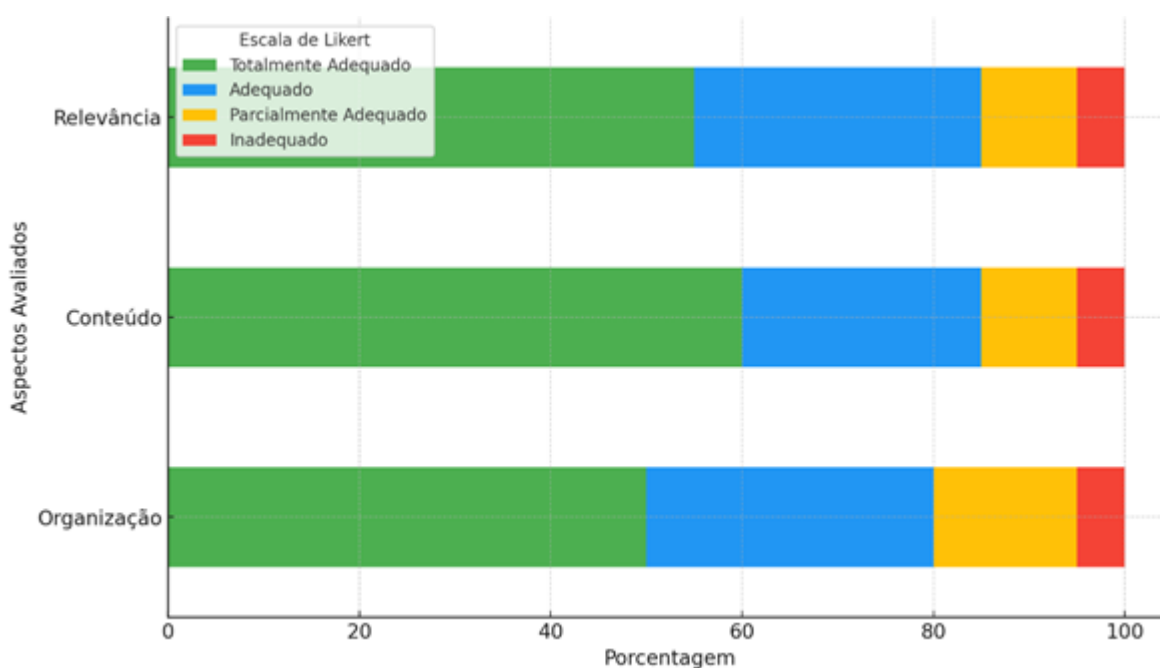
6.2 Avaliação e validação do Produto Educacional:

Na avaliação do Guia Prático, os professores analisaram os aspectos de organização, conteúdo e relevância do material. A escala utilizada variou de "Totalmente Adequado" a "Inadequado", permitindo uma visão clara de como o Guia foi percebido pelos docentes.

Conforme ilustrado na **Figura 7**, a maioria dos professores avaliou os três aspectos como "Totalmente Adequados" ou "Adequados". A organização do Guia obteve 50% de aprovação como "Totalmente Adequada", enquanto o conteúdo foi ainda mais elogiado, com 60% das respostas classificando-o como "Totalmente Adequado". A relevância do Guia também foi bem avaliada, com 55% das respostas apontando esse aspecto como "Totalmente Adequado".

Entretanto, cerca de 5% dos participantes consideraram os três aspectos "Inadequados", o que indica a necessidade de uma revisão pontual do material para atender a todas as expectativas. A sugestão de melhorias deve ser levada em conta para aprimorar o Guia e garantir sua eficácia como ferramenta de apoio para os professores.

Figura 7 – Avaliação e validação do Guia Prático



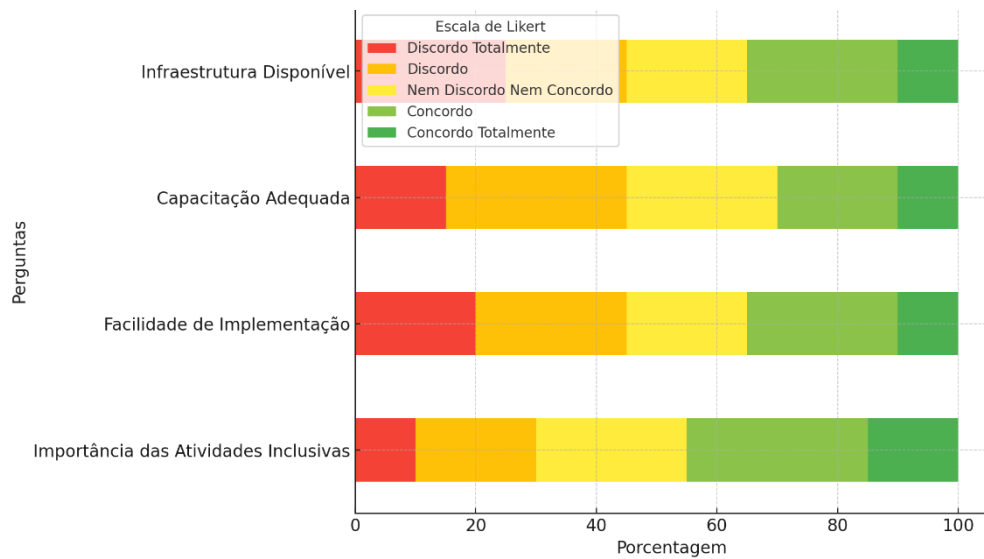
Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

O questionário aplicado aos professores com perguntas destinadas a avaliar as informações pessoais, acadêmicas e profissionais, e questões relacionadas à

formação continuada, suas percepções sobre as atividades físicas inclusivas, permitiu uma análise clara das vivências e capacitações, realçando a importância dessas atividades, no contexto escolar.

A **Figura 8** apresenta a distribuição das respostas para quatro perguntas principais:

1. **Importância das Atividades Inclusivas:** A maioria dos professores concorda que as atividades físicas inclusivas são importantes, com 45% concordando ou concordando totalmente. No entanto, 30% ainda não se posicionam de maneira clara, o que pode indicar a necessidade de maior esclarecimento sobre o tema.
2. **Facilidade de Implementação:** Aqui, 45% dos participantes discordam ou discordam totalmente, indicando que muitos professores enfrentam desafios na implementação dessas atividades. Isso sugere que a infraestrutura ou a formação continuada ainda pode ser insuficiente.
3. **Capacitação Adequada:** Mais de 45% dos professores indicam que não se sentem adequadamente capacitados para implementar atividades físicas inclusivas, o que reforça a demanda por programas de formação mais específicos.
4. **Infraestrutura Disponível:** A percepção de falta de infraestrutura também se destaca, com 45% discordando ou discordando totalmente sobre a adequação dos recursos para essas atividades. Esse dado é relevante para as políticas institucionais que buscam promover inclusão de maneira efetiva.

Figura 8 – Reflexões sobre atividades físicas inclusivas

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

Os resultados do questionário refletem uma preocupação generalizada com a dificuldade de implementar atividades inclusivas nas aulas de Educação Física, principalmente devido à falta de capacitação e infraestrutura adequadas. A partir dessas percepções, torna-se evidente a necessidade de ações que visem apoiar os professores no desenvolvimento de habilidades e na obtenção de recursos para melhorar a inclusão nas práticas escolares.

Esses dados são fundamentais para orientar a construção de políticas educacionais mais efetivas e garantir que as atividades inclusivas, já amplamente reconhecidas como importantes, possam ser implementadas com sucesso no cotidiano escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa de mestrado teve como objetivo central desenvolver um Guia Prático destinado às Atividades Físicas Inclusivas, proporcionando aos professores de Educação Física do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) uma ferramenta clara e acessível para lidar com as especificidades das deficiências no ambiente escolar. A pesquisa visou preencher uma lacuna importante no contexto educacional do IFMS, onde se identificaram desafios significativos para a inclusão efetiva de estudantes com deficiência, tanto no cotidiano das aulas quanto em eventos institucionais, como os Jogos do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (JIFMS).

A partir dos objetivos propostos, a pesquisa demonstrou que, embora os professores reconheçam a importância das atividades inclusivas e seu valor pedagógico, eles enfrentam barreiras substanciais relacionadas à infraestrutura, capacitação profissional e acesso a recursos pedagógicos específicos. Essa realidade reforça a necessidade de iniciativas como a criação do Guia Prático, que surge como uma resposta direta a esses desafios.

Os objetivos específicos definidos no início do estudo foram abordados de maneira integrada durante o desenvolvimento do guia. Foi possível:

1. Avaliar as práticas inclusivas no IFMS: A pesquisa revelou percepções e limitações enfrentadas pelos professores, especialmente quanto à falta de formação continuada e de infraestrutura adaptada. Essa análise diagnóstica fundamentou as propostas apresentadas no guia.
2. Promover a reflexão sobre a importância da inclusão por meio do esporte: Durante a coleta e análise dos dados, emergiu o reconhecimento de que o esporte é uma poderosa ferramenta para inclusão social e desenvolvimento integral dos estudantes com deficiência.
3. Facilitar a implementação de atividades físicas inclusivas: O guia oferece uma variedade de estratégias práticas e adaptações específicas que visam atender às necessidades dos estudantes de forma acessível e eficaz.
4. Incentivar a participação nos JIFMS: As orientações contidas no guia buscam estimular a inclusão de modalidades adaptadas nos jogos institucionais,

promovendo maior representatividade e engajamento dos estudantes com deficiência.

O Guia Prático foi amplamente validado pelos professores como uma ferramenta relevante e útil para a prática pedagógica. Sua organização, conteúdo e aplicabilidade foram elogiados, embora os participantes também tenham identificado pontos que requerem ajustes pontuais. Essa receptividade inicial confirma que o guia preenche uma lacuna importante no suporte aos professores e no avanço das práticas inclusivas.

Apesar do sucesso inicial do produto, o estudo também revelou desafios mais profundos e sistêmicos que precisam ser enfrentados para alcançar uma inclusão plena. A falta de formação continuada especializada foi uma das questões mais recorrentes. Muitos professores relatam dificuldades em adaptar suas práticas pedagógicas por não terem tido acesso a capacitações específicas sobre deficiência e esporte adaptado. Assim, recomenda-se que o IFMS implemente programas regulares de formação continuada que capacitem os docentes para lidar com as demandas da inclusão.

A questão da infraestrutura também se mostrou um ponto crítico. Embora o guia ofereça sugestões de adaptações com recursos alternativos, é fundamental que as escolas sejam equipadas com materiais e espaços adequados para atender às necessidades dos estudantes com deficiência. Sem esse suporte, a aplicação prática do guia pode ser limitada, comprometendo o alcance de seus objetivos.

Ademais, o estudo trouxe à tona o impacto do capacitismo nas práticas educacionais, enfatizando a necessidade de sensibilizar não apenas os professores, mas toda a comunidade escolar. A desconstrução de preconceitos e estigmas em relação às pessoas com deficiência deve ser um esforço contínuo, que ultrapassa o âmbito das aulas de Educação Física e permeia todos os aspectos da vida escolar.

O Guia Prático é uma proposta inicial para a transformação da Educação Física inclusiva no IFMS. Ele oferece ferramentas concretas para que os professores possam adaptar suas aulas e promover uma inclusão efetiva. Além disso, ao incentivar a participação dos estudantes com deficiência nos JIFMS, o guia estimula a construção de uma cultura esportiva inclusiva, na qual a diversidade é valorizada e respeitada.

Ao abordar modalidades paralímpicas e propor adaptações específicas, o guia também expande o conhecimento dos professores sobre o esporte adaptado, preparando-os para oferecer práticas pedagógicas mais diversificadas e eficazes. Isso contribui não apenas para a inclusão escolar, mas também para o desenvolvimento integral dos estudantes, promovendo autoestima, habilidades sociais e participação cidadã.

Com base nos resultados obtidos, algumas ações são recomendadas para dar continuidade e ampliar o impacto do estudo:

1. **Monitoramento e Avaliação Contínuos:** É essencial acompanhar a aplicação do guia nas aulas e coletar feedback dos professores e estudantes. Essa avaliação permitirá identificar áreas de melhoria e ajustar o material às necessidades emergentes.
2. **Ampliação da Formação Continuada:** A criação de programas regulares de capacitação, focados nas especificidades das deficiências e no esporte adaptado, deve ser uma prioridade institucional.
3. **Investimento em Infraestrutura:** As escolas precisam ser equipadas com materiais adaptados e espaços acessíveis para que as práticas inclusivas possam ser efetivamente implementadas.
4. **Promoção de uma Cultura de Inclusão:** A sensibilização de toda a comunidade escolar é fundamental para superar barreiras atitudinais e promover um ambiente verdadeiramente inclusivo.

A longo prazo, espera-se que o Guia Prático inspire outras instituições a adotarem práticas semelhantes, promovendo uma cultura de inclusão que transcenda o IFMS. A disseminação de práticas inclusivas pode contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e equitativa, na qual todos os indivíduos tenham oportunidades iguais de participar e prosperar.

Esta pesquisa reafirma que a inclusão no esporte é mais do que uma questão pedagógica; é uma questão de direitos humanos. O Guia Prático representa um esforço concreto para garantir que esses direitos sejam respeitados e promovidos no contexto escolar. Sua implementação tem o potencial de transformar não apenas as aulas de Educação Física, mas também a forma como a inclusão é compreendida e

vivenciada no IFMS. Mais do que um produto final, o guia é o início de uma jornada em direção a uma educação mais inclusiva, equitativa e humana.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Dalmazo Afonso de; ENS, Romilda Teodoro. A formação de professores nas dissertações e teses da área de educação no Brasil: um estudo comparativo. *In: [Anais]* do Congresso Internacional de Educação e Trabalho. Representações sociais, competências e trajetórias profissionais. Aveiro, Portugal, 2005.

BAILEY, S. **Athlete first: a history of the paralympic movement**. Chichester: John Wiley and Sons, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4 ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. Agência IBGE Notícias. **Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>. Acesso em: 22 jul. 2023.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base**. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 jul. 2022.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **O esporte é uma das principais vertentes de investimento federal para a inclusão de pessoas com deficiência**. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/esporte/noticias_esporte/o-esporte-e-uma-das-principais-vertentes-de-investimento-federal-para-a-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia. Acesso em 22 jul. 2023.

BRASIL. **Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal**. Acesso à informação e manifestações de Ouvidoria (denúncias, elogios, reclamações, sugestões e solicitações) aos órgãos e entidades. Disponível em: <https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx>. Acesso em 27 jul. 2022.

CARMO, A. A. Atividade motora adaptada e inclusão escolar: caminhos que não se cruzam. *In: RODRIGUES, D. (Org.). Atividade motora adaptada: alegria do corpo*. São Paulo: Artes Médicas, 2006. p. 51-62.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. **Modalidades**. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/?s=modalidades>. Acesso em 28 jul. 2022.

DUARTE, Sérgio Guerra. **Dicionário brasileiro de educação**. Rio de Janeiro: Antares/Nobel, 1986.

FERREIRA, Eliana L. **Esportes e atividades físicas inclusivas (organizadora)**. 2. ed. Juiz de Fora: NGIME/UFJF, 2014.

FREITAS, Amanda Fonseca Soares; LEUCAS, Claudia Barsand de. O desafio da inclusão: o professor de educação física e a construção do processo de ensino e aprendizagem com a participação de um aluno com deficiência. *In: VVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, III CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE*, 2009, Salvador.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. São Paulo: Cortez, 2012.

GORGATTI, Márcia Greguol; DE ROSE JÚNIOR, Dante. Percepções dos professores quanto à inclusão de alunos com deficiência em aulas de educação física. **Movimento**, v. 15, n. 2, p. 119-140, abr./jun. 2009.

GREGUOL, Márcia; COSTA, Roberto Fernandes de (Orgs.). **Atividade Física Adaptada, Qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2019.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 1985.

LIKERT, R. A technique for the measurement of attitudes. **Archives of Psychology**, United States, v. 22, n. 140, p. 1-55, 1932.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2005.

MAIA, Tatiane Cristina dos Santos da; HOBOLD, Marcia de Souza. Estado da arte sobre formação de professores e trabalho docente. **Psic. da Ed.**, São Paulo, 39, 2 sem. de 2014, pp. 3-14.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar. O que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola. 2004. *In: RODRIGUES, David. Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006, p. 183-209.

MAUSS, M. **Techniques of the body**. **Economy and Society**. 2(1), 70-88. 1973.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. Rio de Janeiro, v. 21, n.10, p.3265-3276, out. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>. Acesso em: 24 set. 2023.

MELLO, Anahi Guedes de. **Gênero, Deficiência, Cuidado e Capacitismo**: uma análise antropológica de experiências Narrativas e Observações Sobre Violência Contra Mulheres Com Deficiência. 2014. 260 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/182556?show=full>. Acesso em: 21 out. 2023.

MELLO, Letícia Souza; CABISTANI, Luiza Griesang. Capacitismo e lugar de fala: repensando barreiras atitudinais. **Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 23, p. 118–139, abr. 2019. Disponível em: <https://revistadpers.emnuvens.com.br/defensoria/article/view/112/97>. Acesso em: 18 nov. 2023.

MELLO, Marco Tulio de; OLIVEIRA FILHO, Ciro Winckler. **Esporte Paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, 80 p

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Educação escolar e resiliência: política de educação e a prática docente em meios adversos**. Rio de Janeiro, 2010.

MOURA, Dante Henrique; RAMOS, Marise; LIMA FILHO, Domingos Leite; **Trabalho e Formação Profissional na Educação Profissional e Tecnológica - Parte 1**, 25 out. 2017. 1 vídeo (46 min). Publicado pelo canal ProfEPT IFPR. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8shhyqnfLOM>. Acesso em: 03 maio 2024.

MOURA, Dante Henrique; RAMOS, Marise; LIMA FILHO, Domingos Leite; **Trabalho e Formação Profissional na Educação Profissional e Tecnológica - Parte 2**, 25 out. 2017. 1 vídeo (45 min). Publicado pelo canal ProfEPT IFPR. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r03buLVgid4>. Acesso em: 03 maio 2024.

NORONHA, D. P.; FERREIRA, S. M. S. P. Revisões de literatura. *In*: CAMPELLO, B. S.; CONDÓN, B. V.s; KREMER, J. M. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

PAES, R. R. **Educação Física Escolar: o esporte como conteúdo pedagógico do ensino fundamental**. Canoas: Editora da ULBRA, 2001.

POLIT, D.F.; BECK, C.T. The content validity index: are you sure you know what's being reported? Critique and recommendations. **Research in Nursing & Health**, [s. l.], n. 29, p. 489-497, 2006. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/nur.20147>. Acesso em: 16 ago. 2024.

PUNCH, K.F. (2003). **Survey research: The basics**. Thousand Oaks, CA: Sage.

RICHARDSON, Roberto Jarry. (colaboradores) Jose Augusto de Souza Peres; *et al.* **Pesquisa social; Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODEGHIER, Mark. **Surveys with Confidence: a practical guide to survey research using SPSS**. Chicago (USA): SPSS Inc.; 1996.

RODRIGUEZ, M. C. **Three options are optimal for multiple-choice items: a meta analysis of 80 years of research**. Educational Measurement: Issues and Practice, 24(2), 3-13, 2005. DOI:10.1111/j.1745-3992.2005.00006.x

SANTONI RUGIU, Antonio. **Nostalgia do mestre artesão**. Campinas: Autores Associados, 1998.

SANTOS, Larissa Xavier dos (2020). Deficiência para um dicionário marxista: a política capacitista de uma palavra. **Pensata**: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP, São Paulo, v. 9, n. 2, fev. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/pensata.2020.v9.11100>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SANTOS, W. L. P. Dos; *et al.* Formação de Professores: Uma proposta de pesquisa a partir da reflexão sobre a prática docente. **ENSAIO – Pesquisa em Educação em Ciências**, 8(1), jul., 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência. *In*: SASSAKI, Romeu Kazumi. (Org.) **Vida independente: História, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. São Paulo: RNR, 2003. p.12-16

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2008. p. 246-253.

SOUZA, G. C.; PICH, S. A reorientação da ação pedagógica na Educação Física sob a perspectiva da inclusão: a pesquisa-ação como caminho. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 149-169, jul./set. 2013.

STAIMBACK, Suzan; STAIMBACK, William (org). **Inclusão - um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

THIOLLENT, M. **Metodologia de Pesquisa-ação**. São Paulo: Saraiva, 2009.

THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K.; SILVERMAN, Stephen J. **Métodos de pesquisa em atividade física** [recurso eletrônico]. Tradução: Ricardo Demétrio de Souza Petersen. 6. ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2012.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo Competência: por uma nova lógica**. Tradução Maria Helena C. V. Trylinski. São Paulo: Atlas, 2001.

ANEXO I

Relação de estudantes com deficiências no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS)

Def.	AQ	CB	CG	CX	DR	JD	NV	NA	PP	TL	Total
DI	2	1	1	2	-	2	1	-	-	1	10
BV	1	1	-	1	-	-	-	1	2	-	6
DV	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	3
TEA	-	2	3	3	4	1	1	1	2	3	20
DF	-	1	4	2	1	-	1	-	-	2	11
AD	1	3	4	-	1	2	1	-	2	1	15
TOTAL	5	8	15	8	6	5	4	2	6	7	65

Legenda: DI – Deficiência Intelectual / BV – Baixa visão / DV – Deficiência visual / TEA – Transtorno do Espectro Autista / DF – Deficiência física /

AD – Deficiência áudio-comunicação

Fonte: <https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx?ReturnUrl=%2f> - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal de acesso à informação e manifestações de Ouvidoria (denúncias, elogios, reclamações, sugestões e solicitações) aos órgãos e entidades.

ANEXO II

Relação dos professores do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS)

EF	AQ	CB	CG	CX	DR	JD	NV	NA	PP	TL
N. prof.	03	03	05	01	03	01	01	02	02	02
TOTAL	23									

Campi IFMS

- Legenda:**
- AQ – Campus Aquidauana
 - CB – Campus Corumbá
 - CG – Campus Campo Grande
 - CX – Campus Coxim
 - DR – Campus Dourados
 - JD – Campus Jardim
 - NV – Campus Naviraí
 - NA – Campus Nova Andradina
 - PP – Campus Ponta Porã
 - TL – Campus Três Lagoas

Fonte: <https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx?ReturnUrl=%2f> - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal de acesso à informação e manifestações de Ouvidoria (denúncias, elogios, reclamações, sugestões e solicitações) aos órgãos e entidades.

ANEXO III
Regulamento dos JIFMS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul



REGULAMENTO GERAL DOS JOGOS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL – JIFMS COXIM 2022

:: de 06/09/2022 à 10/09/2022 ::

APRESENTAÇÃO

TÍTULO I – DAS FINALIDADES

Art. 1º OS JOGOS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL - JIFMS COXIM 2022, têm como finalidade promover a cultura corporal do movimento no sentido da inclusão social, da ampla participação, da integração sociocultural, do respeito à diversidade, da alteridade, da superação dos desafios, da valorização do caráter educativo e socializador do esporte e do lazer, do fomento às práticas corporais nos *campi* e entre todas as unidades do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), em prol da valorização da formação ética, estética, artística e cultural proporcionada pela compreensão, vivência e acompanhamento do esporte e lazer como elementos histórico-culturais da formação humana.

TÍTULO II – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º OS JOGOS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL - JIFMS COXIM 2022 são promovidos pelo IFMS, por meio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e dos *campi*.

Art. 3º Este Regulamento é orientado pelos princípios expressos na legislação educacional federal, especialmente no Capítulo III da Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96), e na Lei n. 9.615/98 (Lei Pelé), e visa estabelecer normas para a promoção, desenvolvimento e realização do esporte escolar do IFMS, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

TÍTULO III – DOS PRINCÍPIOS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul



Art. 4º OS JOGOS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL - JIFMS COXIM 2022, alicerçados na política federal de educação, esporte, lazer e cultura, baseiam-se nos seguintes princípios:

- a. Da democracia: assegurar a todos os *campi* do IFMS o direito à participação efetiva na elaboração, planejamento e realização do evento, com a devida representação na gestão e no desenvolvimento dos jogos.
- b. Do conhecimento: possibilitar vivências das raízes culturais do estado de Mato Grosso do Sul por meio de ações esportivas, artísticas e culturais planejadas.
- c. Da educação e cidadania: promover o desenvolvimento integral do indivíduo e contribuir para a construção de valores éticos, estéticos e culturais inerentes à formação social cidadã.
- d. Do direito: garantir o fomento público na Rede Federal de Educação Profissional para a realização de eventos esportivos enquanto manifestação da cultura corporal do movimento.
- e. Da humanização: proporcionar um espaço que contribua para o desenvolvimento pessoal, individual e coletivo, valorizando o sujeito ativo na construção de um espaço saudável de convivência social, com respeito à diversidade e à sustentabilidade.

TÍTULO IV – DA ORGANIZAÇÃO DAS COMPETIÇÕES

Art. 5º OS JOGOS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL - JIFMS COXIM 2022 serão realizados em duas etapas, distintas e complementares.

1. A primeira etapa ocorrerá em cada *campus* do IFMS (JIFMS Intracampus), e será orientada essencialmente pela perspectiva do esporte educacional e de participação, tendo como objetivo principal o amplo envolvimento de toda comunidade local, e como possibilidade secundária a descoberta de potencialidades individuais e coletivas para incursão em programas de treinamento físico e esportivo. Tal fase do JIFMS terá uma Coordenação Local composta pelos profissionais da área de Educação Física do *campus*, em articulação com a respectiva Diretoria Geral (DIRGE), Diretoria de Ensino (DIREN) e Coordenação de Gestão Acadêmica (COGEA), além de outros setores e segmentos que possam colaborar com o processo de planejamento, organização, realização e avaliação do evento. As atividades e modalidades culturais e esportivas a serem contempladas nesta etapa serão estipuladas e geridas pela Coordenação Local, respeitados os princípios e diretrizes deste Regulamento, assim como as características da localidade em que se insere. A



fim de constituir uma unidade básica entre os diferentes *campi* do IFMS, os “JIFMS Intracampus” deverão, preferencialmente:

- a. Promover a participação coletiva e integrada de docentes, técnicos administrativos, discentes e familiares nos processos de gestão (planejamento, organização, realização e avaliação) e nas disputas e competições propriamente ditas, estabelecendo tabelas de jogos que contemplem os diferentes segmentos;
 - b. Estipular limite de participação dos competidores nas modalidades coletivas e individuais, a fim de promover maior número e diversidade de participantes;
 - c. Contemplar modalidades esportivas diversas, nos naipes masculino e feminino, podendo ser seguido o modelo da Fase Estadual, com as seguintes modalidades: Atletismo, Basquete, Futsal, Handebol, Xadrez, Judô, Natação, Tênis de Mesa, Voleibol e/ou Vôlei de Praia.
2. A segunda etapa dos Jogos do IFMS (JIFMS) ocorrerá no município de Coxim, e congregará delegações representantes de todos os *campi* do IFMS (Intercampus), sendo orientada essencialmente pela perspectiva de esporte educacional e de rendimento, de acordo com a realidade de cada *campus*, tendo como objetivo principal o intercâmbio, socialização e troca de experiências entre estudantes, docentes e técnico-administrativos dos diferentes *campi* do IFMS, além de servir como seletiva para a representação do IFMS na etapa nacional, uma vez que esse ano não haverá a etapa Centro-oeste (JIF-CO).
- a. Esta fase do JIFMS terá uma Coordenação Central, presidida pelo *Campus* Coxim e integrada por professores da área de Educação Física de cada *campus*, em articulação com a Reitoria, Pró-reitoria de Extensão (PROEX), Pró-reitoria de Ensino (PROEN), Pró-reitoria de Administração (PROAD), assim como com a Direção Geral (DIRGE), Diretoria de Ensino (DIREN), Diretoria Administrativa (DIRAD) e Coordenação de Gestão de Pessoas (COGEP) de cada *campus*, além de outros setores e segmentos que possam colaborar com o processo de planejamento, organização, realização e avaliação do evento.
 - b. As modalidades esportivas a serem contempladas nesta etapa serão estipuladas e geridas pela Coordenação Central e os demais professores da área de Educação Física de cada *campus*, respeitados os princípios e diretrizes deste Regulamento.

Art. 6º A solenidade de abertura dos JOGOS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL – COXIM 2022 será realizada com a presença de todos os representantes da delegação de cada *campus* participante, sendo que cada *campus* deverá apresentar um grupo de 10 atletas, devidamente uniformizados, para o desfile de abertura.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul



Art. 7º Representarão poderes nos **JOGOS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL - JIFMS COXIM 2022:**

- I. Coordenação Geral;
- II. Comissão de Desportos;
- III. Comissão Disciplinar;
- IV. Comissão de Recursos Materiais;
- V. Comissão de Comunicação e Marketing;
- VI. Comissão de Cerimonial;
- VII. Comissão de Infraestrutura e Logística;
- VIII. Comissão de Saúde.

Art. 8º FINALIDADE DAS COMISSÕES

I. COORDENAÇÃO GERAL - *CAMPUS* COXIM

A Coordenação Geral terá a função de responder pela execução geral dos JIFMS COXIM 2022, sendo presidida pelo representante do *campus* sede.

Compete à Coordenação Geral:

- a. Realizar os procedimentos necessários para elaboração e publicação do Regulamento Geral dos Jogos.
- b. Organizar, supervisionar e gerir os jogos.
- c. Coordenar os trabalhos das demais comissões.
- d. Buscar e promover mediações internas e externas ao IFMS para garantir os recursos necessários à realização do evento.
- e. Oficializar contatos com as Entidades Educacionais, Federações Desportivas, Clubes Esportivos, Empresas da Iniciativa Pública e Privada, Órgãos Oficiais e Imprensa em geral com vistas à viabilização e publicidade do evento.
- f. Providenciar os meios e condições necessários ao desenvolvimento do JIFMS, a exemplo dos materiais esportivos, espaços físicos, serviços de arbitragem, segurança, apoio logístico, alimentação e premiações (medalhas e troféus).
- g. Elaborar e divulgar o relatório final.

II. COMISSÃO DE DESPORTOS

A Comissão de Desportos fará a gerência da competição esportiva e será presidida pelo servidor indicado pelo *campus* sede.

Compete à Comissão de Desportos:

- a. Elaborar o sistema de disputa das competições a serem desenvolvidas nos JIFMS e as tabelas das modalidades contempladas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul



- b. Orientar e colaborar com a designação e exercício das autoridades responsáveis pela arbitragem das competições (árbitros, mesários e demais auxiliares).
- c. Organizar a classificação dos concorrentes nas diferentes rodadas e fases, emitindo boletins no decorrer da competição e a classificação final por modalidade e por delegação.
- d. Propor, quando necessário, a aplicação de penalidades aos atletas, equipes e dirigentes, tendo como base a Lei nº 9615/98 e demais normas dos JIFMS.
- e. Gerir a distribuição dos materiais e instalações necessários para as competições.
- f. Tomar conhecimento das ocorrências verificadas nos locais de competição, a fim de solucioná-las.
- g. Emitir informações diárias sobre o andamento das competições para a elaboração dos Boletins Informativos Oficiais.
- h. Receber os recursos dos professores/técnicos e encaminhá-los à Comissão Disciplinar.
- i. Receber, classificar e arquivar toda a documentação dos jogos.
- j. Resolver, no que se refere à parte técnica, os casos omissos.
- k. Expedir certificados de participação a todos os atletas e dirigentes dos JIFMS.
- l. Elaborar o relatório final das competições e encaminhar à Coordenação Geral.

III. COMISSÃO DISCIPLINAR

A Comissão Disciplinar será composta por um representante de cada *campus*, escolhido entre os membros da comissão técnica e coordenados pelo representante indicado pelo *campus* sede.

Compete à Comissão Disciplinar:

- a. Apreciar e julgar as infrações administrativas, disciplinares e técnicas, quando relacionadas e cometidas durante o período de preparação e realização dos JIFMS.
- b. Reunir-se quando houver apelação ou quando solicitada pela Coordenação Geral.
- c. Julgar questões pertinentes às normas regulamentares e disciplinares ou a princípios de ética desportiva, dentro ou fora das competições.
- d. Elaborar o relatório final e encaminhar à Coordenação Geral.

IV. COMISSÃO DE RECURSOS MATERIAIS

A Comissão de Recursos Materiais será composta por servidores do IFMS, indicados pela Coordenação Geral, e assessorada por trabalhadores terceirizados que atuam junto à Instituição, designados para tal fim.

Compete à Comissão de Recursos Materiais:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul



- a. Elaborar a proposta de armazenamento, distribuição e controle dos materiais permanentes e de consumo necessários para a realização do evento e propor estratégias e mecanismos para a utilização otimizada de tais recursos junto aos setores e grupos relacionados.
- b. Listar, controlar, acompanhar e conferir diariamente a retirada e devolução dos materiais do IFMS, da Instituição sede e de terceiros disponibilizados para o evento, emitindo parecer das ocorrências associadas.
- c. Emitir e acompanhar as solicitações e processos de retirada, transporte e encaminhamento dos materiais previstos ou autorizados pela Coordenação Geral, dentro dos prazos necessários para sua efetivação.
- d. Elaborar o relatório final e encaminhar à Coordenação Geral.

V. COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

A Comissão de Comunicação e Marketing será composta por servidores indicados pelo *campus* sede, em articulação com a Assessoria de Comunicação (ASCOM), Assessoria de Tecnologia da Informação (ASINF) e Assessoria de Desenvolvimento Institucional.

Compete à Comissão de Comunicação e Marketing:

- a. Elaborar o projeto e executar as ações para a área de Comunicação e Marketing do evento;
- b. Propor opções de logomarca e identidade visual dos JIFMS para apreciação e escolha pela comunidade interna do IFMS;
- c. Desenvolver conteúdos e matérias a serem veiculadas em mídias espontâneas em jornais, estações de rádio e televisão, objetivando a divulgação dos jogos e atividades relacionadas;
- d. Montar a *clipagem* alusiva ao evento.
- e. Elaborar o relatório final e encaminhar à Coordenação Geral.

VI. COMISSÃO DE CERIMONIAL E CULTURA

A Comissão de Cerimonial e Cultura será composta por servidores indicados pelo *campus* sede para desenvolver as atividades de abertura, encerramento e programação artístico-cultural no transcorrer do evento.

Compete à Comissão de Cerimonial:

- a. Propor, organizar e dirigir a programação cultural, a solenidade de abertura e o encerramento dos JIFMS.
- b. A solenidade de abertura constará de:
 - i. Concentração dos participantes;
 - ii. Entrada das delegações e acendimento do fogo simbólico;
 - iii. Declaração de abertura;
 - iv. Execução do Hino Nacional Brasileiro;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul



- v. Juramento do atleta;
- vi. Outras atividades correlatas.

VII. COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

A Comissão de Infraestrutura e Logística será composta por servidores do IFMS indicados pelo *campus* sede.

Compete à Comissão de Infraestrutura e Logística:

- a. Elaborar o plano de infraestrutura e logística e encaminhá-lo à Coordenação Geral;
- b. Coordenar as equipes necessárias para bom andamento do evento: limpeza, atendimento médico, segurança e transporte;
- c. Definir e gerir a adequação e manutenção dos locais e equipes responsáveis pela alimentação, hospedagem e secretaria.

VIII. COMISSÃO DE SAÚDE

A Comissão de Saúde será composta por servidores do IFMS indicados e solicitados pelo *campus* sede.

Compete à Comissão de Saúde:

- a. Elaborar um plano e um cronograma de atendimento e acompanhamento à saúde dos participantes e encaminhá-lo à Coordenação Geral;
- b. Contatar os gestores da rede municipal de gerenciamento aos atendimentos de urgência e emergência em saúde, a fim de identificar e socializar os procedimentos a serem tomados em casos de acidentes que necessitem de encaminhamentos à rede hospitalar;
- c. Coordenar as equipes locais de saúde para atendimento adequado no evento;
- d. Definir estratégias de atendimento local, possíveis deslocamentos para outros locais de competição, encaminhamentos para a rede hospitalar, entre outros;
- e. Definir e gerir a adequação e manutenção dos locais, materiais e equipes responsáveis pelo atendimento e acompanhamento à saúde dos participantes.

TÍTULO V – DAS INSCRIÇÕES E DOS PARTICIPANTES

Art. 9º A inscrição de cada *campus* deve ser feita por meio do Sistema do JIFMS, ficando a cargo do Chefe da Delegação realizar a inscrição dos atletas do seu *campus*.

Art. 10. As inscrições de atletas para os JIFMS 2022 ocorrerão no período de 18 a 25 de agosto de 2022.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul



Art. 11. Terão direito à inscrição nos JIFMS 2022 os estudantes-atletas e os servidores, entre professores ou técnico-administrativos, de cada *campus*.

§ 1º O limite máximo de estudantes-atletas inscritos por *campus* será de 25 (vinte e cinco) atletas por *campus*, com exceção do *campus* sede que será de 50 (cinquenta) atletas, e do *campus* capital que será de 40 (quarenta) atletas, desenvolvido e estabelecido previamente pela comissão organizadora em reunião extraordinária.

§ 2º O limite mínimo de servidores inscritos será de dois por *campus*, obedecendo à proporção de um servidor para cada 10 estudantes-atletas inscritos.

§ 3º Cada atleta inscrito nos JIFMS poderá disputar duas modalidades coletivas e duas modalidades individuais. Não é responsabilidade da organização a coincidência de horários dos jogos, cabendo ao professor responsável a tomada de decisão.

Art. 12. A fim de atender ao disposto nas normas e Regulamentos dos JIFS, os JIFMS serão compostos, prioritariamente, pelas seguintes modalidades e respectivos limites de atletas:

MODALIDADE	MASCULINO	FEMININO
ATLETISMO	20	20
BASQUETEBOL	10	10
FUTSAL	10	10
HANDEBOL	12	12
JUDÔ	04	04
NATAÇÃO	10	10
TÊNIS DE MESA (Individual)	02	02
*TÊNIS DE MESA (Equipe)	03	03
VÔLEI DE PRAIA	02	02
VOLEIBOL	10	10
XADREZ	04	04

*A equipe do tênis de mesa deverá ser composta pelos dois atletas do individual e/ou terceiro atleta opcional.

§ 1º Na etapa estadual dos JIFMS 2022 será utilizada a seguinte classificação das modalidades:

- a. INDIVIDUAIS - Atletismo, Natação, Judô, Vôlei de Praia, Tênis de Mesa e Xadrez.
- b. COLETIVAS – Basquete, Handebol, Futsal, Voleibol.

§ 2º A habilitação dos atletas/equipes vencedores da etapa estadual (JIFMS) para a etapa regional deverá atender ao regulamento dos JIFS, especialmente no que se refere aos limites de inscrição.

§ 3º A equipe vencedora da etapa estadual poderá ser complementada ou substituída por atletas de outros *campi* do IFMS a cargo da Comissão Técnica.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul



Art. 13. As inscrições dos participantes serão ratificadas pela Comissão de Desportos no congresso técnico, quando cada representante de *campus* deverá apresentar documento único, assinado pelo Diretor do *campus* e pelo chefe de delegação, que ateste o recebimento e conferência individual da autorização dos pais/familiares/responsáveis dos estudantes-atletas para participação nos JIFMS.

§ 1º A substituição/exclusão de atletas só poderá ser através de uma declaração assinada pelo Chefe de Delegação do *campus*, autorizando a mesma até o dia 26 de agosto de 2022.

§ 2º A realocação de atletas, por modalidade, que esteja cadastrado no sistema, só poderá ser realizada até o dia 26 de agosto de 2022, através de uma declaração assinada pelo Chefe de Delegação do *campus*, autorizando a mesma até o dia 26 de agosto de 2022.

Art. 14. Poderão participar dos JIFMS estudantes com idade de até 19 anos completados no ano da competição (nascido a partir do ano de 2003), devidamente matriculados e frequentando regularmente, no mínimo, uma disciplina dos cursos Técnico Integrado, Superior e cursos subsequentes.

Parágrafo único. Os alunos menores de idade deverão obedecer à legislação vigente em relação à hospedagem e deslocamento, em especial os artigos 82 a 84 da Lei Federal nº8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 15. Cada atleta ou dirigente, para ser inscrito na súmula de jogo, deverá apresentar o respectivo crachá à mesa de controle.

Parágrafo único. A emissão do arquivo digital dos crachás será feita pela Comissão de Desportos, a partir dos dados cadastrais, e deverá ser liberado após a conclusão da remessa digital de cópia de documento de identidade oficial de cada participante e foto 3x4 recente, no período de inscrição.

TÍTULO VI – DAS FORMAS DE DISPUTA

Art. 16. As disputas serão realizadas conforme as regras vigentes nas Confederações Desportivas Nacionais à data da realização dos JIFMS, salvo as adaptações previstas neste regulamento e no regulamento específico de cada modalidade (em anexo a este Regulamento Geral).

Art. 17. Para que ocorra a competição em qualquer modalidade será obrigatória a confirmação de inscrição de, no mínimo, 2 (duas) equipes. Cabe à Comissão de Desportos fazer a comunicação das modalidades que não atingirem o número mínimo de inscrições por meio do canal de comunicação oficial dos JIFMS.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul



§ 1º Após a confirmação da inscrição das delegações, serão adotadas as seguintes formas de disputa, de acordo com o número de *campi* participantes:

- a. COM 02 PARTICIPANTES - disputa entre as equipes no sistema de melhor de 3 (três) partidas.
- b. COM 03 ATÉ 05 PARTICIPANTES - rodízio simples, sem haver o jogo de confirmação para se conhecer o campeão.
- c. COM 06 OU 08 PARTICIPANTES - 02 chaves com o mesmo número de participantes jogarão em rodízio simples na chave, classificando-se os 02 primeiros de cada chave, para o cruzamento olímpico.
- d. COM 07 PARTICIPANTES - 02 chaves, sendo que a chave A terá 03 equipes e a chave B, 04 equipes. Jogarão em rodízio simples na chave, classificando-se os 02 primeiros de cada chave, para o cruzamento olímpico.
- e. COM 09 PARTICIPANTES – 03 chaves, com o mesmo número de participantes, jogarão em rodízio simples na chave, classificando-se o primeiro colocado de cada chave e o melhor índice técnico entre os 2º colocados, para o cruzamento olímpico.
- f. COM 10 PARTICIPANTES - 03 chaves, sendo que a chave A e chave B terão 03 equipes e a chave C, 04 equipes. Jogarão em rodízio simples na chave, classificando-se o primeiro de cada chave e o melhor índice técnico entre os 2º colocados, para o cruzamento olímpico.
- g. COM 11 PARTICIPANTES - 03 chaves, sendo que a chave A terá 03 equipes e as chaves B e C terão 04 equipes. Jogarão em rodízio simples na chave, classificando-se o primeiro de cada chave e o melhor índice técnico entre os 2º colocados, para o cruzamento olímpico.
- h. COM 12 PARTICIPANTES - 04 chaves, todas com 03 equipes. Jogarão em rodízio simples nas chaves, classificando-se os 01 primeiros de cada chave, para o cruzamento olímpico.

§ 2º Nos critérios de disputa mencionados acima, a disputa da 3º colocação não será realizada, sendo considerada para classificação, a equipe que na fase semifinal for adversária da campeã da modalidade.

§ 3º Os regulamentos específicos de cada modalidade apontarão os critérios de pontuação, classificação e desempate das equipes.

§ 4º A tolerância de horário para ser aplicado o W.O é de 15 minutos sobre a previsão da tabela oficial, apenas na primeira partida.

§ 5º Para efeitos estatísticos, a equipe perdedora por WO terá contra si o resultado do jogo em 1 x 0, a soma de uma derrota e um gol contra a mais na tabela de classificação. Ao seu adversário será somado os pontos da partida, uma vitória e um gol a mais na tabela de classificação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul



§ 6º Nas rodadas em que forem marcados mais de um jogo, as partidas terão o seu início imediatamente após o término do jogo anterior, respeitando-se os horários determinados na tabela, o tempo de tolerância é de 15 (quinze) minutos após estes horários.

Art. 18. Em atendimento ao disposto no Regulamento Nacional dos JIFs, a equipe vencedora da modalidade estará habilitada para a fase nacional, já que esse ano não acontecerá a edição do JIF-CO, que ocorre entre os institutos da região Centro-oeste: Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), Instituto Federal de Brasília (IFB), Instituto Federal de Goiás (IFG) e Instituto Federal Goiano (IF Goiano).

TÍTULO VII – DOS PRÊMIOS

Art. 19. Serão conferidos troféus de participação para cada delegação inscrita no JIFMS 2022, e troféus para 1º colocados nos dois naipes, sendo para o atletismo 1º, 2º e 3º lugares por equipe.

Art. 20. Serão conferidas medalhas para atletas classificados em 1º, 2º e 3º lugares em todas as provas e modalidades que integram o JIFMS 2022.

Art. 21. A premiação por medalhas poderá ser efetuada imediatamente após o encerramento de cada modalidade, conforme disponibilidade pela Comissão Organizadora.

TÍTULO VIII – DAS PENALIDADES

Art. 22. Um atleta, técnico ou dirigente expulso de uma partida estará automaticamente suspenso da próxima partida, podendo ter punição maior, conforme julgamento realizado pela Comissão Disciplinar dos JIFMS.

Art. 23. A equipe que não se apresentar para um jogo, no horário determinado pela Tabela Oficial, ou se apresentar sem o número mínimo de atletas, em todas as modalidades, será considerada perdedora por W x O, sendo tal ocorrência anotada na respectiva súmula.

Parágrafo único. Para fins de desempate e classificação, respeitar o Regulamento Específico da Modalidade. Quando se fizer necessário e não for explicitado no Regulamento Específico da Modalidade, o resultado será equiparado ao maior placar do seu grupo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul



TÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. A numeração das camisas dos atletas preferencialmente deverá ser a mesma do 1º ao último jogo, e atender, sempre que possível, às Regras Oficiais da modalidade.

Art. 25. Qualquer irregularidade na competição poderá ser denunciada mediante protesto formal, lavrado por escrito pelo técnico e/ou chefe da delegação junto à Comissão de Desportos.

Parágrafo único. A delegação que desejar efetivar um protesto terá o prazo de até 02 (duas) horas após o encerramento da partida para justificar e consubstanciar a sua argumentação, que deverá ser apresentada por escrito, por meio do chefe de delegação ou técnico da modalidade, cabendo-lhe o ônus da prova junto à Comissão de Desportos que, caso não tenha competência para julgar os fatos, encaminhará à Comissão Disciplinar.

Art. 26. Em nenhuma hipótese uma competição será paralisada ou terá seu andamento modificado em decorrência de recursos interpostos ao poder judicante e disciplinador.

Art. 27. Os participantes do JIFMS deverão conhecer as Leis Esportivas Nacionais e Internacionais, as Regras e Regulamentos das Federações Oficiais, este Regulamento Geral e o Regulamento Específico das Modalidades, submetendo-se, assim, sem reservas, a todas as consequências advindas das normas estabelecidas nestes documentos legais.

Art. 28. A classificação dos atletas/equipes nas respectivas modalidades inscritas nos JIFMS para participação na etapa nacional está condicionada aos limites orçamentários do IFMS.

Parágrafo único. Caso o número de atletas classificados na etapa estadual dos JIFMS ultrapasse o limite estabelecido pela gestão do IFMS e/ou pelo Regulamento da etapa nacional neste ano e não regional centro-oeste dos JIFs, a composição da delegação IFMS para tal etapa obedecerá à seguinte ordem de prioridade:

- a. Alunos/atletas de modalidades individuais que disputaram e venceram a etapa estadual (JIFMS);
- b. Equipes de modalidades coletivas que disputaram e venceram a etapa estadual (JIFMS);
- c. Alunos/atletas de modalidades individuais que foram inscritos na etapa estadual (JIFMS) e não disputaram por falta de competidores (inscrição única);
- d. Equipes de modalidades coletivas que foram inscritos na etapa estadual (JIFMS) e não disputaram por falta de competidores (inscrição única);
- e. Demais alunos/atletas indicados pelos professores de educação física e ratificados pela Coordenação Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul



Art. 29. Caso uma equipe/atleta compareça ao local de jogo para a realização de sua partida sem o responsável pela modalidade, o coordenador da modalidade, após verificar a impossibilidade do mesmo estar com a equipe/atleta, registrará em ata o ocorrido e a partida será realizada normalmente. Caso o responsável pela modalidade chegue durante a partida, o mesmo poderá acompanhar a equipe/atleta.

Art. 30. Os casos omissos no presente regulamento serão solucionados pela Comissão de Desportos, com anuência da Coordenação Geral.

Art. 31. A Comissão de Desportos e a Coordenação Geral expedirão, com o aval da Pró-Reitoria de Extensão, outros documentos que se fizerem necessários à complementação deste Regulamento Geral.

APÊNDICE I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisadora responsável: Maristela Amaral Gaúna

TÍTULO: GUIA PRÁTICO DESTINADO ÀS ATIVIDADES FÍSICAS INCLUSIVAS E SUAS POSSIBILIDADES

Professor, te convidamos para participar, como voluntário, em uma pesquisa científica. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), visa assegurar seus direitos como participante.

Após ser esclarecido sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine todas as páginas deste documento, em que está em duas vias - uma delas é sua e a outra da pesquisadora responsável.

Em caso de dúvida, você pode procurar a pesquisadora responsável ou o orientador desta pesquisa.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título do projeto: Guia Prático destinado às atividades físicas inclusivas e suas possibilidades

Responsável pela pesquisa: Maristela Amaral Gaúna

Orientador: Prof. Dr. Fabrício César de Paula Ravagnani

Endereço para contato: Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (Campus Campo Grande) Rua Taquari, 831. Bairro Santo Antônio. Campo Grande – MS

Telefone para contato: (67) 99257-7575

E-mail: Maristela.gauna@estudante.ifms.edu.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3137884525120290>

Justificativa e objetivos:

Considerando o aumento significativo de estudantes com deficiências no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), identificados através da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal (Fala.BR), o número de 65 (sessenta e cinco) estudantes. Sendo que as que estão presentes em maior número são as deficiências intelectuais, físicas, visuais e áudio-comunicação (auditiva). O presente estudo tem o objetivo de desenvolver um guia prático para auxiliar os professores de educação física acerca das atividades físicas inclusivas e suas possibilidades frente ao esporte adaptado, e conseqüentemente, motivar os estudantes para a prática mediante a deficiência apresentada.

Assim, propomos um guia prático, em plataforma virtual, constando sugestões de atividades inclusivas a serem aplicadas nas aulas práticas nas turmas que apresentam estudantes com deficiência, fornecer informações sobre as particularidades dos esportes adaptados oficiais e promover a participação desses estudantes nos Jogos do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (JIFMS).

O objetivo geral do estudo é auxiliar docentes ao aplicar atividades inclusivas nas aulas práticas, e suas possibilidades, a fim de promover a inclusão dos estudantes com deficiência nas aulas de educação física do IFMS; fazer levantamento de artigos científicos acerca das atividades físicas relacionadas às pessoas com deficiência, apresentar estratégias para promover a inclusão de uma forma assertiva nas aulas de educação física. Para o desenvolvimento das etapas, será realizada revisão bibliográfica, aplicação de questionários de percepção aos sujeitos pesquisados, testar a aplicabilidade do guia para subsidiar a prática docente quanto às atividades físicas inclusivas e suas possibilidades e benefícios.

Tal pesquisa justifica-se pela possibilidade de trabalhar estratégias que pretendem proporcionar maior movimentação dos estudantes, em busca de atingir os níveis recomendados para promoção e manutenção de saúde através da inclusão escolar e suas possibilidades. A inclusão dos estudantes com deficiência em atividades físicas implica em melhoria na qualidade de vida, na convivência e cooperação entre os mesmos, além de promover saúde.

Procedimentos:

Sua contribuição com este estudo será responder dois questionários, sendo o primeiro utilizado para verificar o nível de relevância do estudo proposto.

Ao final do curso você responderá um questionário acerca da usabilidade do guia (facilidade de aprendizado, facilidade de recordação, eficiência, segurança no uso e satisfação do usuário), para testarmos a aplicabilidade do nosso produto.

Serão resguardados o anonimato e a confidencialidade dos dados coletados.

Desconfortos e riscos:

Você não deve participar deste estudo caso julgue que não foi devidamente esclarecido quanto aos objetivos e metodologia da pesquisa.

Os riscos que podem ocorrer aos participantes referem-se ao constrangimento, desconforto ou exposição do conhecimento ao responderem as questões que compõem o instrumento de coleta de dados da pesquisa.

Benefícios:

O estudo não traz qualquer forma de compensação financeira pela participação. Sua participação, voluntária, permitirá que você conheça as propostas de atividades que promovam os esportes escolares adaptados para serem aplicadas nas turmas que apresentam estudantes com deficiência e possa refletir sua prática, podendo ou não aplicá-la em suas aulas. Você e todos os demais participantes terão acesso aos resultados e ao conhecimento gerados a partir do estudo, que será divulgado na forma de artigos científicos e dissertação de mestrado. Também poderão falar diretamente com a pesquisadora responsável a partir do contato disponível nesse documento.

Sigilo e privacidade:

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome e do seu filho não serão citados.

Ressarcimento:

Não será oferecido nenhum tipo de ressarcimento de despesas (transporte, alimentação, hospedagem, dentre outros) para participação na pesquisa.

Responsabilidade da pesquisadora:

Asseguro ter cumprido as exigências das resoluções CNS 196/1996, 466/2012 e 510/2016 na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento

Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma cópia deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

Consentimento livre e esclarecido:

Declaro que, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, aceito participar, como voluntário.

Ao mesmo tempo, libero a utilização deste material coletado para fins científicos, em favor da pesquisadora da pesquisa.

Nome:

Campus de atuação:

CPF:

Campo Grande, ____ de _____ de _____.

Assinatura do
participante

Maristela Amaral Gaúna
Pesquisadora

APÊNDICE II**QUESTIONÁRIO PROFESSORES EDUCAÇÃO FÍSICA IFMS – INTERAÇÃO INICIAL**

1. Você já deu aula na disciplina de Educação Física para algum estudante com deficiência no ensino médio integrado do IFMS?
() Sim; () Não

2. Na sua opinião, sobre qual deficiência você possui conhecimentos a respeito de suas particularidades
1 () deficiência física; 2() deficiência intelectual
3 () deficiência visual; 4() outras _____

3. Com relação ao planejamento das atividades voltadas ao esporte escolar adaptado com estudantes do ensino médio integrado do IFMS. Descreva abaixo qual a sua percepção:
1 () tenho muita dificuldade no planejamento;
2 () tenho pouca dificuldade no planejamento; e
3 () não tenho dificuldade no planejamento.

4. Com relação às atividades voltadas ao esporte escolar adaptado, assinale abaixo quais já foram exploradas durante as suas aulas de Educação Física ou em outros momentos, na instituição.
() Volei
() Futebol
() Atletismo
() Esgrima
() Basquetebol
() Outros _____

5. Na sua opinião, a instituição poderia oportunizar mais informações voltadas à formação dos professores de Educação Física para trabalhar com o esporte escolar adaptado?
() Sim; () Não.

6. Ainda sobre esporte adaptado, assinale abaixo, qual a sua percepção sobre a criação de um Guia Didático de orientação para os professores de educação física da instituição utilizarem no planejamento das suas aulas.

1 () Muito importante; 2 () Importante;

3 () Razoavelmente importante; 4 () Pouco importante; e

5 () Sem importância.

7. Caso ache interessante, apresente uma sugestão para a organização do nosso guia, que poderá ser utilizado no planejamento das aulas.

APÊNDICE III

QUESTIONÁRIO DE CARACTERÍSTICAS DOS PARTICIPANTES – PROFESSORES

Considerando o número significativo de estudantes que apresentam deficiências no IFMS, assim como a Educação Física como parte fundamental do currículo do Ensino Médio Integrado, sendo importante para a formação humana integral, a presente pesquisa pretende promover uma reflexão acerca das atividades físicas inclusivas e suas possibilidades, através da construção de um Guia Prático para contribuição aos professores, elencando informações que os auxiliem a atuarem de forma assertiva frente à pessoa com deficiência, no intuito de motivar os estudantes que apresentam deficiências na instituição, para às práticas esportivas escolares adaptadas e a participação nos Jogos do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (JIFMS).

Sua contribuição nesse estudo, será responder um questionário que consiste em 13 perguntas, subdivididas em informações pessoais, informações acadêmicas, informações profissionais, formação continuada e ao final, você poderá responder um questionário de avaliação do Guia Prático, para testar sua aplicabilidade enquanto produto educacional. Serão resguardados o anonimato e a confidencialidade dos dados coletados.

Sua participação, voluntária, permitirá que você analise as atividades propostas e possa refletir sua prática, podendo ou não, aplicá-las em suas aulas.

Você e todos os demais participantes terão acesso aos resultados e ao conhecimento gerados a partir do estudo, que será divulgado na forma de artigos científicos e dissertação de mestrado.

() Declaro que, depois de conhecer e entender os objetivos e procedimentos da pesquisa, ACEITO participar como voluntário.

() Declaro que, depois de conhecer e entender os objetivos e procedimentos da pesquisa, NÃO ACEITO participar como voluntário

Informações pessoais

1. Qual é a sua idade (em anos)? _____
2. Qual é a sua identidade de gênero?
() Feminino () Masculino () Prefiro não dizer
() Outros _____

Informações Acadêmicas

3. Qual sua formação inicial?
() Licenciatura em educação física
() Bacharelado + licenciatura em educação física
() Licenciatura + bacharelado em educação física
() Licenciatura plena em educação física
4. Em que ano você concluiu a primeira formação em educação física? _____
5. Qual sua maior titulação?
() Graduação
() Pós-graduação lato sensu
() Pós-graduação stricto sensu (mestrado)
() Pós-graduação stricto sensu (doutorado)
6. Em que ano você obteve sua maior titulação? _____

Informações Profissionais

7. Há quanto tempo (em anos) você atua na docência? _____

8. Há quanto tempo você (em anos) atua na docência na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica? _____

9. Atualmente você atua em (selecione mais de uma opção, se for o caso):

Academias

Escolas municipais

Escolas estaduais

Institutos Federais

Universidades Federais

Outros: _____

10. Além de ministrar aulas, você desenvolve ou já desenvolveu alguma atividade relacionada ao esporte adaptado, assinale abaixo:

Projeto de extensão

Projeto de pesquisa

Atividade de gestão (cargo de coordenação / direção)

Nenhuma outra atividade

Outra: _____

Formação Continuada

11. Sobre formação continuada, você participou nos últimos cinco anos, de algum curso relacionado a educação especial, inclusão, esporte adaptado, ou seja, relacionado a algum tipo de deficiência? (marque mais de uma modalidade, se for o caso):

TIPO	Presencial	A distância	Semipresencial	Não se aplica
Palestra	()	()	()	()
Oficina	()	()	()	()
Seminário	()	()	()	()
Congresso	()	()	()	()
Curso de atualização	()	()	()	()
Aperfeiçoamento	()	()	()	()
Especialização	()	()	()	()
Mestrado	()	()	()	()
Doutorado	()	()	()	()
Pós-doutorado	()	()	()	()

12. Sobre formação continuada, você está participando atualmente de algum curso relacionado à educação especial, inclusão, esporte adaptado, ou seja, relacionado a algum tipo de deficiência? (marque mais de uma modalidade, se for o caso):

TIPO	Presencial	A distância	Semipresencial	Não se aplica
Palestra	()	()	()	()
Oficina	()	()	()	()
Seminário	()	()	()	()
Congresso	()	()	()	()
Curso de atualização	()	()	()	()
Aperfeiçoamento	()	()	()	()
Especialização	()	()	()	()
Mestrado	()	()	()	()
Doutorado	()	()	()	()
Pós-doutorado	()	()	()	()

13. Considerando a escala abaixo, marque o quanto cada fator dificulta sua participação em atividades de formação continuada:

TIPO	Muito relevante	Relevante	Pouco relevante	Não relevante
Cansaço físico	()	()	()	()
Falta de vontade	()	()	()	()
Desmotivação sobre o assunto	()	()	()	()
Falta de tempo	()	()	()	()
Ausência do apoio da gestão do local onde trabalho	()	()	()	()
Ausência de apoio da gestão municipal/federal	()	()	()	()
Obrigações familiares	()	()	()	()
Falta de recursos financeiros	()	()	()	()
Falta de cursos na região	()	()	()	()

APÊNDICE IV

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO GUIA PRÁTICO

Esta avaliação faz parte da validação do Guia Prático, enquanto produto educacional e, para tanto, contamos com sua participação como juiz especialista.

Assim, após a conclusão de todas as etapas, responda as questões a seguir, considerando uma escala tipo Likert, com níveis variando entre 1 – totalmente adequado, 2- adequado, 3 – parcialmente adequado e 4 – inadequado.

ASPECTO – ORGANIZAÇÃO DO GUIA PRÁTICO				
Item	Totalmente adequado	Adequado	Parcialmente adequado	Inadequado
A estrutura do Guia Prático está adequada	1	2	3	4
As atividades propostas são apresentadas Claramente	1	2	3	4
As ilustrações beneficiam o Entendimento	1	2	3	4
Tem alguma sugestão referente ao aspecto organizacional:				

ASPECTO – CONTEÚDO DO GUIA PRÁTICO				
Item	Totalmente adequado	Adequado	Parcialmente adequado	Inadequado
O conteúdo demonstra a finalidade do Guia Prático	1	2	3	4

As atividades propostas podem promover à inclusão educacional	1	2	3	4
A redação do material está bem estruturada e em concordância Ortografia	1	2	3	4
O conteúdo é claro e objetivo	1	2	3	4
Tem alguma sugestão referente ao conteúdo				

ASPECTO – RELEVÂNCIA DO GUIA PRÁTICO				
Item	Totalmente adequado	Adequado	Parcialmente adequado	Inadequado
O Guia Prático pode promover o desenvolvimento das habilidades dos estudantes	1	2	3	4
O Guia Prático pode proporcionar a inclusão educacional	1	2	3	4
O Guia Prático fomenta a reflexão acerca da importância das atividades inclusivas e suas possibilidades frente ao esporte adaptado	1	2	3	4
O tema tratado tem relevância na Educação Profissional e Tecnológica	1	2	3	4
O Guia Prático pode contribuir com os professores frente à pessoa com deficiência acerca das atividades	1	2	3	4

físicas inclusivas e suas possibilidades				
Tem alguma sugestão referente à relevância				

Este local é reservado para que você possa sugerir adequações e implementações sobre o presente material organizado:

GUIA PRÁTICO DESTINADO ÀS ATIVIDADES FÍSICAS INCLUSIVAS E SUAS POSSIBILIDADES



PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul



Maristela Amaral Gauna

Fabricio Cesar de Paula Ravagnani

G272g Gauna, Maristela Amaral

Guia prático destinado às atividades físicas inclusivas e suas possibilidades / Maristela Amaral Gauna. – Campo Grande-MS, 2024.
64 f. : il. ; 29 cm.

Produto Educacional (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Mato Grosso do Sul-IFMS, Campus Campo Grande, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Fabricio Cesar de Paula Ravagnani.

Inclui tabelas.

Inclui mapas.

1. Atividades físicas inclusivas. 2. Esporte adaptado. 3. Ensino Médio Integrado. I. Ravagnani, Fabricio Cesar de Paula. II. Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. III. Título.

CDD 23. ed. 371.9043

PRODUTO EDUCACIONAL

GUIA PRÁTICO DESTINADO ÀS ATIVIDADES FÍSICAS INCLUSIVAS E SUAS POSSIBILIDADES

Maristela Amaral Gaúna
Giovanna Carla Interdonato
Fabrício César de Paula Ravagnani
Gleide Amaral dos Santos
Gabriel Pacheco Reis

Autoria e Fotografia
Autoria e Revisão Técnica
Autoria e Orientação
Revisão Textual
Design e Diagramação





OS AUTORES

MARISTELA AMARAL GAUNA

Possui graduação em Educação Física pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e Pós Graduação em Treinamento Desportivo pela Faculdade Unyleya.

Atualmente é servidora da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e da FUNDESPORTE, através do Programa MS Desporto Escolar (PRODESC) e mestranda do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFMS). Integrante do Grupo de Pesquisas em Nutrição e Exercício na Saúde e no Rendimento Esportivo – PENSARE.



FABRICIO CESAR DE PAULA RAVAGNANI

Possui graduação em Licenciatura Plena em Educação Física pela Escola Superior de Educação Físico de Avaré (2000), Mestrado em Educação Física pela Universidade Metodista de Piracicaba (2006), Especialização em Educação Física Escolar pela Universidade Federal de Mato Grosso (2010), Doutorado em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2011) e Pós-doutorado em Ciência do Exercício pela University of South Carolina (2015).

Atualmente é professor do ensino médio no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) e docente nos seguintes programas stricto sensu: Programa de Pós-graduação em Ciência do Movimento (PPGCM/UFMS) e Programa de Pósgraduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFMS).

Tem experiência na área da educação física, com ênfase no desenvolvimento de projetos multidisciplinares e integradores, envolvendo educação básica e ensino superior.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
INTRODUÇÃO	5
DEFICIÊNCIAS	9
ATIVIDADE FÍSICA E DEFICIÊNCIA VISUAL	9
ATIVIDADE FÍSICA E DEFICIÊNCIA AUDITIVA	13
ATIVIDADE FÍSICA E DEFICIÊNCIA MOTORA	17
ATIVIDADE FÍSICA E DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL	23
PROPOSTA 1 - INDICAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	28
PROPOSTA 2 - INDICAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA (ÁUDIO-COMUNICAÇÃO)	32
PROPOSTA 3 - INDICAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MOTORA	34
PROPOSTA 4 - INDICAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL	38
ESPORTES PARALÍMPICOS OFICIAIS	40
JOGOS DO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	54
VIDEOTECA DE APOIO	60
REFERÊNCIAS	63



APRESENTAÇÃO

O material digital apresentado, trata-se do produto educacional originado do processo investigativo desenvolvido por Maristela Amaral Gauna, sob orientação do professor Dr. Fabricio Cesar de Paula Ravagnani, no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (ProfEPT/IFMS).

A inclusão de estudantes com deficiência no contexto escolar é uma prática cada vez mais valorizada e necessária, especialmente nas aulas de Educação Física. O Guia prático viabiliza esclarecimentos pertinentes em relação às atividades físicas inclusivas, e suas possibilidades, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica. O objetivo é oferecer subsídios aos professores para promover a inclusão efetiva desses alunos, com foco no desenvolvimento de habilidades motoras, cognitivas e sociais.

Ao longo das últimas décadas, a percepção sobre o papel da Educação Física na vida de estudantes com deficiência evoluiu consideravelmente. Atualmente, espera-se que o professor não apenas instrua, mas também promova a inclusão, respeitando as especificidades de cada estudante e garantindo que todos possam participar das atividades propostas.

Este guia aborda as seguintes deficiências: deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência motora e deficiência intelectual, e apresenta sugestões para adaptações e estratégias inclusivas que podem ser utilizadas nas aulas práticas. A proposta é fomentar a superação ao capacitismo e garantir que cada estudante tenha acesso às mesmas oportunidades de crescimento e aprendizado, independentemente de suas limitações motoras ou sensoriais.

Ainda, o guia reforça a importância da prática regular de atividades físicas, tanto para a promoção da saúde quanto para o fortalecimento da inclusão social. Ao envolver os estudantes em atividades físicas adaptadas, os professores contribuem significativamente no desenvolvimento de uma sociedade mais justa, inclusiva e participativa.

INTRODUÇÃO

No decorrer do tempo, a percepção dos professores de Educação Física escolar frente às atividades para estudantes com deficiência, tem se modificado de maneira bastante significativa. Há pelo menos duas décadas, trabalhar com atividades físicas para esse público era atribuído a fisioterapeutas ou terapeutas ocupacionais. As graduações voltadas aos cursos de Educação Física só passaram a incluir conhecimentos específicos sobre pessoas com deficiência no início dos anos de 1980 (Pedrinelli; Verenguer, 2013).

O ensino médio, em relação à vida escolar, é o último estágio antes da faculdade ou o mercado de trabalho, ou nenhuma dessas opções. Partindo do pressuposto de que o esporte começa na escola, muitas vezes a falta de informações específicas, pode dificultar um olhar mais atento em relação às características de determinado estudante com deficiência, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. O professor de Educação Física tem a responsabilidade de promover aulas inclusivas e assim, fortalecer o objetivo do esporte para todos.

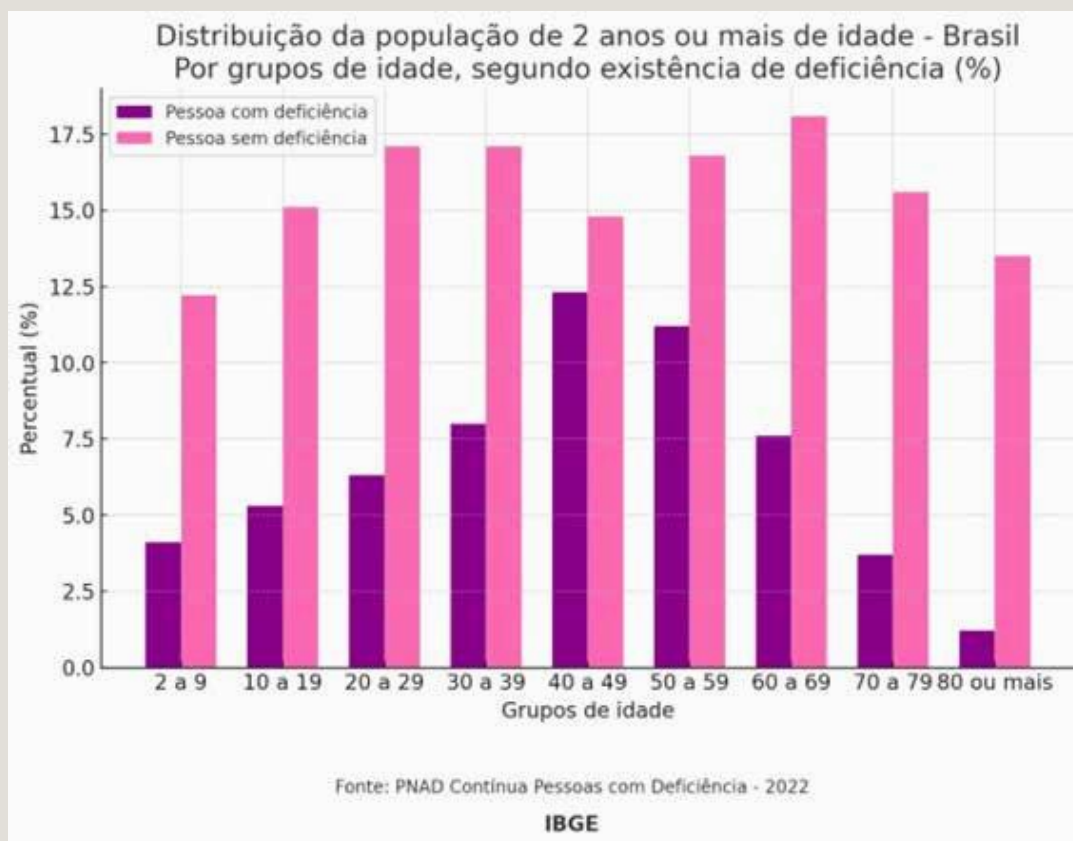
No Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), orienta que os alunos experimentem novas brincadeiras, esportes, danças, lutas, ginásticas e práticas corporais de aventura. Mas nessa etapa de ensino, eles precisam ser desafiados a refletir sobre essas práticas de modo social ou cultural, fortalecendo ainda mais o processo de inclusão, o que lhes garante a Constituição Federal, artigo 208: Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria;
- II – progressiva universalização do ensino médio gratuito;
- III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- VII – atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 1988).

INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste guia consiste em auxiliar os professores de Educação Física do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), frente à inclusão escolar, com informações pertinentes sobre as particularidades de cada deficiência, fortalecer sua percepção no momento da abordagem ao estudante, favorecendo a construção de práticas pedagógicas inclusivas, e suas possibilidades. Combater o capacitismo, garantir a participação de todos e oportunizar, através da vivência, elencando características que proporcione um crescimento positivo entre todos os envolvidos.

A partir da população que apresenta alguma deficiência no Brasil, de acordo com o IBGE, segue o quadro abaixo:



INTRODUÇÃO

Observa-se no quadro exposto, que a população com deficiência apresenta um aumento significativo entre a faixa etária de 40 a 49 anos, ultrapassando, enquanto maioria, na faixa etária de 50 a 59 anos. Dessa forma, leva-nos à reflexão de várias possibilidades, sendo uma delas que essas pessoas não apresentam deficiências congênitas.

Se a maioria da população dessa faixa etária foi acometida por doenças que provocaram sequelas, e a partir dessa situação, passam a ser consideradas pessoas com deficiência, vale destacar a importância da prática da atividade física como prevenção de doenças no decorrer da vida.

Desse modo, se a prática de atividade física se apresenta tão importante para a pessoa sem deficiência, então, se pode imaginar o grau de importância para a pessoa com deficiência, congênita ou não. Se houver oportunidade de vivenciar ações positivas no âmbito escolar, certamente poderá intervir no futuro desse adolescente, por meio de oportunidades, que caminham junto à superação, e induzem à participação ativa e produtiva, enquanto cidadão inserido na sociedade.

Neste aspecto, mediante suas ações, o professor destaca-se como o principal protagonista. Ainda, a oferta à uma atividade física adaptada, leva à pessoa com deficiência, acesso à qualidade de vida, inserção social e possibilidade de ascensão profissional, dentro de cada limitação a ser vencida, de acordo com as características da deficiência apresentada, conforme descrito a seguir.



DEFICIÊNCIAS

É imprescindível a reformulação da perspectiva em relação às pessoas com deficiência, destacando, principalmente, suas habilidades e potencialidades, em vez de se fixar na ideia de desvantagem e incapacidade. Partindo desse princípio, abordaremos questões relacionadas às deficiências visual, auditiva, motora e intelectual, assim como a conexão entre os hábitos de atividade física e a saúde dessa população.

ATIVIDADE FÍSICA E DEFICIÊNCIA VISUAL

A deficiência visual é caracterizada pela perda parcial ou total da capacidade visual em ambos os olhos, mesmo com a correção óptica máxima possível, resultando em limitações no desempenho das atividades cotidianas (Munster e Almeida, 2008). Ao considerarmos o desenvolvimento do indivíduo e, especialmente, seu processo de aprendizagem, é essencial contemplar a interação entre os sentidos, o sistema motor e as emoções da criança com as pessoas e objetos ao seu redor.

Essa interação desempenha um papel fundamental na construção dos processos cognitivos, facilitando a ativação da aprendizagem (Cobo, Rodriguez e Bueno, 2003). Para a pessoa com deficiência visual, a percepção de si mesma e do mundo ao seu redor é alterada devido à restrição das informações recebidas, o que impacta sua interação com o ambiente.

Segundo Interdonato (2009), é fundamental estimular as pessoas com deficiência visual para que possam aprimorar, principalmente, seus outros sentidos, como audição, tato e olfato e assim evitar que enfrentem limitações ou distorções em seu repertório de informações, bem como insegurança e dificuldades de adaptação em um mundo majoritariamente visual.

O autor argumenta que a visão desempenha um papel crucial como mediador entre todas as informações sensoriais, proporcionando estabilidade à interação da criança com seu ambiente. Compreender o mundo por meio de sons, odores e contatos torna-se desafiador quando não há percepção visual, mesmo após exposição contínua a descrições do entorno e estímulo constante.

Assim, se destaca a importância de uma estimulação multissensorial desde os primeiros momentos de vida, reconhecendo que tal abordagem pode não atingir um nível de desenvolvimento equivalente ao alcançado por meio da visão. Além disso, a utilização plena de todos os sistemas sensoriais auxilia a criança a atingir seu potencial máximo de aprendizagem e desenvolvimento.

Os processos cognitivos de indivíduos com deficiência visual diferem daqueles de pessoas sem deficiência, mesmo quando a criança possui estímulos adequados e a vontade necessária para explorar objetos e sons do ambiente. Diversos aspectos relevantes podem influenciar o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem desses indivíduos, incluindo aspectos perceptivos, motores, linguagem, comunicação e competência social (Gorgatti, 2005). No âmbito perceptivo, atividades diversas são cruciais para desenvolver a percepção do indivíduo em relação aos seus órgãos sinestésicos, destacando-se que a deficiência visual por si só não determina essas limitações.

Durante os primeiros anos de vida, quando a criança com deficiência visual é excessivamente protegida, ou não recebe estímulos adequados dos pais, ela perde a oportunidade de vivenciar uma ampla gama de experiências motoras e, principalmente, sensoriais. Essa carência de oportunidades resulta em um atraso motor e sensorial, especialmente entre os 4 e 8 anos, em comparação com crianças que enxergam, sendo geralmente compensado apenas na adolescência Navarro (2004).

O mesmo autor ainda relata que o desenvolvimento dos aspectos motores ocorre por meio de atividades físicas, nas quais o indivíduo adquire uma melhor percepção do próprio corpo, facilitando a construção de relações mais eficazes com o ambiente. Crianças com deficiência visual enfrentam desafios para reconhecer seus corpos, os objetos ao redor e os parâmetros espaciais essenciais para movimentos independentes.

Quanto aos aspectos cognitivos, a linguagem e a comunicação desempenham um papel crucial, proporcionando ao indivíduo maior facilidade de expressão e interação com outras pessoas e o ambiente ao seu redor. O terceiro aspecto, a competência social, abrange habilidades relacionadas ao desenvolvimento funcional, como higiene pessoal, vestimenta e habilidades alimentares (Longmuir e Bar-Or, 2000).

Observa-se que proporcionar estímulos apropriados para crianças que nascem sem a capacidade visual pode contribuir significativamente para atenuar os atrasos no desenvolvimento, desde que essas experiências sejam motivadoras, seguras e adequadas. Uma abordagem eficaz para promover esse desenvolvimento é por meio de atividades físicas adaptadas, levando em consideração as características específicas de cada faixa etária.

É importante notar que, em geral, pessoas com deficiência visual tendem a apresentar níveis reduzidos de atividade física. No entanto, a ausência de visão não é o fator decisivo nessa situação. O que pode ter um papel mais determinante é a passividade motora observada em indivíduos com deficiência visual, resultante do movimento menos frequente e das experiências limitadas com o ambiente ao redor.

Logo, cabe aos profissionais de Educação Física estimularem esta população a fim de que desenvolvam suas habilidades motoras e adquiram autonomia, melhores condições de saúde e qualidade de vida. Ao elaborar atividades, para esse público, é fundamental enfatizar os seguintes aspectos:

01. ADAPTAÇÃO E ACESSIBILIDADE

- Garantir que as atividades sejam adaptadas para atender às necessidades específicas das pessoas cegas, considerando a falta de visão.
- Certificar-se de que os espaços e equipamentos sejam acessíveis, seguros e estejam devidamente identificados e sejam perceptíveis aos estudantes.

02. ESTÍMULOS AOS OUTROS SENTIDOS

- Incorporar estímulos que envolvam os sentidos auditivo, tátil e olfativo para compensar a falta de visão.
- Utilizar descrições verbais detalhadas para orientar durante as atividades.

03. DESENVOLVIMENTO MOTOR E COORDENAÇÃO

- Focar no desenvolvimento de habilidades motoras fundamentais, como equilíbrio, coordenação e propriocepção.
- Integrar exercícios que promovam a consciência corporal e a capacidade de se movimentar de forma independente.

04. TRABALHO EM GRUPO E SOCIALIZAÇÃO

- Incentivar atividades em grupo para promover a socialização e a interação entre os participantes.
- Incorporar atividades que estimulem a cooperação e o trabalho em equipe.

05. ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE

- Incluir atividades que melhorem as habilidades de orientação e mobilidade, essenciais para a independência no dia a dia.
- Introduzir técnicas de navegação e exploração do ambiente de forma segura.

06. INCLUSÃO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA

- Integrar tecnologias assistivas, como aplicativos e dispositivos sonoros, para melhorar a experiência e o engajamento nas atividades físicas.

07. PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

- Envolver as pessoas cegas no processo de planejamento das atividades, considerando suas preferências e metas individuais.
- Adaptar as atividades de acordo com as habilidades e interesses específicos de cada participante.

08. EDUCAÇÃO SENSIBILIZADORA

- Promover a sensibilização entre os demais participantes, educando sobre as capacidades e necessidades das pessoas cegas.
- Criar um ambiente inclusivo e respeitoso.

Ao abordar esses aspectos, o profissional de Educação Física contribui para a promoção da saúde, o desenvolvimento motor e a inclusão social das pessoas cegas, permitindo que elas desfrutem plenamente dos benefícios da prática regular de atividades físicas.

ATIVIDADE FÍSICA E DEFICIÊNCIA AUDITIVA

A deficiência auditiva caracteriza-se por uma privação sensorial, tendo como sintoma comum, uma reação anormal diante do estímulo sonoro (Gagliardi & Barrella, 1986). Essa situação influencia na linguagem. Segundo Greguol (2019) a deficiência auditiva interfere na recepção e na produção da linguagem, já que a linguagem é de extrema importância em todas as extensões do desenvolvimento, a incapacidade de ouvir e falar abrange dificuldades na evolução social e acadêmica do ser humano. Dessa forma, o sentido auditivo vai além da função básica de receber e interpretar sons externos. Atinge também o desenvolvimento motor e corporal.



Conforme Paseto (2004), o contato com o mundo sonoro por meio da audição leva à estruturação da linguagem oral, sendo o principal meio de comunicação entre os seres humanos. Os cidadãos que apresentam deficiência auditiva se suprem mediante o tato e a visão, porém, essa condição os levam à distração mais facilmente.

Dessa forma, em relação à aprendizagem, é necessário um olhar atento do professor para garantir sua atenção e evitar a ansiedade, além de promover desenvolvimento de habilidades como equilíbrio e seu desenvolvimento motor, auxiliando ainda na sua adaptação social.

Segundo Greguol (2019), estudos comprovam que, caso haja uma conduta de isolamento da criança, os desníveis motores podem vir a ser agravados. Sendo assim, ressalta-se a importância de promover a motivação física e a inclusão do estudante em atividades adaptadas. Tais adaptações sugerem promover atividades que facilitem o desenvolvimento do estudante em vários aspectos, como:

01. ADAPTAÇÃO E ACESSIBILIDADE

- Garantir que as atividades sejam adaptadas para atender às necessidades específicas das pessoas surdas, considerando a falta de audição.
- Certificar-se de que os espaços e equipamentos sejam acessíveis, seguros e estejam devidamente identificados, por exemplo, através de imagens, figuras e gestos manuais.

02. ESTÍMULOS AOS OUTROS SENTIDOS

- Incorporar estímulos que envolvam os sentidos tátil e visual para compensar a falta de audição, como descrições visuais, objetos concretos, além de cores e flashes para orientação durante as atividades.

03. DESENVOLVIMENTO MOTOR E COORDENAÇÃO

- Focar no desenvolvimento de habilidades motoras fundamentais, como equilíbrio, coordenação e propriocepção.
- Integrar exercícios que promovam a consciência corporal e a capacidade de se movimentar de forma independente.

04. TRABALHO EM GRUPO E SOCIALIZAÇÃO

- Incentivar atividades em grupo para promover a socialização e a interação entre os participantes.
- Incorporar atividades que estimulem a cooperação e o trabalho em equipe.

05. ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE

- Incluir atividades que melhorem as habilidades de orientação e mobilidade, essenciais para a independência no dia a dia.
- Introduzir técnicas de navegação e exploração do ambiente de forma segura.

06. INCLUSÃO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA

- Integrar tecnologias assistivas, como aplicativos e dispositivos visuais, para melhorar a experiência e o engajamento nas atividades físicas.
- Exemplos de aplicativos: Hand Talk, Live Transcriber, VLibras...

07. PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

- Envolver as pessoas surdas no processo de planejamento das atividades, considerando suas preferências e metas individuais. Como sugestão utilizar tabelas em libras que facilita a comunicação.

DEFICIÊNCIAS

Exemplo:



- Adaptar as atividades de acordo com as habilidades e interesses específicos de cada participante.

08. EDUCAÇÃO SENSIBILIZADORA

- Promover a sensibilização entre os demais participantes, educando sobre as capacidades e necessidades das pessoas surdas.
- Criar um ambiente inclusivo e respeitoso.

ATIVIDADE FÍSICA E DEFICIÊNCIA MOTORA

Os aspectos que relacionam as pessoas com deficiência motora ao seu desenvolvimento pessoal e social provocaram, no passado, muitos rótulos como incapazes, improdutivos, ineficientes, dentre outros. Esse entendimento vem se transformando com o tempo, devido aos trabalhos voltados para a educação. No contexto da atividade física, por indicação médica, ressalta-se a reabilitação como meio de reinserção e integração social, e também despertou interesse para vários estudos em relação a este assunto (Shimazaki e Pacheco, 2018).

A deficiência motora é definida como alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, excluindo-se as deformidades estéticas e outras que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. Os tipos de deficiência motora são: paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação, paralisia cerebral e ostomia. (Brasil, 2004).



DEFICIÊNCIAS

Segue algumas definições, para melhor compreensão:

PARAPLEGIA - Perda total das funções dos membros inferiores.

PARAPARESIA - Perda parcial das funções motores dos membros inferiores.

MONOPLÉGIA - Perda total das funções motoras de um só membro (inferior ou posterior).

MONOPARESIA - Perda parcial das funções de um só membro (inferior ou posterior).

TETRAPLEGIA - Perda total das funções dos membros inferiores e superiores.

TETRAPARESIA - Perda parcial das funções dos membros inferiores e superiores.

TRIPLEGIA - Perda total das funções de três membros.

TRIPARESIA - Perda parcial das funções de três membros.

HEMIPLÉGIA - Perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo).

HEMIPIRESIA - Perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo).

AMPUTAÇÃO - Perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de um membro.

PARALISIA CEREBRAL - Lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência intelectual.

OSTOMIA - Intervenção cirúrgica que cria um ostoma (abertura/óstio) na parede abdominal para adaptação de bolsa de coleta; processo cirúrgico que visa à construção de um caminho alternativo e novo na eliminação de fezes e urina para o exterior do corpo humano (colostomia: ostoma intestinal; urostomia: desvio urinário).

NANISMO - Deficiência no crescimento que culmina em baixa estatura – se comparado com a média.

Com base na tabela: a inserção da pessoa portadora de deficiência e do beneficiário reabilitado no mercado de trabalho; MPI/Comissão de Estudos para reinserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho. Brasília DF/2001.

DEFICIÊNCIAS

De acordo com as descrições citadas, a respeito das deficiências motoras, elencamos orientações sobre meios de proporcionar maior acesso às atividades propostas:

01. ADAPTAÇÃO E ACESSIBILIDADE

- Garantir que as atividades sejam adaptadas para atender às necessidades específicas das pessoas com deficiência motora, considerando a necessidade de uma adaptação específica, demonstrar e exemplificar, de acordo com o grau de dificuldade.
- Certificar-se de que os espaços e equipamentos sejam acessíveis, seguros e estejam devidamente identificados.

02. ESTÍMULOS AOS OUTROS SENTIDOS

- Incorporar estímulos que envolvam as capacidades motoras e no incentivo para realização do movimento.
- Utilizar descrições adaptadas para orientar durante as atividades.

03. DESENVOLVIMENTO MOTOR E COORDENAÇÃO

- Focar no desenvolvimento de habilidades motoras fundamentais, como equilíbrio, coordenação, propriocepção.
- Integrar exercícios que promovam a consciência corporal e a capacidade de desenvolver habilidades de forma independente.

DEFICIÊNCIAS

04. TRABALHO EM GRUPO E SOCIALIZAÇÃO

- Incentivar atividades em grupo para promover a socialização e a interação entre os participantes.
- Incorporar atividades que estimulem a cooperação e o trabalho em equipe.

05. ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE

- Incluir atividades que melhorem as habilidades de orientação e mobilidade, essenciais para a independência no dia a dia.
- Introduzir técnicas de navegação e exploração do ambiente, de forma segura.

06. INCLUSÃO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA

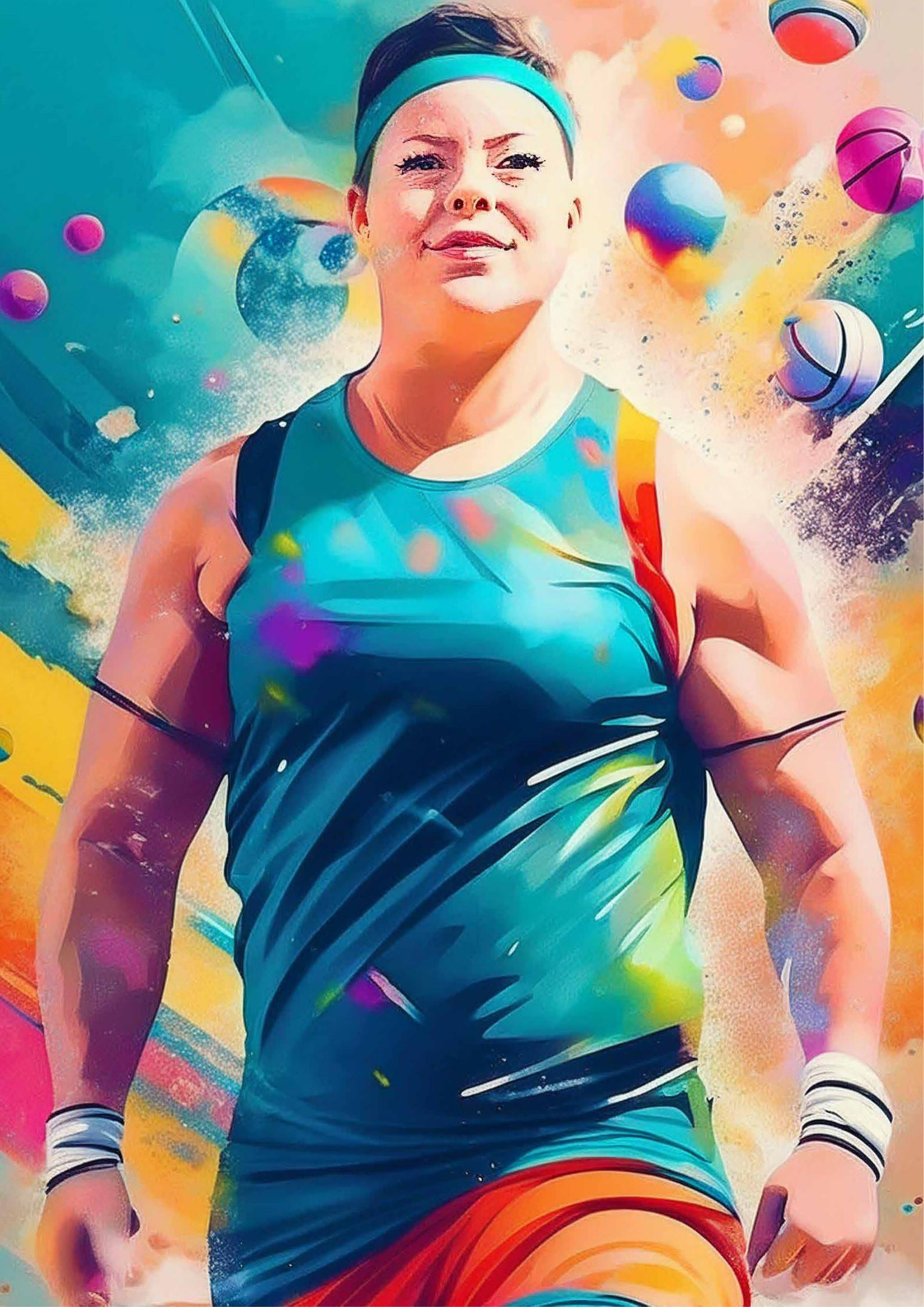
- Integrar tecnologias assistivas, como ampliar a desenvoltura em cadeira de rodas, muletas, bengalas, acessibilidade de acordo com a deficiência apresentada, para melhorar a experiência e o engajamento nas atividades físicas.

07. PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

- Envolver as pessoas com deficiência motora no processo de planejamento das atividades, considerando suas preferências e metas individuais.
- Adaptar as atividades de acordo com as habilidades e interesses específicos de cada participante.

08. EDUCAÇÃO SENSIBILIZADORA

- Promover a sensibilização entre os demais participantes, educando sobre as capacidades e necessidades das pessoas com deficiência motora.
- Criar um ambiente inclusivo e respeitoso.



ATIVIDADE FÍSICA E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Segundo Azevedo (2004), a Deficiência Intelectual tem como principal característica a dificuldade de raciocínio e compreensão, e é basicamente caracterizada aos indivíduos que apresentam um conjunto de habilidades gerais relacionadas à inteligência abaixo da média, e de déficit no comportamento adaptativo, expresso nas habilidades conceituais, sociais e práticas. As causas ainda são desconhecidas, mas podem ser genéticas, congênitas ou adquiridas. As principais manifestações da deficiência intelectual são a aquisição lenta de novos conhecimentos e habilidades, o comportamento imaturo e a limitação nas habilidades de autocuidado.

As famílias, em busca de mediar tais defasagens, geralmente são orientadas a buscar no esporte um estímulo social e cognitivo considerando a prática a longo prazo, benéfica, pois auxilia na oxigenação do cérebro, treina déficits motores e libera substâncias relacionadas ao prazer no organismo desta pessoa, conseqüentemente traz melhoras globais reforçadoras de desenvolvimento intelectual.

O esporte ocupa uma posição muito importante e relevante quanto à inclusão social, mas mesmo diante de tantos benefícios que ele proporciona aos indivíduos com deficiência, a realidade nacional do Paradesporto ainda é preocupante, pois, não lhe é dada a valorização necessária e proporcional à contribuição na vida dessas pessoas, mesmo sendo “um dos requisitos indispensáveis para que o indivíduo possa atingir a dimensão total da inclusão social” (Azevedo, 2004). Segundo este autor, o aspecto de resgatador social também deve ter importância redirecionada aos benefícios dessa prática, especialmente quanto ao aprender e ao adaptar-se no mundo social.

A pessoa com deficiência intelectual possui condições estruturais e funcionais que comprometem a adaptação ao ambiente e à ampla aquisição de informações. Dessa forma, o processo de ensino-aprendizagem tradicional das escolas passa a ser insuficiente para a promoção educacional do aluno, de modo que estratégias especializadas se fazem altamente necessárias (Batista; Enumo, 2004; Brasil, 2006, 2007, 2010; Mantoan, 2006; Ribeiro, 2009; Sánchez, 2005; Sasaki, 2005).

DEFICIÊNCIAS

Segundo Mantoan (2015), “nosso modelo educacional mostra há algum tempo sinais de esgotamento, e nesse vácuo de ideias que acompanha a crise paradigmática, surge o momento oportuno de transformações.”

Para que tais transformações ocorram faz-se necessário a intermediação de um professor ou profissional da educação física, com uma noção em compreender as especificidades das pessoas intelectualmente deficitadas. Sobre esse viés mediador podemos citar Vygotsky e a sua teoria do ensino apropriado. “As mais sérias deficiências podem ser compensadas com ensino apropriado, pois, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental” (Vygotsky, 1997, p. 101).

Vygotsky deixou inúmeras contribuições sobre o desenvolvimento intelectual das pessoas com deficiências. Em diversos escritos, o autor menciona sobre adequações para suprir defasagens, o que podemos compreender como uma sugestão de adaptações no ensino e nas atividades oferecidas ao público de pessoas com necessidades especiais também no contexto esportivo.

Para Vygotsky (1987), os estudantes deveriam ser encorajados por seus docentes a superar suas limitações pedagógicas reinventando suas habilidades por meio de estratégias pedagógicas adequadas, capazes de provocar avanços que não seriam conseguidos de forma espontânea. Entende-se, portanto o esporte adaptado como um instrumento que poderá proporcionar à pessoa com deficiência possibilidades de realizar práticas esportivas conforme suas capacidades de desenvolvimento.

A prática de atividade física constitui um recurso importante na capacitação e no apoio ao desenvolvimento de pessoas com deficiência intelectual, (Greguol, 2019). Porém, segundo Winckler (2012), a inserção da pessoa com deficiência num ambiente como esse, possibilita construções e ressignificações que podem tanto facilitar a sua inclusão, como dificultá-la. A inclusão da pessoa com deficiência no esporte significa oferecer a oportunidade e incentivar a adesão de qualquer pessoa com deficiência à prática esportiva.

Nesse contexto, promove o desafio ao aprimoramento das habilidades de acordo com o grau da deficiência apresentada, despertando o sentido desafiador que pode levar à superação e conseqüentemente, melhor qualidade de vida.

DEFICIÊNCIAS

Em suma, a prática esportiva por pessoas com deficiência intelectual pode remodelar o seu futuro, por meio do estímulo cognitivo, promovendo enriquecimento do desenvolvimento de habilidades, oportunizando atuação enquanto cidadãos construtivos e participativos na sociedade em que estão inseridos, além de vencer suas limitações e preconceitos advindos do desconhecimento da sociedade sobre essa temática, conforme as observações a seguir:

01. ADAPTAÇÃO E ACESSIBILIDADE

- Garantir que as atividades sejam adaptadas para atender às necessidades específicas das pessoas com deficiência intelectual, considerando a necessidade de uma adaptação específica, demonstrar e exemplificar, de acordo com o grau de dificuldade.
- Certificar-se de que os espaços e equipamentos sejam acessíveis, seguros e estejam devidamente identificados com figuras e desenhos, de forma que promovam o entendimento.

02. ESTÍMULOS AOS OUTROS SENTIDOS

- Incorporar estímulos que envolvam as capacidades motoras e no incentivo para realização do movimento.
- Utilizar descrições adaptadas para orientar durante as atividades.

03. DESENVOLVIMENTO MOTOR E COORDENAÇÃO

- Focar no desenvolvimento de habilidades motoras fundamentais, como equilíbrio, coordenação, propriocepção.
- Integrar exercícios que promovam a consciência corporal e a capacidade de desenvolver habilidades de forma independente.

04. TRABALHO EM GRUPO E SOCIALIZAÇÃO

- Incentivar atividades em grupo para promover a socialização e a interação entre os participantes.
- Incorporar atividades que estimulem a cooperação e o trabalho em equipe.

05. ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE

- Incluir atividades que melhorem as habilidades de orientação e mobilidade, essenciais para a independência no dia a dia.
- Introduzir técnicas de navegação e exploração do ambiente de forma segura.

06. INCLUSÃO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA

- Integrar tecnologias assistivas de acordo com o nível de limitação apresentado pelo estudante com o objetivo de proporcionar a maior autonomia possível, para melhorar a experiência e o engajamento nas atividades físicas.

07. PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

- Envolver as pessoas com deficiência intelectual no processo de planejamento das atividades, considerando suas preferências e metas individuais.
- Adaptar as atividades de acordo com as habilidades e interesses específicos de cada participante.

08. EDUCAÇÃO SENSIBILIZADORA

- Promover a sensibilização entre os demais participantes, educando sobre as capacidades e necessidades das pessoas com deficiência intelectual.
- Criar um ambiente inclusivo e respeitoso.

Mediante as informações abordadas, apresentam-se sugestões de atividades adaptadas para auxiliar os professores nas aulas práticas de educação física e conseqüentemente, viabilizar a inclusão.



PROPOSTA 1 - INDICAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Indicação: Pessoas com deficiência visual.

Principais orientações: Conhecer o estudante.

Não pergunte: O quanto você consegue enxergar.

Perguntar: O que você consegue enxergar? Pergunte ao estudante quando (em que idade) ocorreu a perda da visão, e assim observar se é congênito ou gradativo.

Analisar: O equilíbrio e a destreza, pois varia de estudante para estudante.

Acrescentar: Dispositivos sonoros; utilizar bolas com guizo.

Observar: A percepção da imagem corporal.

Fonte: Site Comitê Paralímpico Brasileiro (<https://cpb.org.br/>)

Segundo Schilder (1999), a imagem corporal não é só uma construção cognitiva, mas também uma reflexão dos desejos, atitudes emocionais e interação com os outros. Entre as diversas maneiras que o indivíduo possui para pensar a respeito de si mesmo, nenhuma é tão essencialmente imediata e central como a imagem de seu próprio corpo, ou seja, a imagem corporal é construída a partir do corpo em contato com a realidade externa dentro da vivência humana individual e dinâmica de cada um (Tavares, 2003). Exemplos de atividades que promovem a inclusão nas aulas práticas de educação física:

01. INTERPRETAÇÃO DE SINAIS CORPORAIS

Descrição: Organizar os estudantes em duplas posicionando-se um atrás do outro. O estudante da frente está com os olhos vendados e o estudante que está atrás apoia as mãos nos ombros do seu colega. Ao sinal do professor, as duplas se movem livremente na quadra, evitando o choque entre elas.

O estudante que está atrás deve guiar o colega à frente com os olhos vendados para indicar-lhe a direção. Devem ser combinados anteriormente os sinais. Ex: Pressionar com ambas as mãos significa avançar para frente, pressionar com a mão direita significa virar para a direita, pressionar com a mão esquerda significa virar para a esquerda, dentre outros.

02. TRABALHAR A PERCEPÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE ESTÍMULOS

Descrição: Organizar os estudantes em duplas, espalhadas na quadra, as duplas posicionam-se uma atrás da outra, em pé. Ao sinal do professor, o estudante que está atrás deve escrever uma letra ou número nas costas do colega com o dedo e o estudante que está à sua frente deve adivinhar qual é a letra ou número. Ao sinal do professor, os papéis se invertem.

03. CONTROLE DA RESPIRAÇÃO E ALINHAMENTO DOS MOVIMENTOS AO SOM (ALONGAMENTO)

Descrição: Organizar os estudantes em círculo, disponibilizar um apito para cada um. O professor determina os movimentos respiratórios com o auxílio do som do apito. Exemplos: Respirar bem fundo e soltar o ar com o apito na boca promovendo um som contínuo até terminar de soltar o ar gradativamente e devagar.

Dois apitos curtos, levantar os dois braços, dois apitos longos, elevar os braços para trás, um apito curto, levantar a perna direita, um apito, executar um saltito. Repetir para que os estudantes gravem os comandos e repitam. Outras variações: Exemplos: 3 apitos, colocar a mão na orelha direita, 4 apitos, tocar o joelho esquerdo, dentre outras.

04. PERCEPÇÃO COM BOLAS DE GUIZO

Descrição: Organizar os estudantes em duas colunas, um estudante deverá ser o goleiro, que deverá estar com os olhos vendados. Utilizar duas bolas de guizo, uma para cada equipe.

Cada estudante da coluna, deve tentar (um de cada vez) acertar o gol com as mãos, sendo a bola rolada, e não arremessada, os estudantes podem deitar no chão para mirar, então o goleiro deverá tentar defender através do som da bola de guizo..

Orientar o estudante que está na posição de goleiro, que a posição inicial é ao lado da trave do gol, apoiando-se nela, e assim que a bola for lançada ele se desloca para tentar defender. Todos os estudantes passam na posição de goleiro. Ganha a equipe que conseguir marcar um número maior de gols.

05. CIRCUITO ORIENTADO

Descrição: Organizar os estudantes em equipes, um dos integrantes realiza o percurso do circuito motor elaborado pelo professor, com os olhos vendados e sendo orientado pelos integrantes da sua equipe.

O professor pode organizar um circuito da seguinte forma: na saída utilizar uma corda estendida para que os estudantes segurem e se orientem por ela na corrida até o próximo obstáculo que será realizar uma cambalhota no colchonete posicionado ao fim da corda, onde lhes serão entregues uma bola com guizo para que a desloquem com os pés e chutem ao gol, sendo orientados pelos colegas da equipe a direção.

Um estudante deverá estar na posição de goleiro (um em cada gol) também com os olhos vendados e tentar defender através do som da bola de guizo. Este circuito deve ser montado com uma equipe voltada para um gol e a outra para o outro. Ganha a equipe que conseguir realizar o percurso e acertar mais bolas ao gol.

Observar o estudante com deficiência visual no desenvolver das atividades e de acordo com a percepção do professor, talvez despontar um futuro atleta.



PROPOSTA 2 - INDICAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA (ÁUDIO-COMUNICAÇÃO)



Devido os estudantes com deficiência auditiva (áudio comunicação) não apresentarem limitações motoras, intelectuais ou visuais, recomendam-se atividades que possam ser trabalhadas com estudantes que não apresentam deficiências, porém atentando-se para chamar atenção do estudante com gestos manuais, escritos ou viabilizar luzes e marcas visuais para orientar o estudante nessa condição.



PROPOSTA 3 - INDICAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MOTORA

A deficiência motora abrange vários tipos de limitações físicas. Dessa forma, serão sugeridas atividades variadas.

Ao estudante que precisa da cadeira de rodas, observar se a limitação não se estende aos membros superiores e tronco e também a habilidade no manejo da cadeira, se consegue tocar a cadeira sozinho, ir e vir sem maiores dificuldades apresentadas.

01. INICIAÇÃO ATRAVÉS DO DESLOCAMENTO EM CADEIRA

Aquecimento:

- Deslocamento de uma ponta à outra da quadra, duas ou três vezes.
- Realizar dois toques na cadeira, e realizar um giro para direita.
- Realizar dois toques na cadeira e realizar um giro para a esquerda.
- Realizar dois toques rápidos e frear (3 vezes).
- Realizar deslocamentos de ré, bem devagar.
- Posicionar cones, deixando espaço para que a cadeira possa ter espaço pra passar. Realizar movimentos de zigue zague entre os cones (10 vezes).

02. DESENVOLVER A FORÇA ABDOMINAL

Se o estudante for cadeirante, observar sobre o controle de tronco. Os estudantes formam duplas e se distribuem pela quadra. Utilizar colchonetes, com uma bola de basquete para dupla. Os estudantes de cada dupla deitam de barriga para cima, frente a frente, com os braços estendidos acima da cabeça.

Se for cadeirante, as pernas se mantêm estendidas (será necessário um faixa para fixar as pernas do estudante que apresentar paralisia cerebral com hemiparesia ou amputação para manter o coto e a perna unidos). Ao sinal do professor, os estudantes flexionam o tronco e o erguem até que o estudante que estiver com a bola consiga entregar para o seu colega.

Depois de trocar a bola, retornam à posição inicial, tocando novamente o chão com as costas. Assim sucessivamente, o professor estabelece a quantidade de repetições. O estudante com deficiência irá levantar o tronco até onde conseguir, o colega deve entregar-lhe a bola, respeitando o seu limite.

03. BASQUETE EM CADEIRA DE RODAS

O primeiro esporte sugerido ao estudante com essas características é o basquete em cadeira de rodas. A introdução ao esporte consiste inicialmente no manejo da bola sem deslocamento e posteriormente com deslocamento.

No primeiro momento, o professor deve conversar com o estudante em relação ao esporte e investigar o interesse dele em vivenciá-lo. Antes de iniciar qualquer atividade, o professor deve sugerir ao estudante sobre a necessidade de utilizar uma fita ou faixa para fixá-lo na cadeira de rodas (fixar ao tronco ou cintura), para evitar acidentes durante a atividade e utilizar uma faixa para que as pernas fiquem juntas. (Perguntar se o estudante aceita).

03. BASQUETE EM CADEIRA DE RODAS

Com a bola em mãos, pedir ao estudante que segure a bola com uma das mãos e a bata no chão, sem deslocamento (esse movimento irá gerar um pequeno deslocamento natural, no qual a cadeira vai sair para um lado), observar e deixá-lo bater a bola ao chão.

Orientar a maneira correta de segurar a bola, não batendo-a com as palmas das mãos, e sim utilizar a ponta dos dedos. vire a cadeira para um lado com a outra mão, alternando a mão que segura a bola com a que toca a cadeira. Os outros estudantes devem participar batendo a bola ao chão, sem e com deslocamento.

O passo seguinte em relação ao basquete em cadeira de rodas, será o lançamento. Organizar os estudantes em duas colunas, voltados um frente ao outro, sendo que os estudantes de uma coluna se deslocam na lateral, e da outra não. Lançar a bola e deslocar-se na lateral para receber e lançar para o outro colega à frente. O estudante que utiliza a cadeira de rodas deve participar com os colegas.

04. VIVÊNCIA BADMINTON

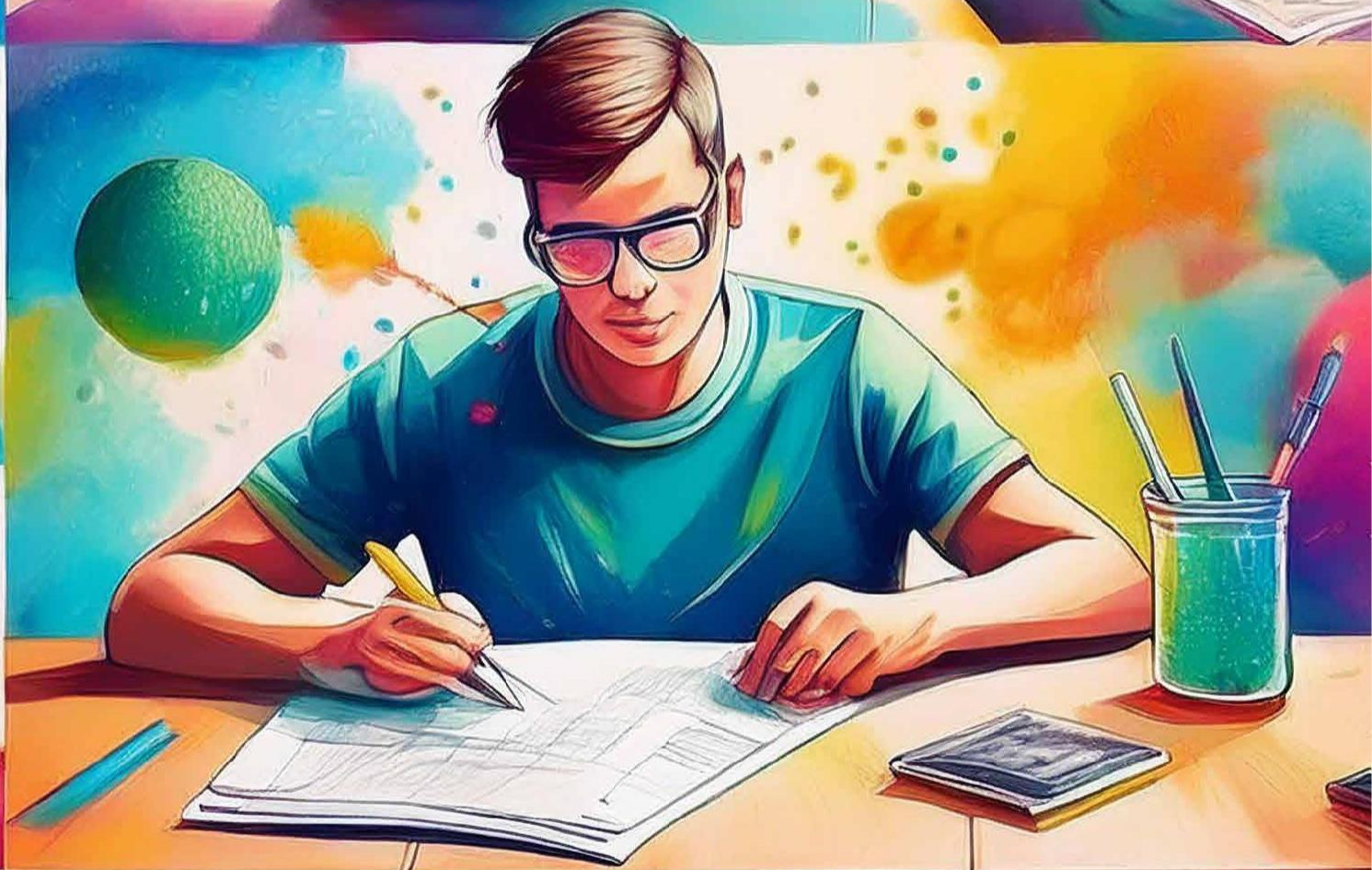
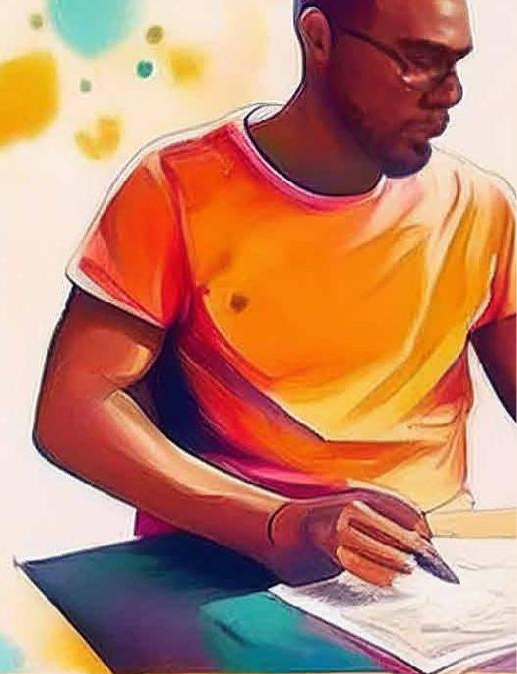
Introdução ao esporte badminton para desenvolver habilidades como atenção, coordenação motora, mira. Para praticar o badminton é necessária uma raquete, não utiliza bola. No lugar da bola é usado uma espécie de peteca, que tem o nome de volante ou birdie.

No primeiro momento, o estudante deve tentar lançar o volante com a raquete para cima, o máximo de vezes possível, sem deixar cair no chão, sem deslocamento, no caso dos estudantes que utilizam a cadeira de rodas.

Posteriormente praticar o lançamento com deslocamento na cadeira de rodas, não deixando o volante cair no chão.

05. BOCHA

A modalidade bocha é indicada para pessoas que apresentam um maior grau de comprometimento, geralmente paralisia cerebral ou outras deficiências com sequelas severas.



PROPOSTA 4 - INDICAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A deficiência intelectual apresenta vários níveis. Alguns estudantes são mais comprometidos e outros, menos. É necessário observar o nível de comprometimento do estudante, o grau de entendimento e percepção.

01. VELOCIDADE E EQUILÍBRIO

Os estudantes organizam-se em duas ou três colunas. Diante das colunas são organizados bancos suecos, caso tenham, ou outro material semelhante disponível, posicionados em sentido longitudinal e transversal, mantendo uma distância de 3 metros entre si.

Ao sinal do professor, o primeiro estudante de cada coluna pula por cima dos bancos que estão em sentido transversal e corre em cima dos bancos posicionados em sentido longitudinal. Ao chegar ao último banco, os estudantes realizam o percurso de volta, correndo em torno dos bancos.

Ao chegar, sai o próximo estudante de cada coluna. O estudante com deficiência intelectual pode ser auxiliado pelo professor, segurando-o com uma de suas mãos, ao menos na primeira vez como apoio, mas permitir que ele realize tudo sozinho, e nas próximas incentivá-lo a ir sozinho, promovendo o desenvolvimento do equilíbrio, principalmente.

02. INTERPRETAR E COMPREENDER SENTIMENTOS - EXPRESSÃO CORPORAL

Os estudantes se dividem em dois grupos. O professor indica o sentimento para um estudante e ele o representa. Os demais estudantes devem tentar reconhecer o sentimento interpretado e falar. O estudante que acertar marca ponto para sua equipe. *Os exemplos de sentimentos são: alegria, dor, tristeza, surpresa, nojo, medo, frio, irritação, fome, solidão, raiva, etc.*

PROPOSTA 4

03. TRABALHO EM GRUPO E RECONHECIMENTO DAS LETRAS - COOPERAÇÃO

Os estudantes correm livremente pela quadra, quando o professor der o sinal, ele indicará uma letra e o número de estudantes que devem representá-la, nesse momento os estudantes devem deitar-se ao chão e representar a letra indicada pelo professor, formando-a com o corpo deitado ao chão. *Exemplo: Letra M – 4 estudantes.*

04. CAPACIDADES RÍTMICAS DO CORPO

Ao som de uma música proposta pelo professor, os estudantes se movimentam livremente na quadra. O professor vai limitar as partes do corpo a serem utilizadas para acompanhar o ritmo da música.

Exemplo: tal música, dançar movendo somente os membros inferiores, trocar a música e dançar somente movendo os membros superiores, uma outra música indicará movimentar apenas o tronco. E uma determinada música indica movimentar todo o corpo.

Os estudantes vão sistematizar as músicas com as partes do corpo que estarão em movimento. Então ao trocar as músicas, o professor não dará mais o comando, eles terão que identificar através da música indicada.

05. ROLAMENTO E RECEPÇÃO DE BOLAS

Os estudantes são divididos em dois grupos, posicionados cada grupo de um lado da quadra. Várias bolas são distribuídas para cada estudante, sendo bolas diferentes, como de basquete, voleibol, handebol, de borracha, dentre outras.

Ao sinal do professor, os estudantes arremessam suas bolas com as mãos, fazendo as bolas rolar pelo chão, até a outra metade da quadra. O objetivo é esvaziar o lado da quadra, jogando-as para o lado contrário, até o professor dar o sinal de parar.

A equipe que tiver menos bolas no seu lado da quadra, marcará ponto. E recomeça podendo ser 5 tempos de 5 minutos, por exemplo, até chegar à equipe vencedora.



ESPORTES PARALÍMPICOS OFICIAIS

Apresentamos informações sobre os Esportes Paralímpicos oficiais para maior entendimento e compreensão das devidas características.

Informações: Esportes Paralímpicos:

Fonte: site Comitê Paralímpico Brasileiro

<https://cpb.org.br/>



Modalidade que conquistou mais medalhas em competições nacionais (170) no total.



FOTO: CPB/DIVULGAÇÃO

INDICAÇÕES	PROVAS	INFORMAÇÕES	CLASSES/DV REFERENTE AO ATLETA-GUIA
DF, DI, DV (CPB).	<p>Pista: Velocidade: 100m, 200m, 400m, rev. 4x400m e rev. 4x100m. Meio-fundo: 800m e 1.500m. Fundo: 5.000m e 10.000m. Salto em distância. Salto em altura. Salto Triplo.</p> <p>Rua: Maratona (42km). Meia-maratona (21km).</p> <p>Campo: Lançamento de disco e club. Lançamento de dardo. Arremesso de peso.</p>	<p>O objetivo é alcançar melhores marcas nas provas apresentadas.</p> <p>Aos atletas com deficiências visuais, nas provas de pista, as classes definem a participação do atleta-guia.</p>	<p>Classe T11 (totalmente cego): obrigatório.</p> <p>Classe T12 (baixa visão com maior comprometimento): opcional.</p> <p>Classe T13 (baixa visão com menor comprometimento): não permitido.</p>

FONTE: DESENVOLVIDO PELA AUTORA



Participou dos Jogos Paralímpicos pela primeira vez em Tóquio 2021.



FOTO: CPB/DIVULGAÇÃO

INDICAÇÕES	EQUIPE	INFORMAÇÕES	CLASSES
DF, DI (CBBd).	<p>Individuais duplas: (masculinas e femininas).</p> <p>Mistas: (seis classes funcionais diferentes).</p>	<p>Golpear uma peteca na quadra dos adversários, utilizando uma raquete.</p>	<p>WH1 E WH2: Classes funcionais de cadeiras de rodas.</p> <p>SL3 E SL4: Classes funcionais de pessoas com deficiência nos membros inferiores que andam.</p> <p>SU 5: Classe funcional de pessoas com deficiência nos membros superiores.</p> <p>SH6: Classes funcionais de baixa estatura.</p> <p>SI: Classe funcional para atletas com deficiência intelectual (classe que não faz parte do programa dos Jogos Paralímpicos).</p>


FONTE: DESENVOLVIDO PELA AUTORA

BASQUETE EM CADEIRA DE RODAS

Fez parte de todas as edições dos Jogos Paralímpicos. Primeira modalidade adaptada praticada no Brasil, a partir de 1958.



FOTO: CPB/DIVULGAÇÃO

INDICAÇÕES	EQUIPE	INFORMAÇÕES	CLASSES
DF (CBBC).	5 atletas por time. Feminino e masculino jogam separadamente. Partida tem duração de quatro quartos, com 10 minutos cada.	Mesmas regras do basquete olímpico, com adaptação de que o jogador deve quicar a bola a cada dois toques dados na cadeira. A quadra e a cesta seguem padrões ao esporte olímpico.	Os atletas são avaliados conforme o comprometimento físico-motor em uma escala de 1 a 4,5. Quanto maior a deficiência, menor a classe. A soma desses números da equipe em quadra não pode ultrapassar 14. 

FONTE: DESENVOLVIDO PELA AUTORA



Surgiu no Brasil em 1970.



FOTO: CPB/DIVULGAÇÃO

INDICAÇÕES	EQUIPE	INFORMAÇÕES	CLASSES
DF (ANDE).	<p>Individuais, Duplas e Equipes.</p> <p>Masculino e Feminino.</p> <p>É permitido usar as mãos, os pés e instrumentos de auxílio (calhas).</p> <p>Pode contar com ajudantes (calheiros), no caso dos atletas com maior comprometimento dos membros.</p>	<p>A competição consiste em lançar as bolas coloridas o mais perto possível de uma branca (jack ou bolim).</p> <p>Os atletas ficam sentados em cadeiras de rodas e limitados a um espaço demarcado para fazer os arremessos.</p>	<p>BC1: Opção de auxílio de ajudantes (podem estabilizar ou ajustar a cadeira do jogador e entregar a bola, quando pedido).</p> <p>BC2: Não podem receber assistência.</p> <p>BC3: Deficiências muito severas. Usam instrumento auxiliar, podendo ser ajudados por outra pessoa.</p> <p>BC4: Outras deficiências severas, mas que não recebem assistência. Os tetraplégicos, por exemplo, que não conseguem movimentar os braços ou as pernas, usam uma faixa ou capacete na cabeça com uma agulha na ponta. O calheiro posiciona a canaleta à sua frente para que ele empurre a bola pelo instrumento com a cabeça.</p>

FONTE: DESENVOLVIDO PELA AUTORA



A participação em jogos Paralímpicos pela primeira vez foi em Atenas, 2004.



FOTO: CPB/DIVULGAÇÃO

INDICAÇÕES	EQUIPE	INFORMAÇÕES	CLASSES
DV (CBDV).	5 jogadores – quatro jogadores vendados e o goleiro, com visão total. Masculino. Pode ser praticado também em campos de grama sintética (com bandas). O chamador pode orientar os atletas sobre o posicionamento e para onde devem chutar.	A quadra tem as mesmas medidas padrões do futsal, 20m x 40m e tem barreiras (bandas) laterais. O jogo é dividido em dois tempos de 15 minutos, com intervalo de 10 minutos. É utilizada a bola com guizo. Os atletas possuem três guias para orientá-los (o goleiro, o chamador e o técnico). O chamador se posiciona atrás do gol adversário. É exigido silêncio da torcida.	B1: Cegos totais ou com percepção de luz, mas sem reconhecer o formato de uma mão a qualquer distância. B2: Atletas com percepção de vultos. B3: Atletas que conseguem definir imagens.

FONTE: DESENVOLVIDO PELA AUTORA



Segue as regras da FIFA, com algumas adaptações.



FOTO: CPB/DIVULGAÇÃO

INDICAÇÕES	EQUIPE	INFORMAÇÕES	CLASSES
<p>PC-Paralisia Cerebral (ANDE).</p>	<p>Sete jogadores (sendo um goleiro), e sete reservas.</p> <p>Masculino.</p> <p>Balizas de 5m x 2m.</p> <p>Marca do pênalti fica a 9,20m do centro da linha de gol.</p>	<p>A quadra pode ter a medida máxima de 50m x 70m.</p> <p>O jogo é dividido em dois tempos de 30 minutos com intervalo de 10 minutos.</p> <p>O que difere do futebol convencional, são os arremessos laterais, que podem ser cobrados com apenas uma das mãos e não há regras para impedimentos.</p>	<p>FT1: Comprometimento severo.</p> <p>FT2: Comprometimento mediano.</p> <p>FT3: Comprometimento leve.</p>

FONTE: DESENVOLVIDO PELA AUTORA



Todos os atletas usam vendas.



FOTO: CPB/DIVULGAÇÃO

INDICAÇÕES	EQUIPE	INFORMAÇÕES	CLASSES
DV deficiência visual (CBDV).	<p>Masculino e feminino.</p> <p>A quadra mede 9m x 18m (mesma do voleibol).</p> <p>A rede tem 9m x 1,3m O objetivo é balançar a rede do adversário 6 jogadores no total (3 titulares e 3 reservas).</p> <p>É necessário silêncio para a realização das partidas.</p>	<p>O jogo é dividido em dois tempos de 12 minutos cada, com três minutos de intervalo.</p> <p>Todos os jogadores exercem, ao mesmo tempo, as funções de ataque e defesa.</p> <p>Utilizado a bola com guizo. O arremesso é rasteiro.</p> <p>A bola tem 76cm de diâmetro e pesa 1,25kg.</p> <p>O gol tem 9m de largura e 1,30 de altura.</p>	<p>B1: Cegos totais ou com percepção de luz, mas sem reconhecer o formato de uma mão a qualquer distância.</p> <p>B2: Atletas com percepção de vultos.</p> <p>B3: Atletas que conseguem definir imagens.</p>

FONTE: DESENVOLVIDO PELA AUTORA



Pequenas modificações em relação ao Judô convencional.



FOTO: CPB/DIVULGAÇÃO

INDICAÇÕES	EQUIPE	INFORMAÇÕES	CLASSES
DV - Deficiência Visual (CBDV).	<p>Inicia a luta em contato com o quimono do oponente.</p> <p>Interrompida a luta quando os atletas perdem esse contato.</p> <p>Não pode sair da área de combate, sujeito à punições.</p> <p>Masculino e feminino.</p>	<p>Área de competição: entre 14m² e 16m².</p> <p>A vitória acontece de três formas: ipon, imobilização ou pontuação maior.</p> <p>Tempo: 4 minutos.</p>	<p>J1: Cegos totais ou com percepção de luz, mas sem reconhecer o formato de uma mão a qualquer distância.</p> <p>J2: Atletas que conseguem definir imagens.</p>

FONTE: DESENVOLVIDO PELA AUTORA



Segue as regras da FINA, porém com algumas exceções.



FOTO: CPB/DIVULGAÇÃO

INDICAÇÕES	EQUIPE	INFORMAÇÕES	CLASSES
DI, DV, DF (CPB).	Provas: 50m, 100m, 200m e 400m.	As competições são realizadas na piscina de 50m. Segue as regras da FINA, porém com algumas exceções, de acordo com a definição da classe.	<p>S: Nados livre, costas e borboleta SB: Nado peito SM: Nado Medley S1 a S10: Deficiência física S11: Deficiência visual (cego total) S12: baixa visão com maior comprometimento S13: baixa visão com menor comprometimento S14: Deficiência Intelectual</p> <p>Os atletas com deficiência física devem se submeter a uma banca de classificação funcional composta por médicos e fisioterapeutas, onde são realizados testes para definir a classe que o atleta se encaixa de acordo com a limitação apresentada.</p> <p>Os atletas com deficiência intelectual devem apresentar um teste que constata o QI para definir a elegibilidade para participar de competições, a classificação intelectual é responsabilidade da Confederação Brasileira de Deficientes Intelectuais (CBDI).</p> <p>Os atletas com deficiência visual devem apresentar exame feito pelo médico e serão avaliados por uma equipe médica do Comitê Paralímpico Brasileiro para definir a classe.</p>

FONTE: DESENVOLVIDO PELA AUTORA



No início era praticado por pessoas em cadeira de rodas. A estreia no Brasil aconteceu em Toronto em 1976, onde também iniciou a prática para jogadores que ficam em pé.



FOTO: CPB/DIVULGAÇÃO

INDICAÇÕES	EQUIPE	INFORMAÇÕES	CLASSES
PC, AMPUTADOS E CADEIRANTES, DI (CBTM).	Masculino e feminino. Individuais. Duplas ou por equipes. Para andantes, segue as mesmas regras do tênis de mesa convencional. Aos cadeirantes, o saque é diferente.	As competições acontecem em cinco sets de 11 pontos. Em caso de empate em 10 a 10, vence quem abrir dois pontos de vantagem primeiro.	11 (onze classes). Classes 1, 2, 3, 4 e 5: Para cadeirantes. Classes 6, 7, 8, 9 e 10: Para andantes. Classe 11: Para andantes com deficiência intelectual.

FONTE: DESENVOLVIDO PELA AUTORA



Seleção Brasileira campeã mundial em Sarajevo, Bósnia.



FOTO: CPB/DIVULGAÇÃO

INDICAÇÕES	EQUIPE	INFORMAÇÕES	CLASSES
DF (CBVD).	Masculino e feminino 6 (Seis) jogadores em cada time. A quadra é menor que a do esporte convencional. Três sets de 25 pontos e tie-break 15 pontos.	A quadra mede 10m x 6m. A rede fica a 1,15m do chão para o masculino e 1,05m para o feminino. Melhor de 5 sets. Uma das exceções do esporte convencional é que pode bloquear o saque.	VS1: Deficiência severa. Ex. amputados de perna. VS2: Deficiência leve. Ex. amputação de parte do pé.

FONTE: DESENVOLVIDO PELA AUTORA

LEGENDA

DI – DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

DF – DEFICIÊNCIA FÍSICA

DV – DEFICIÊNCIA VISUAL

BV – BAIXA VISÃO

FONTE: DESENVOLVIDO PELA AUTORA

TABELA DAS ENTIDADES RESPONSÁVEIS

CPB– Comitê Paralímpico Brasileiro

CBBD – Confederação Brasileira de Badminton

CBBC – Confederação Brasileira de Basquete em Cadeira de Rodas

ANDE – Associação Nacional de Desportos para Deficientes

CPDV – Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais

CBTM – Confederação Brasileira de Tênis de Mesa

CBVD – Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes

FONTE: DESENVOLVIDO PELA AUTORA



JOGOS DO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

Em relação aos Jogos do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. (JIFMS), apresentamos sugestões sobre as adaptações das modalidades e provas. A fim de promover uma competição justa, é necessário que os estudantes sejam divididos em classes, conforme as devidas limitações observadas. Os tipos de deficiências devem ser organizados mediante as provas que são possíveis realizar. Ressalto que são sugestões, não são informações oficiais, provêm de experiências pessoais, sobre as possibilidades de envolver os estudantes com deficiências no (JIFMS).

Acesse o QRcode e verifique o regulamento do JIFMS:



DEVIDO ÀS CLASSIFICAÇÕES:

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL – CLASSIFICAR UTILIZANDO A **LETRA I** (INTELECTUAL), E OS NÚMEROS CORRESPONDENTES AO GRAU DE COMPROMETIMENTO OBSERVADO.

LEVE

MODERADA

SEVERA

CLASSE I - 1

CLASSE I - 2

CLASSE I - 3

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) – CLASSIFICAR UTILIZANDO AS **LETRAS IA** E OS NUMEROS CORRESPONDENTES AO GRAU DE COMPROMETIMENTO OBSERVADO.

LEVE

MODERADA

SEVERA

CLASSE IA - 1

CLASSE IA - 2

CLASSE IA - 3

SÍNDROME DE DOWN – UTILIZAR A **LETRA I** E O **NÚMERO 21** – TODOS COMPETEM NA MESMA CLASSE.

CLASSE ÚNICA - I 21

DEFICIÊNCIAS MOTORAS - ABRANGE VÁRIOS DIAGNÓSTICOS.

OS MAIS COMUNS SÃO: PARALISIA CEREBRAL, LESÃO MEDULAR, MIELOMELINGOCELE, DENTRE MUITOS OUTROS.

A SUGESTÃO É CONSIDERAR ANDANTES E NÃO ANDANTES (UTILIZAM CADEIRA DE RODAS).

ANDANTES – SUGESTÃO DE CLASSE

CADEIRANTES – SUGESTÃO DE CLASSE

DMA (deficiência motora andante)

DMC (deficiência motora cadeirante)

NÍVEIS DE MOBILIDADE: DEFICIÊNCIAS MOTORAS - EM RELAÇÃO AOS NÍVEIS DE MOBILIDADE REDUZIDA RELACIONADA ÀS DEFICIÊNCIAS MOTORAS, PARA OS QUE SÃO ANDANTES, ALGUNS SÃO MENOS COMPROMETIDOS E OUTROS UM POUCO MAIS, SEGUEM AS SUGESTÕES DE CLASSIFICAÇÕES.

LEVE

SEVEROS

DMA1

(deficiência motora andante mobilidade menos reduzida)

DMA2

(deficiência motora andante mobilidades mais reduzida)

BOCHA - NESSA MODALIDADE, EM RELAÇÃO AO NÍVEL DE COMPROMETIMENTO, É FUNDAMENTAL UMA CLASSIFICAÇÃO MAIS ESPECÍFICA, JÁ QUE É NECESSÁRIO QUE SEJA OBRIGATORIAMENTE CADEIRANTE PARA PARTICIPAR DO JOGO DE BOCHA, E TAMBÉM AVALIAR MAIS DETALHADAMENTE O NÍVEL DE COMPROMETIMENTO E LIMITAÇÕES NOS MOVIMENTOS DE BRAÇOS E PERNAS.

A SUGESTÃO DAS CLASSES APRESENTAM-SE DA SEGUINTE FORMA:: BOCHA - INDICADO PARA CADEIRANTES – GERALMENTE PARALISIA CEREBRAL – OBSERVAR PARA CLASSIFICAR.

CLASSE BC 1

CLASSE BC 2

Menor comprometido motor e cognitivo
(que apresente menor dificuldade em lançar a bola,
em relação à coordenação motora e direção)

Maior comprometido motor e cognitivo
(que apresente maior dificuldade em lançar a bola,
em relação à coordenação motora e direção)

Algumas pessoas apresentam maior desempenho, jogando com os pés, questão que também deve ser avaliada para encaixar o estudante na classe correta.

Mediante as perspectivas das possíveis classificações propostas, segue modelo da organização de três modalidades, e suas devidas características, que podem ser oferecidas no regulamento do JIFMS:

ATLETISMO ADAPTADO

PROVAS	INDICAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
ARREMESSO DE PELOTA Consiste em arremessar a bola o mais longe possível, preferencialmente somente com uma das mãos.	Todas as deficiências descritas nesse guia, exceto os estudantes com indicação para a modalidade bocha.	A pelota é uma bola confeccionada com meias e preenchida em seu interior com areia, para que fique um pouco mais pesada.
CORRIDAS 50 Metros 100 Metros	Todas as deficiências descritas nesse guia, exceto os estudantes com indicação para a modalidade bocha.	Promover a participação de atletas-guia em relação aos estudantes que apresentam deficiência visual, e tamponar os olhos de todos os estudantes, pois pode ocorrer níveis de acuidade visual, caracterizando baixa visão, estando todos com os olhos vendados, a competição será justa.
CAMINHADA 50 Metros	Indicadas para os estudantes andantes que apresentam mobilidade reduzida, de acordo com as classes mencionadas acima.	A sugestão é utilizar óculos de natação pintados com tinta preta ou com fita isolante preta. Para os estudantes com deficiência auditiva, adaptar, no momento da largada, sinais visuais como luzes, se possível, ou orientações manuais, como elevar os braços.

BOCHA ADAPTADA

Observar as características do estudante e conversar com ele. Testar os lançamentos possíveis a serem realizados nas aulas práticas.. Assim, determinar a classe em que ele(a) se encaixa. Utilizar o kit de bocha. Maiores informações dessa modalidade se encontram na *página 44*.

POLYBAT

Adaptação à modalidade tênis de mesa, também conhecido como *TÊNIS DE MESA LATERAL*.

INDICAÇÃO / INFORMAÇÕES

Todas as deficiências descritas nesse guia, exceto os estudantes com indicação para a modalidade BOCHA.

A medida da mesa é de 1,2m x 2,4m; com proteção em todo o comprimento de suas laterais para que a bola não saia pelo lado. Altura da mesa até 10cm, com altura suficiente para fácil acesso a uma cadeira de rodas.

A bola utilizada é a plástica de golf, tipo airflow, geralmente são utilizadas bolas retiradas dos desodorantes roll on.

A raquete deve possuir uma área de batida de 180cm quadrados e um comprimento máximo de 30cm.

CARACTERÍSTICAS

O jogo é disputado em 11 pontos (jogo curto) ou 21 pontos (jogo longo), onde cada jogador saca 5 vezes, em série alternada.

A raquete deve manter contato com a mesa (ela é arrastada) e a bolinha deve ser lançada sempre nas bordas laterais.

Ganha quem atingir 11 pontos primeiro e, caso o jogo empate em 10 a 10 ou 20 a 20, quem fizer o 11o ou o 21o ponto vencerá. Não ocorre a vantagem, toda bola ou infração resulta em ponto.

Não existe também o pedido de tempo.

As sugestões servem como parâmetro para a organização de uma competição inclusiva no JIFMS, e promover a participação dos estudantes com deficiências em um primeiro momento, podendo serem aperfeiçoadas e melhoradas com mais possibilidades, posteriormente.



KIT BOCHA ADAPTADA



BOCHA



MODALIDADE BOCHA ADAPTADA



**ATLETISMO - DEFICIÊNCIA VISUAL
(ATLETA GUIA)**



ATLETA GUIA



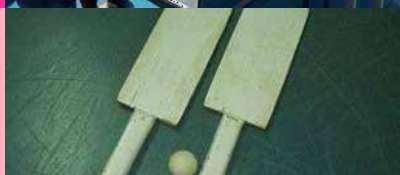
ARREMESSO DE PELOTA



ARREMESSO DE PELOTA



MESA DE POLYBAT



RAQUETE E BOLA (POLYBAT)



VIDEOTECA DE APOIO



BOCHA ADAPTADA

https://youtu.be/qVcG8Gmujp4?si=r_ZIWt8T3QVkgMv



GOALBALL

https://youtu.be/UinvTFoRpP8?si=tcHzb4_5sKJ0JyQxo



NATAÇÃO ADAPTADA

<https://youtu.be/Lsjmge-GBx0?si=BrG0vm8LqNZkZLKY>



JUDÔ ADAPTADO

https://youtu.be/eyD9o5Mk3Nw?si=_K5GuR63U0ya5Vz



JUDÔ ADAPTADO

<https://youtu.be/05PDU8OLgyE?si=K4X1O2Hir5b092-x>



TÊNIS DE MESA ADAPTADO

<https://youtu.be/QbM5D6dAUaM?si=ASbn4llxwtRsnay>



VOLEIBOL SENTADO

<https://youtu.be/7ZIFbJeMU1I?si=nDx9-3MLAO7G-Fej>



FUTEBOL PC

<https://youtu.be/rUI-YYfZBFk?si=pwnN2oKluQ6Y29Xc>



FUTEBOL DE 5 OU FUTEBOL DE CEGOS

<https://youtu.be/EQqOdealoPQ?si=rQo2eYtCb7nyPV-W>



BASQUETE EM CADEIRA DE RODAS

https://youtu.be/-uh2a4_7uuM?si=2NJxnVzXggchPGba



BADMINTON ADAPTADO

<https://youtu.be/c69APHCG4dw?si=v0SrcmPaPnO13N0X>



ATLETISMO ADAPTADO

<https://youtu.be/wbtsYHZwb6A?si=R1wx4vla7a-KGQSf>



ATLETISMO ADAPTADO – ATLETAS – GUIA

<https://youtu.be/62tWdea2iyU?si=J4yf0o27OVmSHVZo>



REFERÊNCIAS

ADPF (Associação de Deficientes Físicos do Paraná). Apostila sobre Bocha e Polybat. Curitiba, Paraná. [s.d.].

AZEVEDO, Paulo Henrique de; BARROS, Jonatas de França. O nível de participação do Estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. Revista Brasileira de Ciencia e Movimento, Brasília, v. 12, n. 1, p.77-84, 18 dez. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. B823 t Comitê de Ajudas Técnicas Tecnologia Assistiva. – Brasília : CORDE, 2009.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. Brasília, 2 de dezembro de 2004; 183o da Independência e 116o da República.

COBO, A. D.; RODRIGUEZ, M. G.; BUENO, S. T. Aprendizagem e deficiência visual. In: MARTIM, M. B.; BUENO, S. T. Deficiência visual: aspectos psicoevolutivos e educativos. São Paulo: Santos, 2003.

CPB (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO). Esportes Paralímpicos. Disponível em: <https://cpb.org.br/>. Acesso em 03 mai. 2024.

MUNSTER, M. A. V; ALMEIDA, J. J. G. Atividade física e deficiência visual. In: GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. (Org.). Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. 2. ed. Barueri: Manole, 2008. p. 28–76.

INTERDONATO, G. C.; GREGUOL, M. Auto análise da imagem corporal de adolescentes com deficiência visual sedentários e fisicamente ativos. Conexões, Campinas, v. 7, n. 3, p. 1–13, 2009.

REFERÊNCIAS

GAGLIARI, C.; BARRELLA, F. F. (1986). Uso da informática na educação do deficiente auditivo: um modelo metodológico. In: Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.), Anais da XVI Reunião Anual de Psicologia (pp. 120–123). Ribeirão Preto: SBP.

GORGATTI, M. G. Educação física escolar e inclusão: uma análise a partir do desenvolvimento motor e social de adolescentes com deficiência visual e das atitudes dos professores. 2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física e Esporte – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

LONGMUIR, P. E.; BAR-OR, O. Factors influencing the physical activity levels of youths with physical and sensory disabilities. *Adapted Physical Activity Quarterly*, Champaign, v. 17, n. 1, p. 40–53, 2000.

NAVARRO, A. S. et al. Balance and motor coordination are not fully developed in 7-year-old blind children. *Arquivos de Neuro-psiquiatria*, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 654–657, 2004.

PASSETO, S. C. Os efeitos da utilização de dicas visuais no processo ensino aprendizagem de habilidades motoras de aprendizagem de surdos. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade de Campinas, Campinas, 2004.

PEDRINELLI, V. J.; VERENGUER, R. C. G. Educação Física Adaptada: introdução ao universo das possibilidades. In: GREGUOL, M.; COSTA, R. F. *Atividade física adaptada*. Barueri: Manole, 2013. p. 1–29.

SCHILDER, P. *A imagem do corpo: as energias construtivas da psique*. 3. ed. São Paulo, SP. Martins Fontes, 1999.

TAVARES, M. C. G. C. *Imagem corporal: conceito e desenvolvimento*. 1. ed. Barueri, SP: Manole, 2003.

VYGOTSKY, Lev. S. *Obras Escolhidas – V. Fundamentos de Defectologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

VYGOTSKY, Lev. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.